



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 379

Quarta-feira - 02 de dezembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos.....	1
Ascurra.....	1
Caçador.....	4
Campo Alegre.....	10
Canoinhas.....	28
Chapadão do Lageado.....	28
Coronel Martins.....	30
Corupá.....	31
Forquilha.....	31
Garopaba.....	41
Gaspar.....	42
Herval D' Oeste.....	48
Imbituba.....	50
Iomerê.....	50
Irineópolis.....	52
José Boiteux.....	54
Luzerna.....	63
Meleiro.....	65
Paial.....	69
Pinheiro Preto.....	70
Porto União.....	87
Rio do Sul.....	89
Salto Veloso.....	91
São Pedro de Alcântara.....	94
Schroeder.....	94
Videira.....	94

Consórcios Públicos

CIS - AMARP.....	100
------------------	-----

Antônio Carlos

Prefeitura Municipal

Processo Licitatório N° 112/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 112/2009; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um Ônibus de transporte escolar 0 km para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 14/12/09 às 09:00 horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 30/11/2009.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Ascurra

Prefeitura Municipal

Lei nº 1137

LEI Nº 1137, DE 13 DE JULHO 2009

ALTERA A LEI 1108, DE 22/10/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 10 da Lei 1108, de 22/10/2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 -

I -

II -1 (um) representante da Secretaria de Administração e Planejamento;

III - ...

IV - ... 1 (um) representante do Poder Legislativo;

V - ... 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Ascurra - CDL;

VI - ... (revogado)

VII - ...

VIII - ...

IX - ...

X - 1 (um) representante da ACISA (Associação Comercial de Ascurra, Rodeio e Apiuna).

Art. 2º - O Caput do artigo 15 e o seu inciso VII, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 - O Fundo constituirá uma Unidade Orçamentária do Município de Ascurra, com uma conta corrente individualizada, ficará vinculado operacionalmente à Secretaria de Administração e Planejamento a qual será responsável pela gestão dos recursos financeiros, com as seguintes atribuições:

...

VII - praticar todos os atos inerentes à administração e execução orçamentária, financeira e contábil relativa aos recursos do

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

FMH, sendo a Secretaria de Administração e Planejamento responsável pela contabilização, junto ao Balanço do Município de Ascurra, obedecido ao procedimento legal e vigente na administração Municipal;”

...

Art. 3º - O Caput artigo 16 e seu § 1º, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento será a responsável pela implementação dos atos emanados do Conselho Municipal de Habitação relativos à aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento será a responsável pela elaboração ou contratação dos projetos que atendam aos objetivos do Fundo Municipal de Habitação, e execução das obras e/ou serviços correspondentes por administração direta ou por empreitada.”

....

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ASCURRA, em 13 de julho de 2009.
MOACIR POLIDORO
Prefeito de Ascurra/SC.

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, 13 de julho de 2009.
MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Lei nº 1138

LEI Nº 1138, DE 05 DE AGOSTO DE 2009.

REESTRUTURA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ALUNOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra-SC, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, remete à apreciação desta Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Municipal:

Art. 1º Reestrutura o Programa de Estágio de alunos devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino superior, em conformidade com a Lei nº 11.788/08 e com esta Lei Municipal.

§ 1º Autoriza o Município firmar convênios de estágios com estabelecimentos de ensino descritos no art. 1º desta Lei.

§ 2º O estagiário a ser aproveitado no setor público deverá estar vinculado a estabelecimentos de ensino público ou particular, de acordo com as necessidades e vagas criadas ou colocadas à disposição.

§ 3º O estágio deverá realizar-se em repartições da Administração Pública Municipal que possam proporcionar experiência prática, preferentemente na linha de formação específica de cada curso.

§ 4º Os estágios devem proporcionar a complementação de ensino e aprendizagem, com acompanhamento da repartição ou unidade administrativa e do setor responsável pelos recursos humanos, vinculados ao currículo, programa e calendário escolar.

Art. 2º O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, poderá assumir a forma de atividade de extensão, monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Parágrafo único O cronograma de estágio ocorrerá mediante a participação de estudantes em projetos de interesse social para o Município.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

IV – A contratação por parte do Município de Ascurra, de Seguro de Acidentes Pessoais em favor dos estagiários, em valores compatíveis com o mercado.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos semestralmente e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º O estágio é regulado por esta Lei e, no que couber pela Lei Federal nº 11.788/08, e remunerado através de bolsa-auxílio para custear as despesas mínimas do estudante.

§ 1º Tratando-se de estágio obrigatório, a contratação de Seguro de Acidentes Pessoais poderá, alternativamente, ser assumida pela Instituição de Ensino, com a fiscalização efetiva por parte do Município de Ascurra.

Art. 5º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a parte concedente e o aluno/estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com às atividades escolares e não ultrapassar:

I – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 6º É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 7º Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade do Município de Ascurra.

Art. 8º O Poder Público Municipal fica autorizado a contratar até 20% (vinte por cento) de estagiários do total de servidores.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se servidores efetivos e cargos comissionados, exceto todos os agentes políticos.

§ 2º Quando o cálculo do percentual disposto no caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 3º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 9º A duração de cada estágio é de 6(seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, exceto quando tratar-se de estagiário portador de



deficiência, sempre a critério da Administração.

Art. 10 O Poder Executivo deverá abrir inscrições públicas aos interessados no procedimento das vagas dando publicidade a tais atos, possibilitando o acesso mais amplo possível às informações.

§1º - O estagiário somente será admitido após processo seletivo público de provas que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§2º - O Município de Ascurra poderá recorrer a serviços de agentes de integração públicos ou privados, para a seleção de estagiários, na forma prevista no artigo 5º da Lei 11.788/08, devendo ser observada a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Art. 11 Caberá à Comissão de Avaliação:

I – Comunicar por escrito ao Prefeito Municipal, a relação dos estudantes selecionados no processo seletivo;

II – Coordenar e orientar os estagiários, bem como realizar avaliações semestrais de desempenho, tanto no estágio como na escola que frequenta;

III – Avaliar os eventuais problemas com os estagiários e sugerir medidas a serem adotadas pela Administração, como advertência e rescisão do estágio com o beneficiado dando ampla possibilidade de defesa ao estagiário.

Art. 12 O valor da bolsa-auxílio corresponderá a 210 UFMs – Unidade Fiscal Municipal e do vale-transporte a 35 UFMs – Unidade Fiscal Municipal, para os estudantes beneficiados por esta Lei.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 0927/2001; 0988/2005 e 1029/2006.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, em 05 de agosto de 2009

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 05 de agosto de 2009.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei N.º 1139

LEI N.º 1139, DE 08 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ASCURRA A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ESPORTIVA E SOCIAL "PER TUTTI".

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o município de Ascurra autorizado a conceder um auxílio financeiro a Associação Cultural, Esportiva e Social "Per Tutti", com sede em Ascurra, a Rua João Finardi, s/nº, CNPJ/MF N.º 00.695.570-0001-43, no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais).

§ 1º – A Entidade beneficiada com o auxílio financeiro de que trata o "caput" deste artigo, deverá prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma da lei, além de manter suas atividades em prol da comunidade local.

§ 2º - Constatada a não aplicação das verbas para o fim a que se destina, a entidade beneficiada pelo auxílio, ou seu dirigente legal, fica responsável pela restituição ao Erário, em valores corrigidos, cessando imediatamente qualquer repasse ou auxílio governamental em execução, vedando-se o acesso a qualquer outro benefício econômico ou fiscal até a liquidação do débito.

Art. 2.º - Os recursos Constantes do artigo primeiro da presente lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03.00 Secretaria de Administração e Planejamento

03.01 Secretaria de Administração e Planejamento

04.121.010.2003 Contribuição Financeira a Entidades

300000000 Despesas Correntes

330000000 Outras Despesas Correntes

335000000 Transf. a instituições Privadas s/fins Lucrativos

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 08 de setembro de 2009.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.

Município de Ascurra em, 08 de setembro de 2009.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

Lei N° 1140

LEI N° 1140 DE 08 DE SETEMBRO DE 2009

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI N° 976 DE 08 DE SETEMBRO DE 2004, QUE DISPUNHA SOBRE A DOAÇÃO DE TERRENO PARA A EMPRESA "CIDADE JARDIM – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME", POR NÃO CUMPRIMENTO DE ENCARGOS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra.

CONSIDERANDO, que em data de 08.09.2004, pela Lei Municipal nº 976 restou autorizado o Município de Ascurra, através do Chefe do Executivo a doar um terreno com área 5.250,20ms2, com registro nº 2-13.780, a empresa Cidade Jardim – Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda;

CONSIDERANDO, que dita lei prevê em seu artigo 2º, §1º, que o prazo para a realização das edificações seria até a data 30.09.2006, e, que até a presente data, passados mais de dois anos após o término do prazo, a edificação existente sobre o imóvel permanece inacabada;

CONSIDERANDO, que a única edificação existente sobre o imóvel destinado a doação que trata a Lei 976/04 é a estrutura de um galpão industrial, o qual por sinal foi adquirido pelo Município de Ascurra, conforme comprova Nota Fiscal nº 1762 da empresa Comercial e Industrial Dante Zonta Ltda, arquivada na Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO, que a Lei que autorizou a doação do terreno a empresa Cidade Jardim – Industria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda, não obedeceu os preceitos expressos no §1º do artigo 8º da Lei Municipal 782/97, o qual pelos incisos I a V fixa os encargos a serem impostos a empresa beneficiada, e, que o único encargo exigido foi a realização de edificação no prazo de até dois anos a contar da Lei que autorizou a doação, prazo este em muito superior aquele previsto na Lei 782/97, e, que mesmo assim restou não cumprido;

CONSIDERANDO que tais atos resultaram em claras desvantagens ao Município de Ascurra, o qual doou parte de seu patrimônio a empresa que deveria trazer investimentos, geração de empregos e retornos financeiros a este Município, mas que ao contrário disso descumpriu o encargo decorrente da autorização de doação, e impôs ao Município uma longa espera que já dura quatro anos e dez meses, sem a mínima perspectiva de início das atividades;

CONSIDERANDO que a empresa Cidade Jardim – Indústria e Comercio de Produtos Alimentícios Ltda nunca deteve a propriedade e sequer tomou posse do imóvel com o qual restou agraciada pela Lei 978/04, eis que não realizou edificações e não



utilizou-se do terreno para nenhum fim, deixando-o em aparente abandono, conforme levantamento levado a efeito pelo engenheiro civil pertencente aos quadros da administração municipal;

CONSIDERANDO que em reunião do dia 04 de Julho de 2009 do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ascurra, os conselheiros foram favoráveis a revogação da Lei 796 de 08.09.04 pelos motivos ora expostos nestas considerações;

Faço saber a todos os habitantes do Município, que de conformidade com o inciso III do artigo 72 c/c o artigo 103, ambos da Lei Orgânica deste Município, bem como com o artigo 19 da Lei nº 782/97 que estabelece as normas referentes a política de desenvolvimento econômico do Município de Ascurra, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei 976 de 08 de Setembro de 2004, que autorizou o Município de Ascurra a doar, como incentivo fiscal, à empresa Cidade Jardim – Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda – ME., um terreno com área de 5.250,20ms2., sem benfeitorias, então registrado sob R-2-13.780 do Ofício do Registro de Imóveis de Indaial.

Art. 2º - O Município de Ascurra notificará no prazo de trinta (30) dias a empresa Cidade Jardim – Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda – ME., para os fins do previsto nos §1º e §2º do artigo 19 da Lei 782/97.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ascurra em, 08 de setembro de 2009.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na forma Regulamentar.
Município de Ascurra em, 08 de setembro de 2009.
MARIA DE FÁTIMA MARTINS
Fiscal de Tributos

Caçador

Prefeitura Municipal

Decreto 4.367/2009

DECRETO Nº 4.367, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E REVOGA
DECRETO Nº 4.266, DE 30/07/2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados os cidadãos EMERSON SCHMIDT, ALCEU ZARDO, OSCAR SCOLARO e FERNANDO MELOTTI, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de uma área do terreno rural com 116.940,50m² (cento e dezesseis mil, novecentos e quarenta metros e cinquenta decímetros quadrados), situado na Fazenda Bom Sucesso, de propriedade de Floriano Pupo Ribeiro, objeto da matrícula nº 24.085 do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, confrontando: ao Norte, com uma estrada municipal, dividindo com José Figueroa sucessor de Ismael Gonçalves do Nascimento e com a Rodovia SC 451; ao Sul e Oeste, com a Rede Ferroviária Federal S.A.; e ao Leste, com José Figueroa e apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 4.266, de 30 de julho de 2009.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.368/2009

DECRETO Nº 4.368, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2009.
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO POR
SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.600, de 23/12/2008,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suplementada as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, por superávit financeiro do exercício anterior, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

12.01- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
27.812.0031.2.019- manutenção da Fundação Municipal de Esportes
3.3.90.00.00- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
SOMA..... R\$ 30.000,00
(trinta mil reais).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.369/2009

DECRETO Nº 4.369, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Lei nº 2.119/04,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 558,00m² (quinhentos e cinquenta e oito metros quadrados), situado nesta cidade de Caçador, Matrícula nº 15.347, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Sueli Proencio, resultando após o desmembramento, em dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – Lote 01, com 279,00m² (duzentos e setenta e nove metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Lote 02 do desmembramento, medindo 18,00 metros; ao Sul, com Rua Conselheiro Mafra, medindo 14,00 metros; a Leste, com



Condomínio Edifício São Francisco, medindo 13,60 metros; e, a Oeste, com Lucas da Fonseca da Silva, medindo 18,70 metros;

II – Lote 02, com 279,00m² (duzentos e setenta e nove metros quadrados), confrontando: ao Norte, com Rua Fernando Machado, medindo 21,00 metros; ao Sul, com Lote 01 do desmembramento, medindo 18,00 metros; a Leste, com Condomínio Edifício São Francisco, medindo 13,60 metros; e, a Oeste, em dois planos com Lucas da Fonseca da Silva, no primeiro plano, medindo 10,00 metros e, no segundo plano, medindo 7,00 metros.

Parágrafo único – A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º - O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.370/2009

DECRETO nº 4.370, de 19 de novembro de 2009.

NOMEIA COMISSÃO PARA EXECUTAR O PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE- PACS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica constituída a Comissão para executar o Processo de Seleção Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS, composta pelas seguintes pessoas, sob a presidência do primeiro:

GIANNI LUCIO PARIZOTTO
ANA CLAUDIA SERRA CARPES
SANDRA SICKA RODRIGUES
FLÁVIA MORONA
SANDRA MARA AMADORI NUNES

Parágrafo Único- A Comissão realizará seus trabalhos em estrita obediência a legislação específica, ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, regulamento e Editais específicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Decreto 4.371/2009

DECRETO Nº 4.371, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.

CONCEDE PERMISSÃO DE USO DA PISTA E BOXES DO "KARTÓDROMO MUNICIPAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso I, alínea "g" e art. 118, inciso II, § 3º da Lei Orgânica do Município de Caçador; CONSIDERANDO o conteúdo do Processo Administrativo nº 7220/2009.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida permissão de uso à entidade " CAÇADOR KART CLUBE - CKC, CNPJ n.º 83.684.282/0001-10, da pista e boxes do "Kartodromo Municipal"

Art. 2º A área referida no "caput" do presente destina-se para prática de kartismo e demais esportes ligados a modalidade, propiciando aos esportistas um local de treinamento e competições.

Art. 3º A utilização da pista, será de responsabilidade da entidade permissionária, que controlará o acesso, a fim de evitar o uso inadequado e acidentes, bem como zelar pela manutenção e conservação do espaço público.

Art. 4º A permissão de uso de que trata o artigo 1º, é feita com intuito personae e em consequência disto, a permissionária não poderá ceder, doar, render ou arrecadar os direitos provenientes deste ato a nenhuma pessoa natural ou jurídica.

Parágrafo único. A violação do presente no caput será causa de revogação imediata da permissão ora outorgada.

Art. 5º A permissão de uso de que trata este Decreto será outorgada a título precário e gratuito, pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da data de assinatura do respectivo termo.

Art. 6º Obriga-se o permissionário a desenvolver atividades de kartismo para os associados contribuindo para o aumento do número de praticantes desta atividade esportiva.

Art. 7º A permissão poderá ser rescindida amigavelmente por qualquer das partes, mediante aviso escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, podendo ainda ser revogada unilateralmente pelo Município, a qualquer tempo, independentemente de notificação judicial, obrigando-se a permissionária a desocupar o espaço cedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem direito a qualquer indenização.

Art. 8º Findo o prazo contratual e desde que a permissionária esteja utilizando a pista e os boxes de forma regular, a permissão poderá ser renovada por igual prazo, mediante termo aditivo.

Art. 9º Diante da existência de manifesto interesse público e da inviabilidade de competição, a permissão de uso de que trata a presente lei, é feita independentemente de processo licitatório, nos termos e princípios normativos da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

NEREU BAÚ
Secretário da Administração e Fazenda.



Decreto 4.372/2009

DECRETO Nº 4.372, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.663, de 20/11/2009,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, por anulação de dotação, na importância de R\$ 1.727.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais):

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 230.000,00
Soma..... R\$ 230.000,00**02.03 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA**

15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infra- Estrutura

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 785.000,00
Soma..... R\$ 785.000,00**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

12.361.0011.2.047 - Aplicação de Recursos do FUNDEB 40%

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 712.000,00
Soma..... R\$ 712.000,00Total R\$ 1.727.000,00
(um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais)

Art. 2º - Em atendimento à suplementação realizada na forma disposta no art. 1º, deste Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 1.727.000,00 (um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais):

02.01 - SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 10.000,00**04.122.0002.2.014 - Manutenção do IPPUC**3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 150.000,00
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 50.000,00
Soma..... R\$ 230.000,00**02.03 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA**

15.452.0020.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas – CID..... R\$ 50.000,00
15.452.0020.1.054 - Aquisição de Veículos e Máquinas4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 60.000,00
15.452.0020.2.074 - Manutenção da Locação de Radares

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 200.000,00

15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 300.000,00
Soma..... R\$ 610.000,00**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 212.000,00

12.361.0011.2.046 - Aplicação Recursos do FUNDEF 60%

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 500.000,00
Soma..... R\$ 712.000,00**02.09 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

22.661.0027.2.099 – Manutenção da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 78.000,00
Soma..... R\$ 78.000,00**11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

17.512.0023.2.150 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Água e Esgoto

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas..... R\$ 97.000,00
Soma..... R\$ 97.000,00Total R\$ 1.727.000,00
(um milhão, setecentos e vinte e sete mil reais)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.373/2009

DECRETO Nº 4.373, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.664, de 20/11/2009,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, por superávit financeiro do exercício anterior, na importância de R\$ 158.700,00 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos reais):

02.04-DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.00- Transferência a Instituição Privada sem Fins Lucrativos R\$ 78.700,00

12.361.0011.2.048 - Aplicação do Salário Educação

3.3.90.00.00- Aplicações Diretas..... R\$ 80.000,00
Soma..... R\$ 158.700,00Total R\$ 158.700,00
(cento e cinquenta e oito mil reais).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

NEREU BAÚ

Secretário da Administração e Fazenda.

Decreto 4.374/2009

DECRETO Nº 4.374, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CAÇADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução



Normativa nº 10, de 30 de junho de 2009, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 136, de 19 de agosto de 2009 da Secretaria de Estado do Planejamento.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, a se realizar no dia 11 de dezembro de 2009, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, sob a coordenação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC.

Art. 2º A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, desenvolverá seus trabalhos a partir do lema "Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e sobre o tema "Avanços, Dificuldades e Desafios na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano".

Art. 3º A 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, será presidida pelo Prefeito ou Secretário Municipal, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Diretora Geral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC.

Art. 4º O Prefeito ou Secretário Municipal de Caçador expedirá, mediante portaria, o regimento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador.

Parágrafo único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art. 5º As despesas com a realização da 4ª Conferência Municipal da Cidade de Caçador, correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

Decreto 4.375/2009

DECRETO Nº 4.375, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

APROVA REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 4ª Conferência Municipal das Cidades, nos termos em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

REGIMENTO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

CAPITULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, convocada pelo Edital nº 01, de 27 de novembro de 2009, será realizada na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, no dia 11 de dezembro de 2009, e terá as seguintes finalidades:

I. Propor diretrizes para a Política Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano, especialmente, sobre as seguintes temáticas:

a) Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal;

b) Aplicação do estatuto da cidade e dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano;

c) A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento; e;

d) Relações entre os programas governamentais – como PAC e Minha Casa, Minha Vida – e a política de desenvolvimento urbano.

II- Propor orientações e recomendações quanto à aplicação da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, especialmente sobre a elaboração (ou atualização) dos planos diretores municipais;

III- Recomendar diretrizes de políticas de desenvolvimento urbano e regional;

VI- Indicar prioridades de atuação ao Ministério das Cidades e das instituições governamentais municipais e estaduais com atuação nas áreas de Habitação, Saneamento Ambiental, Programas Urbanos, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana;

V- Deliberar sobre a natureza, composição e atribuições dos Conselhos Municipais das Cidades;

VI- Avaliar o sistema de gestão e implementação da política urbana, tendo por base a relação com a sociedade na busca da construção de uma esfera público-participativa;

VII- Avaliar os instrumentos de participação social na elaboração e implementação das diversas políticas públicas;

VIII- Propor a periodicidade, a convocação e a organização das próximas Conferências das Cidades;

IX- Apresentar subsídios para a estruturação do Sistema Nacional de Gestão Democrática das Cidades, compreendendo a política de desenvolvimento urbano e suas políticas específicas de habitação; de saneamento ambiental e de trânsito, transporte e mobilidade urbana;

X- Eleger os delegados(as) para a etapa regional.

CAPÍTULO II DA REALIZAÇÃO

Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência ou impedimento eventual, pela Senhora KARINA POMPERMAYER, Diretora Geral do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador- IPPUC, da Prefeitura Municipal, conforme Decreto nº 4.374, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo Único - A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será integrada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e Entidades Municipais.

Art. 3º A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, tem abrangência local e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem ter essa dimensão.

Parágrafo único. Todos os (as) participantes presentes à 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, devem reconhecer a precedência das questões de âmbito municipal e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo.

Art. 4º A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, será realizada sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal.



**CAPÍTULO III
DO TEMÁRIO**

Art. 5º A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, desenvolverá os seus trabalhos a partir do lema "Cidades para todos e todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social" e sobre o tema "Avanços, Dificuldades e Desafios na implementação da Política de Desenvolvimento Urbano".

Parágrafo único. O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

Art. 6º A Comissão Preparatória Municipal se responsabilizará pela elaboração do documento sobre o temário central e textos de apoio, baseado no texto base nacional, que subsidiarão as discussões da 4ª Conferência.

Art. 7º A 4ª Conferência será composta de painel de abertura, mesas de debates, grupos temáticos, plenária de deliberação e eleição dos delegados.

Art. 8º A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, produzirá um relatório final, a ser encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Regional de Videira.

**CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO PREPARATÓRIA REGIONAL**

Art. 9º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades a 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, terá uma Comissão Preparatória.

Art. 10. A Comissão Preparatória será composta por 24 titulares e 24 suplentes representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e Entidades Municipais.

Art. 11. Para a realização da Conferência, a Comissão Preparatória deverá contar com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no art. 19 deste Regimento.

Art. 12. Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I- Definir o Regimento, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados(as) para a etapa municipal e estadual, respeitadas as definições deste regimento e dos regimentos estadual e nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 19.

II- Definir data, local, temário e pauta da Conferência;

III- Elaborar os documentos técnicos e textos de apoio;

IV- Promover adequada divulgação da 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

V- Elaborar o Relatório Final da 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador.

§1º A Comissão Preparatória Municipal enviará as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º A Comissão Preparatória Municipal enviará as mesmas informações para a Comissão Executiva Nacional para registro.

§ 3º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional, sem prejuízo das questões municipais, regionais e estaduais.

Art. 13. Os resultados das Conferências devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual e à Comissão-Executiva Nacional, até 5 dias após a realização das mesmas.

**CAPÍTULO V
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art. 14. As despesas com a organização geral e com a realização da 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. As despesas dos delegados correrão por conta das entidades a que se vincularem.

**CAPÍTULO VI
DOS PARTICIPANTES**

Art. 15. A 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, aberta ao público, deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. 19.

Art. 16. Os participantes da 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, elegerão os 02 delegados municipais à 4ª Conferência Regional das Cidades, conforme o Anexo I, constante deste regimento, número estabelecido pelo Regimento Estadual;

Art. 17. Os(as) delegados(as) a serem eleitos(as) na 4ª Conferência deverão representar os diversos segmentos citados no art. 19.

Art. 18. Os participantes da 4ª Conferência poderão se distribuir em duas categorias:

I- representantes dos segmentos citados no art. 19, com direito a voz e voto;

II- observadores (as) com direito a voz.

Art. 19. A representação dos diversos segmentos na 4ª Conferência Municipal das Cidades do Município de Caçador, em todas as suas etapas, deve ter a seguinte composição:

I- representantes do Poder Executivo;

II- representantes do Poder Legislativo

III- representantes de Entidades do Município.

**CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 20. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso à Comissão Preparatória Estadual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

Presidente da 4ª Conferência Municipal Das Cidades do Município de Caçador.

Decreto 4.377/2009

DECRETO Nº 4.377, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

Constitui Equipe de Coordenação e Equipe de Apoio para participar no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social - PLHIS do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica constituída Equipe de Coordenação para participar no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social - PLHIS do Município de Caçador, sob a orientação do Servidor Público Municipal Victor Junior Loss - Coordenador Administrativo da Habitação e Ação Social, conforme segue:



Equipe de Coordenação	Função	Secretaria – Setor que representa
Saulo Sperotto	Prefeito Municipal	Gabinete
Munir Elias Bittar	Secretário do Gabinete do Prefeito	Gabinete
Scheilla Maria Soares Marins	Secretária de Educação, Cultura e Esporte	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
Eduardo Barbosa Lopes	Secretário de Saúde	Secretaria de Saúde
Dinamar Aparecida Gomes	Coordenadora do Programa Saúde da Família - PSF	Programa Saúde da Família - PSF
Fahdo Thomé Neto	Secretário da Indústria, Comércio e Turismo	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
Loely Bellaver	Secretária de Bem Estar Social	Secretaria de Bem Estar Social
Nereu Baú	Secretário da Administração e Fazenda	Secretaria da Administração e Fazenda
Wilson Luiz Binotto	Secretário de Infra-Estrutura	Secretaria de Infra-Estrutura
Karina Pompermayer	Diretora Geral do IPPUC	IPPUC
José Carlos Pereira dos Santos	Secretário da Agricultura, do Meio-Ambiente, da Pecuária e do Interior	Secretaria da Agricultura, do Meio-Ambiente, da Pecuária e do Interior
Adriana Ribas	Coordenadoria Administrativa de Habitação e Ação Social	Coordenadoria de Habitação e Ação social
Sergio Eloy Bisotto	Supervisor da Defesa Civil	Coordenadoria de Defesa Civil
Magnus Caramori	Advogado	Assessoria Jurídica
Rosicler Faoro	ACIC	aCIC
Leila Longo Roman	Presidente	CDL
Marilene Mantovani	União de Moradores Comunitários	União de Moradores Comunitários
Leodemir José Espindola	ACOMP	ACOMP
Amador Tomazeli	Professor	Extensão Universitária - UNC
Sirley de Fátima Tibes Ceccatto	Vereadora	Poder Legislativo

Art. 2º - Ficam também nomeados para a equipe de apoio para participar no processo de elaboração do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social - PLHIS do Município de Caçador, os seguintes membros:

Equipe de Apoio	Função	Setor que representa
Lucir Telmo Christ	Vice- Prefeito Municipal	Gabinete do Vice-Prefeito
Simone Alves Bonetti	Secretária Escolar	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Margot Rosely Siqueira	Assessora do Secretário de Saúde	Secretaria de Saúde
Claudenir Leidens	Odontólogo	Secretaria de Saúde
Elisandra Aparecida Giacomel	Secretaria Escolar	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
Loreno Benetti	Assessor da Secretária de Bem Estar Social	Secretaria de Bem Estar Social
Vilson dos Anjos	Assessor do Secretário de Saúde	Secretaria de Saúde
Victor Junior Loos	Fiscal de Obras	Secretaria de Infra-Estrutura

Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo	Arquiteta	Instituto de Pes. e Plan. Urbano de Caçador-IPPUC
Pedro Antonio Masiero	Engenheiro Civil	Fundação Municipal do Meio Ambiente-FUNDEMA
Elizete Farias	Assistente Social	Coordenadoria de Habitação
Emerson Civil	Engenheiro Civil	Coordenadoria da Defesa Civil
Gianni Lucio Parizotto	Advogado	Assessoria Jurídica
Clovis Alésio	Radialista	ACIC
Rosemari Ferlin	CDL	CDL
Itacir João Fioreze	Presidente da Câmara Municipal	Poder Legislativo

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Decreto 4.378/2009

DECRETO Nº 4.378, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

Regulamenta o disposto na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008, para atribuir tratamento diferenciado aos Microempreendedores Individuais no âmbito municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, no uso da competência que lhe confere o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e em consideração ao disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar Federal nº 128, de 19 de dezembro de 2008,

D E C R E T A:

Art. 1º. Enquanto não for publicada Lei Municipal que regulamente o tratamento a ser concedido aos Microempreendedores Individuais serão obedecidas, pelos servidores municipais, no que tange ao processo de inscrição e aos valores para abertura e concessão de autorização para funcionamento, as regras introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 128 e pelas resoluções e instruções normativas sobre o tema emitidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN e pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

Art. 2º Em obediência ao art. 4º, § 3º da Lei Complementar 123/2006, ficam reduzidas a zero as taxas municipais referentes a inscrição de novos Microempreendedores Individuais, determinando-se as servidores municipais que efetuem gratuitamente o cadastro e consulta de viabilidade referente a este tipo de empresário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal



Revogação de licitação PP 96/2009**REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: Pregão Presencial nº 96/2009. OBJETO: Revoga-se o Edital para impressão dos carnês de IPTU 2010 por interesse público, haja vista que não há tempo hábil para aguardar o processo licitatório. Maiores Informações no Departamento de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 25 de novembro de 2009.

Aviso de Licitação PP 97/2009**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: Pregão Presencial nº 97/2009. TIPO: Menor Preço Por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR. ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 17/12/2009. ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 17/12/2009. AMOSTRAS: ATÉ ÀS 16:00 HRS DO DIA 10/12/09. Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações, Site Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, Ramal 210, no horário de expediente em vigor. e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br

Caçador, 24 de novembro de 2009.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

Campo Alegre

Prefeitura Municipal

Lei Nº 3.520

LEI Nº 3.520 DE 20 DE OUTUBRO DE 2009.

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – FUNMDEC E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Campo Alegre/SC – FUNMDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito o qual será administrado por um Conselho Gestor.

Art.2º) Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 membros, sendo o presidente indicado pelo Chefe do Poder Executivo e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art.3º) O FUNMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art.4º) Compete ao órgão gestor do FUNMDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas

pela COMDEC;

III - prestar contas da gestão financeira;

IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUNMDEC.

Art.5º) Constitui receita do FUNMDEC:

I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;

III - os Auxílios, Dotações, Subvenções e Contribuições de Entidades Públicas ou Privadas, Nacional ou Estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;

IV - os recursos provenientes de Dotação e Contribuições de Pessoas Físicas e Jurídicas;

V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial, sediado no Município de Campo Alegre/SC.

Art.6º) Compete a COMDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNMDEC:

I - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;

II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;

III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;

IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;

V - decidir sobre a aplicação dos recursos;

VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUNMDEC;

VII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;

VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;

IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art.7º) O FUNMDEC será implementado em 2010 e suas Dotações Orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município.

Art.8º) O Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, Regulamentará por Decreto o funcionamento do FUNMDEC.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de outubro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal no. 2.416 em: 20/10/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria Nº 6.524

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.524 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA ASSINATURA DE EMISSÃO DE CHEQUES

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar à partir desta data a Secretária Municipal de Finanças – AURIENE ROEPKE, assinar a emissão de cheques dessa Prefeitura Municipal em conjunto com a Técnico em Nível Médio – ADRIANA APARECIDA P. RUSZACK, matrícula nº 000001.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 2.913 de 02 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLONEZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.525

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.525 DE 05 DE JANEIRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional IV – CLAUDIO DE SOUZA, matrícula nº 000254, referente ao período aquisitivo 01 de outubro de 2007 à 30 de setembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 05 à 24 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 19 de dezembro de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.526

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.526 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o Anexo IV item I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar a servidora ADRIANA APARECIDA PYCKOSZ RUSZACK, matrícula nº 000001, responsável pelo Núcleo da Tesouraria desta Prefeitura Municipal; IPRECAL – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre; Fundo Municipal de Saúde; Fundo Municipal de Assistência Social e do FIA – Fundo da Infância e Adolescência a partir desta data.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº 5.268 de 16 de Janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.527

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.527 DE 05 DE JANEIRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Médico Veterinário – DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, matrícula nº 286, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2001 a 02 de maio de 2006.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 05 de janeiro de 2009 à 03 de fevereiro de 2009.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.



VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.528

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.528 DE 05 DE JANEIRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio ao Motorista – AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, matrícula nº 000122, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 15 de abril de 2001 a 15 de abril de 2006.

Art.2º) O servidor gozará sua Licença Prêmio no período de 05 de janeiro de 2009 á 03 de fevereiro de 2009.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.529

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.529 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

REVOGA A PORTARIA Nº 5.269 DE 16 DE JANEIRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 5.269 – AUTORIZA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL A ASSINAR CHEQUES E DOCUMENTOS PERTINENTES AS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de 16 de janeiro de 2007, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.530

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.530 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

REVOGA A PORTARIA Nº 5.270 DE 16 DE JANEIRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 5.270 – AUTORIZA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL A ASSINAR CHEQUES E DOCUMENTOS PERTINENTES AS DESPESAS DO FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, de 16 de janeiro de 2007, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.531

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.531 DE 05 DE JANEIRO DE 2009.

AUTORIZA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL A ASSINAR CHEQUES E DOCUMENTOS PERTINENTES AS DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Autorizar o Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social Sr. DEODATO RAUL HRUSCHKA, Matrícula nº 954714 a partir desta data assinar cheques e documentos pertinentes as despesas dos Fundos Municipais: de Saúde; Assistência Social e

FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.532

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.532 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 193, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença do Cargo de Provimento Efetivo ao Agente Administrativo II, para exercer Cargo de Provimento em Comissão o Servidor Sr. PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, matrícula nº 000237, a partir de 01 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2009.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.533

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.533 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seus Artigos 14, inciso VII e Artigo 71; Resolve:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Portador do CRM-12297, e do CIC nº 500.734.940-20, a responsabilidade

pela emissão de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alto Custo (APAC) aos usuários deste Município do Sistema Único de Saúde .

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 5.919 de 07 de maio de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.534

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 6.534 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
DISPÕE SOBRE DELEGAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71 Inciso VII; Resolve:

Art.1º) Delegar ao Servidor Público Municipal, ocupante da função de Médico II, Matriculado sob nº 000489, Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, Portador do CRM - 12297, e inscrito no CPF/MF nº 500.734.940-20, a responsabilidade pela autorização de Internação Hospitalar do I.E.A.S - HOSPITAL SÃO LUIZ deste Município.

Art.2º) Fica indicado o Servidor Público Municipal, ocupante da função de Médico Clínico Geral, Matriculado sob nº 370, Sr. Dr. HAROLDO RAETSCH, Portador do CRM - 3727, e inscrito no CPF/MF nº 403.413.999-49, para ser o suplente no caso de impedimento do Titular citado no Artigo 1º (primeiro) desta Portaria.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 5.920 de 07 de maio de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria N° 6.535

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.535 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO E ESTABELECE
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71 Inciso VII; Resolve:

Art.1º) Delegar ao Sr. Dr. RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, CRM - 12297, à responsabilidade pela Autorização de Internação Hospitalar do I.E.A.S – HOSPITAL SÃO LUIZ deste Município, também autorizador de APAC'S e exames de média/alta complexidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde "CIS/AMUNESC".

Art.2º) Fica indicado o Sr. Dr. HAROLDO RAETSCH, CRM- 37272063, para ser o suplente no caso de impedimento do Titular citado no Artigo 1º (primeiro) desta Portaria, sem que lhe seja conferido qualquer vínculo Empregatício, Trabalhista ou Estatutário.

Art.3º) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria n° 5.921 de 07 de maio de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.536

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.536 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 193, da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença do Cargo de Provimento Efetivo a Agente Administrativo II, para exercer Cargo de Provimento em Comissão a Servidora Srª. ROSANA EMÍLIA GREIPEL, matrícula n° 000146, a partir de 01 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 01 de janeiro de 2009.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.537

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.537 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 193, da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença do Cargo de Provimento Efetivo a Fiscal, para exercer Cargo de Provimento em Comissão a Servidora Srª. MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, matrícula n° 366, a partir de 01 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 01 de janeiro de 2009.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal n° 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.538

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.538 DE 05 DE JANEIRO DE 2009.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar n° 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Técnico em Nível Médio – JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula n° 337, referente ao período aquisitivo 08 de junho de 2008 á 07 de junho de 2009.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 08 de janeiro de 2009 á 17 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.539

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.539 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias do Servidor Público Municipal – Fiscal – SANDRO BUENO FRANCO, matrícula nº 274, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2007 á 31 de julho de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção do Servidor Público Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.540

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.540 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal – Agente Administrativo II – ZURITA MARIA PACHECO, matrícula nº 282, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2006 á 14 de abril de 2007, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.541

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.541 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal – Agente Operacional I – MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, matrícula nº 0190, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2008 á 27 de setembro de 2009, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.542

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.542 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Auxiliar de Odontologia – DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER,



matrícula nº 000448, referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2007 a 13 de setembro de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.543

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.543 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Médica II – MÁRCIA FIGUEIREDO PEIXOTO, matrícula nº 954700, referente ao período aquisitivo 26 de agosto de 2008 a 26 de dezembro de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.544

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.544 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Auxiliar de Enfermagem – MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, matrícula nº 000252, referente ao período aquisitivo 01 de agosto de 2007 a 31 de julho de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.545

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.545 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Agente Operacional I – MARLI LÚCIA MICHASLKY CARVALHO, matrícula nº 000251, referente ao período aquisitivo 13 de março de 2007 a 12 de março de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.546

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.546 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Auxiliar de Odontologia – CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE, matrícula nº 000422, referente ao período aquisitivo 22 de maio de 2007 á 21 de maio de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.547

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.547 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Municipal a Enfermeira – KARINA MAGALHÃES CASTRO SAMPAIO, matrícula nº 954702, referente ao período aquisitivo 25 de setembro de 2008 á 24 de janeiro de 2009, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.548

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.548 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública Técnica de Enfermagem – VANESSA MIRIAM NEUBAUER, matrícula nº 000441, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2007 á 15 de setembro de 2008, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.549

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.549 DE 05 DE JANEIRO DE 2009

INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias da Servidora Pública – Auxiliar de Enfermagem – MARILENA PISKE, matrícula nº 000051, referente ao período aquisitivo 01 de fevereiro de 2008 á 31 de janeiro de 2009, a partir de 05 de janeiro de 2009.



Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção da Servidora Pública Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.550

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.550 DE 05 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias do Servidor Público Médico – RÉGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, matrícula nº 000549, referente ao período aquisitivo 06 de maio de 2008 á 05 de maio de 2009, a partir de 05 de janeiro de 2009.

Art.2º) A interrupção de que trata o Art. 1º desta Portaria, segundo opção do Servidor Público Municipal já requerida e devidamente protocolada junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.551

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.551 DE 09 DE JANEIRO DE 2009.
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Médico – MARIA-NO CEFERINO LLANO SANCHEZ, 000489, referente aos períodos aquisitivos: 05 (cinco) dias período de 01 de janeiro de 2007 á 31 de dezembro de 2007; 10 (dez) dias período de 01 de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) O servidor gozará férias no período de 12 de janeiro de 2009 á 26 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.552

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.552 DE 09 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor – Motorista – IVONEI FRIEDRICH, matrícula nº 338, por motivo de doença, pelo período de 11 de dezembro de 2008 a 24 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 11 de dezembro de 2008.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria N° 6.553

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.553 DE 10 DE JANEIRO DE 2009.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo 4º da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2006 à 31 de outubro de 2007.

Parágrafo único: O Terço de férias referente ao período aquisitivo mencionado no caput deste artigo foi pago na folha de pagamento no mês de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará férias no período de 12 de janeiro de 2009 à 31 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/01/2009

PEDRO F. dos SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.554

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.554 DE 12 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 193, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença do Cargo de Provisório Efetivo ao Técnico em Nível Médio, para exercer Cargo de Provisório em Comissão ao Servidor Sr. JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, a partir de 01 de janeiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2009.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.555

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.555 DE 13 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 5 (cinco) dias de Férias a Agente Administrativo II – LUCILAINE MÓKFA SCHAWARZ, matrícula nº 345, referente ao período aquisitivo 01 de junho de 2007 à 31 de maio de 2008, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 19 de janeiro de 2009 à 23 de janeiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 13 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 6.556

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA N° 6.556 DE 19 DE JANEIRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial por analogia ao Artigo 88 e Parágrafo Único da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder licença para aleitamento materno à MARINÊS WOYESKOVSKY UHLIG, professora, sob forma de uma hora de descanso por jornada de trabalho, dividido em dois períodos; sendo uma hora no período matutino e outra uma hora no período vespertino, a partir de 19 de janeiro de 2009 até a data de 12 de fevereiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.557

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.557 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDOR
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – LORIVAL IOHANSON, matrícula nº 000479, referente ao período aquisitivo 03 de outubro de 2007 á 02 de outubro de 2008, e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de fevereiro de 2009 á 21 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.558

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.558 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, matrícula nº 000493, referente ao período aquisitivo 1º de janeiro de 2008 á 31 de dezembro de 2008, e o pagamento de um terço de férias referente

ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de fevereiro de 2009 á 21 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.559

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.559 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Operacional I – ISABEL TEREZINHA TEIXEIRA DA SILVA, matrícula nº 292, referente ao período aquisitivo 1º de julho de 2007 á 30 de junho de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de fevereiro de 2009 á 21 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.560

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.560 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.



O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Administrativo II – ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE, matrícula nº 000211, referente ao período aquisitivo 1º de fevereiro de 2007 à 31 de janeiro de 2008 (dez dias) e 1º de fevereiro de 2008 à 31 de janeiro de 2009 (cinco dias), e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2008 à 31 de janeiro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de fevereiro de 2009 à 16 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.561

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.561 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO
PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Administrativo II – ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE, matrícula nº 000211, referente ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2008 à 31 de janeiro de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.562

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.562 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Técnico Nível Médio – JOSÉ LUIS SILVA, matrícula nº 000034, referente ao período aquisitivo de 22 de dezembro de 2007 à 23 de dezembro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.563

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.563 DE 19 DE JANEIRO DE 2009
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I – CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo de 17 de abril de 2007 à 16 de abril de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração



Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.564

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.564 DE 19 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional I – JOSÉ SENILDO GODOY, matrícula nº 000037, referente ao período aquisitivo de 5 de maio de 2007 à 4 de maio de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.565

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.565 DE 19 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional II – LUIS SILDONIR CARDOSO, matrícula nº 000041, referente ao período aquisitivo de 26 de outubro de 2007 à 25 de outubro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.566

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.566 DE 19 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Enfermeira – FLÁVIA NUNES PATRÍCIO, matrícula nº 000430, referente ao período aquisitivo de 4 de setembro de 2007 à 3 de setembro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.567

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.567 DE 19 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Odontóloga – JESSICA FISCHER, matrícula nº 443, referente ao período aquisitivo 6 de junho de 2007 à 5 de junho de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2009 à 16 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de janeiro de 2009.



VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.568

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.568 DE 21 DE JANEIRO DE 2009
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Técnica em Enfermagem – ELAIR PINHEIRO HACK, matrícula nº 000442, referente ao período aquisitivo de 17 de novembro de 2007 à 16 de novembro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

port6568.doc
Usuário: José Luis Silva (01/12/2009 - 12:15:00 - 187.5.164.133)

Portaria Nº 6.569

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.569 DE 21 DE JANEIRO DE 2009
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Agente Operacional III – GIOVANI JOSÉ TOMAZ, matrícula nº 000477, referente ao período aquisitivo de 3 de outubro de 2007 à 2 de outubro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 21 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
21/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete de Gabinete

Portaria Nº 6.570

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.570 DE 23 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias a Professora – ADELAIDE DOLORES LIEBL, matrícula nº 000519, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de janeiro de 2009 à 13 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
23/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.571

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.571 DE 23 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias a Auxiliar de Educador – BARBARA BRUSKE, matrícula nº 000008, referente ao período aquisitivo 11 de abril de 2008 à 10 de abril de 2009.



Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2009 á 19 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.572

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.572 DE 26 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 7 (sete) dias de férias a Engenheira Civil – SCHÉ-LIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, matrícula nº 000543, referente ao período aquisitivo 14 de abril de 2008 á 31 de dezembro de 2008, e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2009 á 3 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.573

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.573 DE 26 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias ao Agente Operacional I – LUCIA SALETE KUJASKY, matrícula nº 000121, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2008 á 14 de abril de 2009.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2009 á 19 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.574

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.574 DE 26 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 19 (dezenove) dias de férias ao Professor Auxiliar - CRISTIANE MARIA OLESCOVITZ, matrícula nº 000517, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de janeiro de 2009 á 15 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Portaria Nº 6.575

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.575 DE 26 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Enfermeira - DAIANE GAMBETA FÜCHTER, matrícula nº 000488, referente ao período aquisitivo 1º de janeiro de 2007 à 31 de dezembro de 2007 (dez dias) e 1º de janeiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008 (vinte dias), e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 27 de janeiro de 2009 à 25 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.576

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.576 DE 27 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Agente Operacional II – ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, matrícula nº 000375, referente ao período aquisitivo de 3 de março de 2007 à 2 de março de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.577

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.577 DE 27 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, ao Nutricionista – CINTHIA CHRISTOFFEL, matrícula nº 000415, referente ao período aquisitivo de 1º de janeiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 27 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.578

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 6.578 DE 28 DE JANEIRO DE 2009

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de dez dias sobre Férias, a Técnico em Nível Médio – ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK, matrícula nº 000001, referente ao período aquisitivo de 02 de março de 2008 à 2 de março de 2009, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 28 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal



AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
28/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.579

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.579 DE 29 DE JANEIRO DE 2009
INTERROMPE FÉRIAS E CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA GESTANTE.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper as Férias e Conceder Licença Gestação à Servidora LUCIANE WOYCIECHOSKY, matrícula nº 000460, por um período de 120 dias, a partir de 22 de janeiro de 2009 até 21 de maio de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 29 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
29/01/2009.

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.580

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.580 DE 30 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Agente Administrativo I – VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER, matrícula nº 0203, referente ao período aquisitivo 1º de abril de 2006 à 31 de março de 2007, e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 02 de fevereiro de 2009 à 21 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.581

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.581 DE 30 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Professora – BERNARDETE TERESINHA SCHUTA ODIA, matrícula nº 000427, referente ao período aquisitivo 1º de janeiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008, e o pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 5 de fevereiro de 2009 à 6 de março de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe do Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.582

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.582 DE 30 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 5 (cinco) dias de férias a Professora Auxiliar – LUCIANA FICKNER WALTMANN, matrícula nº 000516, referente ao período aquisitivo 25 de fevereiro de 2008 à 31 de dezembro de 2008.



Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 2 de fevereiro de 2009 á 6 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.583

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.583 DE 30 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 23 (vinte e três) dias de férias a Agente Operacional I – MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, matrícula nº 0190, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2008 á 27 de setembro de 2009.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 29 de janeiro de 2009 á 20 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.584

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.584 DE 30 DE JANEIRO DE 2009
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de

19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 8 (oito) dias de férias a Agente Operacional I – ROBERTA SOFIA CORDEIRO DA CRUZ, matrícula nº 000553, referente ao período aquisitivo 16 de junho de 2008 á 31 de dezembro de 2008.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 2 de fevereiro de 2009 á 9 de fevereiro de 2009, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 30 de janeiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
30/01/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 6.585

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 6.585 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2009
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor – Motorista – OSMAR ALBINO MARIANO, matrícula nº 000264, por motivo de doença, pelo período de 13 de janeiro de 2009 á 5 de fevereiro de 2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos á 5 de fevereiro de 2009.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 05 de fevereiro de 2009.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURISTELA BAUER KOLENEZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
05/02/2009

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



Canoinhas

Prefeitura Municipal

Edital de Carta Convite n.º 38/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO N.º 107/2009

CARTA CONVITE N.º 38/2009

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 09/12/2009, às 14:15 h, abertura das propostas, para contratação de empresa para confecção de notas fiscais de produtor rural, em formulário contínuo 4 vias autocopiativo. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail licitacao@pmc.sc.gov.br, fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Pregão eletrônico n.º 12/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO N.º FMS 34/2009.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º FMS 12/2009

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80 realizará no dia 16/12/2009, às 10:15 hs, pregão eletrônico para aquisição de uma motocicleta nova, zero quilometro, ano modelo igual ou superior a 2009, destinada ao Ambulatório Municipal de Epidemiologia. Cadastro de propostas no site até às 09:00 hs do dia 16/12/2009. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br. N.º da licitação: 282643.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito/Presidente do Fundo

Edital N° 03/2009

EDITAL N° 03/2009

A Comissão do Processo Administrativo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, no uso de suas atribuições legais, homologa as inscrições das candidaturas à composição da suplência do Conselho Tutelar, de acordo com o Edital CMDCA n.º 01/2009:

- Felipe Santiago da Silva Neto;
- Fernanda Gurtinski Borba Fernandes;
- Lucimeri Santi;
- Maria Madalena Kauva Lima;

Observação: As demais inscrições foram indeferidas, por não cumprirem com o disposto no item 3, em seus incisos, do Edital acima referido.

Canoinhas / SC, 30 de novembro de 2009.

CAROLINA V.C. GASDA

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

KEINY RODRIGO BURGARDT

Assessoria Jurídica

TEODORO SACHWEH

Associação Espírita "Lar de Jesus"

JULIANA HAUFFE RODRIGUES.

Gabinete do Prefeito

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Lei N° 0452/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N° 0452 DE 30.11.2009

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC, PARA O QUADRIÊNIO 2010-2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Estrutura e Organização do Plano

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I – Programas de Governo e o detalhamento sistemático dos Objetivos e Metas, discriminados através das respectivas Ações.

II - Anexo II – Órgãos Responsáveis por Programas de Governo.

Art. 2º O Plano Plurianual 2010-2013 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º Os Programas e ações deste Plano serão observados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nas Leis Orçamentárias Anuais e nas leis que as modifiquem.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e financeiros em termos de recursos.

Art. 5º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à Programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais.

CAPÍTULO II

Da Gestão do Plano



SEÇÃO I**Aspectos Gerais**

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de Programas.

Art. 7º O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2010-2013.

SEÇÃO II**Das Revisões e Alterações do Plano**

Art. 9º A exclusão ou a alteração de Programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo Programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Poderá ser encaminhado projetos de lei de revisão anual do Plano, que serão enviados à Câmara de Vereadores até 30 de julho de 2011, 2012 e 2013.

§ 2º Os projetos de lei revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de Programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o Programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o Programa proposto;

II – alteração ou exclusão de Programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de Programa:

I – modificação da denominação e do objetivo do Programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 10. O Poder Executivo fica autorizado a:

I – alterar o órgão responsável por Programas e ações;

II – adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.

III – Atualizar por Decreto os valores constantes das planilhas do anexo II, em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de fevereiro, com base na variação acumulada do INPC de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

SEÇÃO III**Do Monitoramento e Avaliação**

Art. 11. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por Programas, nos termos do Anexo II desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias constantes dos Programas sob sua responsabilidade.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 30 de novembro de 2009.

ARLINDO STEIN

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria nº 397/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 397/2009

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar n.º 026, de 04.05.06, Lei Complementar n.º 030, de 09.07.07 Lei Complementar n.º 007 de 23.12.99 e Lei Complementar n.º 008 de 23.12.99 no que for aplicável, e o resultado do Processo Seletivo n.º. 05/2009, realizado em função da execução do Programa Saúde da Família, assim como o interesse público no atendimento a população ;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 257/2009, de 29.05.2009, que nomeia DIRCE DE SOUZA, para ocupar o cargo de Atendente de Consultório Odontológico do PSF- 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, pelo período de 02.12.2009 a 02.06.2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de novembro de 2009.

ARLINDO STEIN

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria nº 398/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 398/2009

ALTERA LOCAL DE TRABALHO

- CONSIDERANDO que a servidora designada, é lotada na Administração Central, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo – 40 horas aprovada no Concurso Público nº 02/2008;

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar 007/99 e o art.131 da Lei Complementar 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 50, Inciso VII e pelo Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o local de trabalho da funcionária, CLAUDIRENE FERREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, retroagindo seus efeitos a partir de 28.07.09

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de novembro de 2009.

ARLINDO STEIN

Prefeito Municipal em Exercício



Coronel Martins

Prefeitura Municipal

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 021A/2009 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 021A/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 049/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/02/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 049, de 17 de fevereiro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
A Cláusula Terceira do Contrato 049/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1. O objeto do presente contrato deverá ser executado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2009.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2009.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Quinto Termo Aditivo Nº 030/2009 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 030/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 076/2008

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/05/2008

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 076, de 29 de maio de 2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
A Cláusula Terceira do Contrato 076/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO, DAS OBRIGAÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Da forma de pagamento:

2. O valor total, global a ser pago pela execução do objeto ora contratado é de R\$ 73.399,96 (setenta e três mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), sendo destes R\$ 18.250,00 (dezoito mil duzentos e cinquenta reais) de mão de obra e R\$ 55.149,96 (cinquenta e cinco mil cento e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos) de materiais...”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas as demais alíneas e itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

LICITAÇÃO: Processo Licitatório Modalidade Convite nº 0014/2008.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 02.131.315/0001-01

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2009.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 022/2009 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 022/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2009. NÚMERO CONTRATO: 047/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/02/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 047, de 16 de fevereiro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
A Cláusula Terceira do Contrato 047/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1. O objeto do presente contrato deverá ser executado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2009.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2009.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Termo Aditivo Nº. 022A/2009 De Contrato de Repasse.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO TERMO ADITIVO Nº. 022A/2009 DE CONTRATO DE REPASSE.

MÊS/ANO: AGOSTO/2009. NÚMERO CONTRATO: CAIXA Nº. 230188-11/2007.

DESCRIÇÃO: A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$ 15.823,96(Quinze mil oitocentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos).

TIPO PESSOA (1/2): 2 CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Primeiro Termo Aditivo Nº. 021B/2009 de Contrato

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 021B/2009 DE CONTRATO

MÊS/ANO: MARÇO/2009. NÚMERO CONTRATO: 060/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 06/03/2009

DESCRIÇÃO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira do Contrato nº. 060, de 06 de março de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS
A Cláusula Terceira do Contrato 060/2009 passará a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1. O objeto do presente contrato deverá ser executado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2009.”

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Terceira e as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 01.341.214/0001-94

CONTRATADO: CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA.



DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2009.
CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$.

Corupá

Prefeitura Municipal

Tomada de Preços 007/09 - Município de Corupá

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 007/09

OBJETO: Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de implantação e fornecimento de licença de uso de sistemas de Gestão Pública para a Administração Direta e Indireta no Município de Corupá

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 03/12/09, às 14h00min do dia 17/12/09.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 14h30min do dia 17/12/09.

TIPO: Menor Preço Global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

Visita Técnica a ser realizada até o dia 14/12/09 às 14hs.

Para retirar o Edital com os Projetos, Orçamentos e Memoriais, necessariamente o interessado deverá comparecer na Prefeitura de Corupá, com a entrega de uma mídia CD-R para a gravação das informações.

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 008/09 - Município de Corupá

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 008/09

OBJETO: Contratação de Empresa de Pavimentação Asfáltica da Rua João Bankhardt, Rua 145 – Sem Denominação e embocamentos, Bairro João Tozini, com extensão de 397,00 m, Área de 3.199,75 m² e Largura de 8,00 m, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativos anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 03/12/09, às 09h00min do dia 17/12/09.

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: 09h30min do dia 17/12/09.

TIPO: Menor Preço Global.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

Visita Técnica a ser realizada até o dia 14/12/09 às 16hs.

Para retirar o Edital com os Projetos, Orçamentos e Memoriais, necessariamente o interessado deverá comparecer na Prefeitura de Corupá, com a entrega de uma mídia CD-R para a gravação das informações.

Horário: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 01 de Dezembro de 2009.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Forquilha

Prefeitura Municipal

Lei Nº. 1.497

LEI Nº. 1.497, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ALTERA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criado 01 (um) cargo em comissão de Chefe da Divisão de Ação Social – Nível DAS-3, 01 (um) cargo em comissão de Chefe da Seção de Almoxarifado – Nível DAS-4, 01 (um) cargo em comissão de Gerente de Educação – Nível DAS-9, 01 (um) cargo em comissão de Chefe de Departamento de Governo – Nível DAS-9, 01 (um) cargo em comissão de Gerente de Esportes – Nível DAS-3 e mais 01 (um) cargo em comissão de Diretor de Escola de Educação Básica com até 300 alunos.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos em comissão ficam fixados nos moldes dos Anexos III a V da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 2º É alterado o nível de referencia do cargo em comissão de Assessor de Comunicação para o Nível DAS-3 do Anexo V da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 3º É alterado o vencimento do nível de referencia DAS-7 do Anexo V da Lei Municipal nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 4º Os cargos mencionados nos artigos acima são regidos pelo critério de confiança e de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º É alterado o Nível de Amplitude de Referência do cargo de Monitora para TSA-8 a 12 do Anexo VII da Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores.

Art. 6º É alterado o Nível de Amplitude de Referência do cargo de Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho para OAG-8 a 12 do Anexo VII da Lei Municipal nº. 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 25 de novembro de 2009

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças



Lei Nº. 1.498

LEI Nº. 1.498, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº. 1.116, DE 22 DE JULHO DE 2005.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É alterado os incisos I e II do artigo 3º, da Lei Municipal nº. 1.116, de 22 de julho de 2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“I - 1 (um) cargo de Médico Veterinário, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais e salário de R\$ 5.499,00 (cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais) mensais;

II - 3 (três) cargos de Agente de Inspeção, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais e salário de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.”

Art. 2º É alterado o caput do artigo 3º, da Lei Municipal nº. 1.116, de 22 de julho de 2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O Convênio/Acordo a ser firmado terá prazo de vigência para 5 (cinco) anos contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o interesse dos partícipes.”

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 25 de novembro de 2009
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP
Secretária de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.499

LEI Nº. 1.499, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTIMA AS RECEITAS E FIXA AS DESPESAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINAPREV, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DE FORQUILHINHA, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA E CÂMARA DE VEREADORES, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO 2010.

Eu, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Forquilha para o exercício de 2010 estima a Receita e fixa as Despesas em R\$ 41.590.000,00 (quarenta e um milhões, quinhentos e noventa mil reais), da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 29.470.000,00 (vinte e nove milhões quatrocentos e setenta mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 12.120.000,00 (doze milhões cento e vinte mil reais).

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento Anual dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Forquilha, para o exercício financeiro do ano 2010, estima à receita em R\$ 34.920.000,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e vinte mil reais) e fixa a despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 27.855.000,00 (vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária para a Câmara de Vereadores, Fundação e Fundos Municipais de R\$ 7.065.000,00 (sete milhões e sessenta e cinco mil reais), da seguinte forma:

I - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Saúde: R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais);

II - Transferência Financeira Extra Orçamentária para o Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

III - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Fundação Municipal Ambiental: R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

IV - Transferência Financeira Extra Orçamentária para a Câmara Municipal de Vereadores: R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Art. 3º A Receita referida no artigo anterior será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com os seguintes desdobramentos:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA		VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	37.377.000,00
	Receita Tributária	2.850.000,00
	Receita de Contribuições	500.000,00
	Receita Patrimonial	320.000,00
	Receita de Serviços	720.000,00
	Transferências Correntes	32.440.000,00
	Outras Receitas Correntes	547.000,00
2 -	Receitas de Capital	1.635.000,00
	Operações de Crédito	600.000,00
	Alienação de Bens	60.000,00
	Transferências de Capital	975.000,00
9 -	Deduções da Receita Corrente	(4.092.000,00)
9.7 -	Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(4.092.000,00)
	Total Geral da Receita	34.920.000,00

Art. 4º A Despesa referida no artigo 2º, será realizada segundo a apresentação dos Anexos previstos na Lei 4.320/64, que são parte integrante desta Lei, por Órgãos, Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Elementos de Despesa, distribuídos da seguinte maneira:

I -	DESPESAS POR ÓRGÃOS	VALOR EM R\$
	02- Gabinete do Prefeito	900.000,00
	03 - Secretaria de Planejamento	230.000,00
	04 - Secretaria Administração e Finanças	3.200.000,00
	05 - Secretaria Educação	9.615.000,00
	06 - Secretaria de Saúde e Desenv. Social	875.000,00
	07 - Secretaria Obras Desenvolvimento Urbano	8.640.000,00



08 – Secretaria Cultura, Esportes e Turismo.	1.475.000,00
09 – Secretaria Habitação e Desenv. Econômico	270.000,00
10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	630.000,00
11 – Fundo Mun. Man. Reeq. Corpo Bombeiro	70.000,00
12 – Fundo Municipal de Habitação	20.000,00
13 – Fundo Municipal de Assistência Social	1.045.000,00
14 – Fundo Mun. Direito da Criança e Adolescente	455.000,00
15 – Encargos Especiais	400.000,00
99 - Reserva de Contingência	30.000,00
Total Orçamentário	27.855.000,00
Transf. Financeira F.M. Saúde	4.900.000,00
Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	200.000,00
Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	165.000,00
Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	1.800.000,00
Total Extra-Orçamentário	7.065.000,00
Total Geral da Despesa	34.920.000,00
II - DESPESAS POR FUNÇÕES	VALOR EM R\$
04 – Administração	4.260.000,00
06 – Segurança Pública	110.000,00
08 – Assistência Social	2.375.000,00
12 – Educação	9.615.000,00
13 – Cultura	170.000,00
15 – Urbanismo	5.010.000,00
16 – Habitação	60.000,00
17- Saneamento	775.000,00
18 – Gestão Ambiental	260.000,00
20 – Agricultura	370.000,00
22 – Indústria	230.000,00
26 – Transporte	2.865.000,00
27 – Desporto e Lazer	1.325.000,00
28 – Encargos Especiais	400.000,00
99 – Reserva de Contingência	30.000,00
Total Orçamentário	27.855.000,00
Transf. Financeira F.M. Saúde	4.900.000,00
Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	200.000,00
Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	165.000,00
Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	1.800.000,00
Total Extra-Orçamentário	7.065.000,00
Total Geral da Despesa	34.920.000,00
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
100 - Encargos Especiais	400.000,00

102 – Gestão Administrativa Superior	1.130.000,00
103 – Administração Geral e Finanças	3.190.000,00
104 – Aeroporto Regional Diomício Freitas	10.000,00
105 – Educação Infantil	1.300.000,00
106 – Ensino Fundamental	8.115.000,00
107 – Ensino Profissionalizante e Superior	180.000,00
108 – Escola Arte no Parque	15.000,00
109 – Educação Especial	5.000,00
110 – Centros de Integração Comunitária	875.000,00
111 – Esporte é Vida	955.000,00
113 – Assistência Social Geral	1.045.000,00
114 – Desenvolvimento Rural	370.000,00
115 – Recuperação do Meio Ambiente	260.000,00
116 – Desenvolvimento Urbano	8.000.000,00
117 – Edificações Públicas	770.000,00
118 – Desenvolvimento Econômico	230.000,00
119 – Desenvolvimento Turístico e Cultural	520.000,00
121 – Assist. Fdo. Municipal Direitos Criança e Adolescente	455.000,00
199 – Reserva de Contingência	30.000,00
Total Orçamentário	27.855.000,00
Transf. Financeira F.M. Saúde	4.900.000,00
Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	200.000,00
Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	165.000,00
Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	1.800.000,00
Total Extra-Orçamentário	7.065.000,00
Total Geral da Despesa	34.920.000,00
IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	VALOR EM R\$
DESPESAS CORRENTES	21.909.500,00
Transferência Consórcios Públicos	2.394,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.551.106,00
Aplicações Diretas	8.901.106,00
Aplicações Diretas – Previdência Social	650.000,00
Juros e Encargos da Dívida	100.000,00
Aplicações Diretas	100.000,00
Transferência Consórcios Públicos	1.596,00
Outras Despesas Correntes	12.254.404,00
Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	1.406.000,00
Aplicações Diretas	10.848.404,00
DESPESAS DE CAPITAL	5.915.500,00
Transferência Consórcios Públicos	210,00
Investimentos	5.515.290,00
Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	10.000,00
Aplicações Diretas	5.505.290,00
Amortização da Dívida	400.000,00
Aplicações Diretas	400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
Reserva de Contingência	30.000,00



Total Orçamentário	27.855.000,00
Transf. Financeira F.M. Saúde	4.900.000,00
Transf. Financeira F.M. Agric. e Meio Ambiente	200.000,00
Transf. Financeira Fundação Municipal Ambiental	165.000,00
Transf. Financeira Câmara Mun. de Vereadores	1.800.000,00
Total Extra-Orçamentário	7.065.000,00
Total Geral da Despesa	34.920.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 5º O Orçamento da Seguridade Social do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício financeiro de 2010, estima à receita em R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) e uma Transferência Financeira da Prefeitura Municipal de Forquilha de R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais) e fixa a despesa em R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, será proveniente de suas receitas próprias advindas do Estado e da União, com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 - Receitas Correntes	2.437.000,00
Receita Tributária	180.000,00
Receita Patrimonial	40.000,00
Transferências Correntes	2.195.000,00
Outras Receitas Correntes	22.000,00
2 - Receitas de Capital	163.000,00
Alienação de Bens	3.000,00
Transferência de Capital	160.000,00
Total Orçamentário	2.600.000,00
3- Transf. Financ.Extra-Orçamentário da PMF	4.900.000,00
Total Geral da Receita	7.500.000,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Seguridade Social a que se refere este artigo, é fixada segundo discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas será destacada por Função de Governo e por Natureza da Despesa e uma transferência financeira extra-orçamentária de contribuições patronal ao Fundo Municipal de Seguridade Social, da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
17 - Fundo Municipal de Saúde	7.490.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total Geral da Despesa	7.500.000,00
II - DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$

10 - Saúde	7.490.000,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total Geral da Despesa	7.500.000,00
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
112 - Forquilha Município Saudável	7.490.000,00
199 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total Geral da Despesa	7.500.000,00
IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	7.030.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	5.180.000,00
Aplicações Diretas	4.620.000,00
Aplicações Diretas - Previdência Social	560.000,00
Outras Despesas Correntes	1.850.000,00
Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos	40.000,00
Aplicações Diretas	1.810.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	460.000,00
Investimentos	460.000,00
Aplicações Diretas	460.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
Total Geral da Despesa	7.500.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 6º O Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Forquilha, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita em R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais) e uma transferência financeira extra-orçamentária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1 - Receitas Correntes	1.770.000,00
Receita Tributária	7.000,00
Receita Patrimonial	28.000,00
Receita Agropecuária	20.000,00
Transferências Correntes	1.710.000,00
Outras Receitas Correntes	5.000,00
2 - Receitas de Capital	30.000,00
Transferências de Capital	30.000,00



	Total Orçamentário	1.800.000,00
3-	Transf. Financeira Extra Orçamentária	200.000,00
	Total Geral da Receita	2.000.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	18- Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	1.990.000,00
	99 - Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	2.000.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DO GOVERNO	VALOR EM R\$
	17- Saneamento	80.000,00
	18- Gestão Ambiental	140.000,00
	20- Agricultura	1.770.000,00
	99 - Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	2.000.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	114- Desenvolvimento Rural	1.770.000,00
	115- Recuperação do Meio Ambiente	140.000,00
	116- Desenvolvimento Urbano	80.000,00
	199 - Reserva de Contingência	10.000,00
	Total Geral da Despesa	2.000.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	1.640.000,00
	Outras Despesas Correntes	1.640.000,00
	Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	40.000,00
	Aplicações Diretas	1.600.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	350.000,00
	Investimentos	350.000,00
	Aplicações Diretas	350.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
	Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00
	Total Geral da Despesa	2.000.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA-FORQUILHINHAPREV

Art. 7º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHAPREV, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita de R\$ 1.945.000,00 (hum milhão, novecentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 1.945.000,00 (hum milhão, novecentos e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1-	Receitas Correntes	995.000,00
	Receita Tributária	2.000,00
	Receita de Contribuições	490.000,00
	Receita Patrimonial	500.000,00
	Outras Receitas Correntes	3.000,00
	Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	950.000,00
	Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	950.000,00
	Total Geral da Receita	1.945.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I -	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
	19 – Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Forquilha - FORQUILHINHAPREV	1.945.000,00
	Total Geral da Despesa	1.945.000,00
II -	DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
	09 - Previdência Social	1.945.000,00
	Total Geral da Despesa	1.945.000,00
III -	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
	120 - Previdência ao Segurado	1.945.000,00
	Total Geral da Despesa	1.945.000,00
IV -	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
	DESPESAS CORRENTES	1.905.000,00
	Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
	Aplicações Diretas	100.000,00
	Outras Despesas Correntes	1.805.000,00
	Transf. A Inst. Privadas Sem Fins Lucr.	5.000,00
	Aplicações Diretas	1.800.000,00



DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00
Investimentos	40.000,00
Aplicações Diretas	40.000,00
Total Geral da Despesa	1.945.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE FORQUILHINHA

Art. 8º O Orçamento de Seguridade Social do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores Municipais de Forquilha para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias, de acordo com a seguinte composição:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1- Receitas Correntes	215.000,00
Receita Tributária	1.000,00
Receita de Contribuições	150.000,00
Receita Patrimonial	60.000,00
Outras Receitas Correntes	4.000,00
Receitas Correntes – Intra-Orçamentárias	85.000,00
Receitas de Contribuições – Intra-Orçamentárias	85.000,00
Total Geral da Receita	300.000,00

§ 2º A despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção e Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
20 – Fundo de Assistência Social dos Servidores Municipais de Forquilha	300.000,00
Total Geral da Despesa	300.000,00
II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
08 – Assistência Social	300.000,00
Total Geral da Despesa	300.000,00
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
122 - Assistência Social ao Servidor Municipal	300.000,00
Total Geral da Despesa	300.000,00
IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	290.000,00

Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
Aplicações Diretas	10.000,00
Outras Despesas Correntes	280.000,00
Aplicações Diretas	280.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
Investimentos	10.000,00
Aplicações Diretas	10.000,00
Total Geral da Despesa	300.000,00

DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE FORQUILHINHA

Art. 9º O Orçamento Fiscal da Fundação Municipal Ambiental de Forquilha, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita em R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) e uma transferência financeira extra orçamentária de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais).

§ 1º A Receita a que se refere este artigo será proveniente de suas receitas próprias e com Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal de Forquilha de acordo com a seguinte composição:

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR EM R\$
1- Receitas Correntes	25.000,00
Receita Tributária	22.000,00
Receita Patrimonial	3.000,00
Total Orçamentário	25.000,00
2- Transf. Financeira Extra Orçamentária	165.000,00
Total Geral da Receita	190.000,00

§ 2º A Despesa a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação dos Anexos, parte integrante desta Lei, que apresenta a sua composição por Função, Subfunção Programas, Projetos, Atividades e Categorias Econômicas e serão destacados por Função de Governo e por Natureza da Despesa, da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
21 – Fundação Ambiental Municipal de Forquilha	190.000,00
Total Geral da Despesa	190.000,00
II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
18 – Gestão Ambiental	190.000,00
Total Geral da Despesa	190.000,00
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
115- Recuperação do Meio Ambiente	190.000,00
Total Geral da Despesa	190.000,00



IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	170.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	130.000,00
Aplicações Diretas	130.000,00
Outras Despesas Correntes	40.000,00
Aplicações Diretas	40.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
Investimentos	20.000,00
Aplicações Diretas	20.000,00
Total Geral da Despesa	190.000,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Art. 10. O Orçamento do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA para o exercício de 2010 estima a Transferência Financeira Recebida da Prefeitura em R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.800.000,00 (hum milhão e oitocentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras Extra-Orçamentário, conforme abaixo especificado:

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS - Extra-Orçamentário Concedida p/a CÂMARA MUNICIPAL	1.800.000,00
SOMA:	1.800.000,00
TOTAL:	1.800.000,00

§ 2º A Despesa do órgão CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR EM R\$
01 – Poder Legislativo	1.800.000,00
Total Geral	1.800.000,00
II - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR EM R\$
01 - Legislativo	1.800.000,00
Total Geral	1.800.000,00
III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	VALOR EM R\$
101 – Processo Legislativo	1.800.000,00
Total Geral	1.800.000,00
IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	1.525.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.141.000,00

Aplicações Diretas	1.100.000,00
Aplicações Diretas – Oper. Intra-Orçamentárias	41.000,00
Outras Despesas Correntes	384.000,00
Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	4.000,00
Aplicações Diretas	380.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	275.000,00
Investimentos	275.000,00
Aplicações Diretas	275.000,00
Total Geral da Despesa	1.800.000,00

Art. 11. Os valores previstos para cada projeto e atividade, representam uma previsão de custo que a administração municipal pretende executar ao longo do exercício, respeitando os limites fixados por elementos da despesa em cada unidade orçamentária, podendo ser utilizados os seus saldos orçamentários ou não, dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais às dotações de um elemento de despesa para outro.

Art. 12. Os valores orçamentários do FUNREBOM-PM, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social estão contidos no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, destacados nos respectivos órgãos e unidades orçamentárias.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar por ato próprio:

I – Abrir créditos adicionais suplementares durante a execução orçamentária, até o limite de quarenta por cento do total da despesa fixada nesta Lei, para a Prefeitura e para cada Fundo Municipal, utilizando como fonte de recursos, as disponibilidades caracterizadas no artigo 43, § 1º, itens de I a IV, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964;

II – Utilizar os recursos da Reserva de Contingência, de conformidade com o disposto no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, no que se refere ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos, inclusive a suplementares elementos de despesas/modalidades de aplicação orçadas a menor.

III – Corrigir os saldos dos Orçamentos pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas (FGV), através de Decreto do Executivo.

IV – Efetuar transposições de valores de dotações orçamentárias entre elementos de despesas correntes e de capital/modalidades de aplicações, alocados nas atividades e/ou projetos pertencentes ao mesmo Órgão ou Secretaria Municipal, até o limite de seu saldo.

V – Utilizar os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações.

VI – Celebrar Convênio com o Governo Federal e Estadual, por intermédio de seus órgãos da administração direta e indireta, objetivando a realização de obras e serviços de interesse do Município.

VII – Realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 14. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 15. Faz parte integrante desta Lei os ANEXOS extraídos da Lei Federal nº. 4.320/64 e os ANEXOS I à XV vinculados ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 16. Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 e nos anexos da Lei de Diretrizes



Orçamentárias/2010, que se fizerem necessários em função de transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará durante o exercício financeiro de 2010.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria em 25 de novembro de 2009
ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretária de Administração e Finanças

Decreto Nº. 109

DECRETO Nº. 109, DE 13 DE NOVEMBRO 2009.

DISPÕE SOBRE A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e em atendimento ao artigo 19, da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Forquilha,

DECRETA:

Art. 1º O membro efetivo do magistério público municipal de Forquilha, para conquistar progressão por mérito na carreira, deverá ser submetido à avaliação de desempenho profissional.

Art. 2º Será submetido à avaliação, a competência profissional do servidor para o exercício do cargo, observados os seguintes requisitos:

- I – Assiduidade e pontualidade;
- II – Experiência e dedicação ao serviço;
- III – Participação extraclasse;
- IV – Disciplina e responsabilidade;
- V - Produtividade e eficiência na aplicação do Projeto Pedagógico.

Art. 3º Para efeito de avaliação dos requisitos de que trata o artigo 2º, considerar-se-á:

- I - Assiduidade e pontualidade: comparecimento e permanência do servidor às no seu local de trabalho;
- II - Experiência e dedicação ao serviço: forma de se pôr ao serviço educacional em termos de iniciativa em busca de novos conhecimentos, comprometimento e dedicação;
- III - Participação extraclasse: frequência nas atividades educativas extracurriculares ;
- IV - Disciplina e responsabilidade: cumprimento do servidor às normas legais e regulamentares e e comprometimento profissional. forma de relacionamento com o público;
- V - Produtividade e eficiência na aplicação do Projeto Pedagógico: bom desempenho do servidor em termos de qualidade e quantidade.

Art 4º Para efeitos de promoção por desempenho será promovido o servidor que:

- a) durante o período de 01 de junho de 2008 à 31 de maio de 2010 não apresentar nenhuma falta injustificada ao trabalho, bem como a participação das atividades extraclasse do calendário escolar;
- b) não entrar em licença para tratamento de saúde por um período superior a 60 dias consecutivos ou intercalados; exceto a licença de gestação, que corresponde a 120 dias;

- c) não se afastar da atividade docente para exercer outras funções fora o quadro Secretaria Municipal da Educação;
- d) as faltas justificadas (convocação de Delegacia, Fórum, Justiça Eleitoral, Doação de Sangue) e/ ou autorizadas pela autoridade competente e as previstas em lei no Estatuto do Magistério Público Municipal não serão consideradas nestas avaliação;
- e) apresentar resultado suficiente na avaliação de desempenho profissional. Considerando as respostas A e B como suficiente e C insuficiente.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de novembro de 2009.

ZULEIDE INES HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº. 110

DECRETO Nº. 110, DE 13 DE NOVEMBRO 2009.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no artigo 19, da Lei nº 875, de 06 de junho de 2002 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Forquilha,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão de Avaliação de Desempenho Profissional dos membros do Magistério Público Municipal de Forquilha/ SC, composto pelas seguintes pessoas:

- I - Rosemeri de Lucca Minatto, Representante da Secretaria de Educação;
- II - Maria Edilene Brugnoli; Maria Inês Sehnem Redivo, Soraia Elizabeth Cruz Alves, Representantes dos professores da rede municipal de ensino;
- III - Luciana Westrup e Ioná Terezinha da Rosa, representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Forquilha;
- IV - Daiana Candido da Silveira Minatto e Sandra Helena Savi Marcelino Macarini, representante de Diretoras e/ou responsáveis por Direção de escola;
- V - Zilda Horr, Representante da coordenação pedagógica escolar.

Art. 2º Dos nomeados acima ficam na suplencia as servidoras Ioná Terezinha Rosa e Zilda Horr.

Art. 3º O exercício da função de membros da comissão de avaliação será gratuito.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 13 de novembro de 2009.

ZULEIDE INES HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças



Decreto Nº. 111

DECRETO Nº. 111, DE 13 DE NOVEMBRO 2009.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município de Forquilha, no montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 01 – PODER LEGISLATIVO
2001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES
319000 – Aplicações Diretas – Operações Intra-OrçamentáriasR\$ 5.000,00
TOTALR\$ 5.000,00

Art. 2º Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias que relacionamos a seguir:

Órgão 01 – PODER LEGISLATIVO
2001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES
335000 – Aplicações Diretas – Transferência Instituições s/ Fins Lucrativos.....R\$ 5.000,00
TOTALR\$ 5.000,00

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2009.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 13 de novembro de 2009.
ZULEIDE HERDT WESTRUP
Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº. 112

DECRETO Nº. 112, DE 13 DE NOVEMBRO 2009.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.413/2008 e Lei nº. 1.496 de 13 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de R\$ 1.490.000,00 (hum milhão, quatrocentos e noventa mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças
2.006 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
16 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00
20 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 180.000,00
2.008 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS CONVENIOS C/ ENTIDADES
27 – 3390 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação
2.018 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
79 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 60.000,00
1.011 – CONST., AMPL., REFORMA E REEQ. CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
41 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 240.000,00

2.016 – MANUTENÇÃO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
71 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 70.000,00
72 – 3350 – Transferência a Instituições Privadas Sem fins LucrativosR\$ 100.000,00
73 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 60.000,00
74 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
2.029 – MANUTENÇÃO SECRET. CULTURA, ESPORTE E TURISMO
138 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

2.031 – MANUTENÇÃO DA SEÇÃO DE ESPORTES
150 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 40.000,00
1.064 – CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS
145 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 50.000,00

Órgão 09 – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico
2.032 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
155 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 11 – Fundo Municipal Reeq. Corpo de Bombeiro PM - FUREBOM
2.038 – MANUTENÇÃO DO FUREBOM - PM
202 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social
2.040 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS
210 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 40.000,00

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde
2.050 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 170.000,00
13 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 50.000,00
2.054 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF
30 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 180.000,00
32 – 3191 – Aplicações DiretasR\$ 40.000,00

TOTALR\$ 1.490.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito
2.004 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL
10 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00
11 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças
2.007 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
23 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
24 – 3290 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00
25 – 3390 – Aplicações DiretasR\$ 170.000,00
1.005 – EQUIPAMENTOS PARA BOMBEIROS
28 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00
1.006 – EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE POUSO E DECOLAGEM
29 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00
1.007 – AMPLIAÇÃO DA PISTA COM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
30 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00
1.008 – AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE TERRA PARA AMPLIAÇÃO
31 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 2.000,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação
1.009 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO REEQ. DE UNIDADES ESCOLARES
35 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 60.000,00
2.012 – MANUTENÇÃO DO FUNDEB
51 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 170.000,00
1.012 – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ARTE NO PARQUE
44 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 5.000,00
2.015 – MANUTENÇÃO A BOLSISTAS
68 – 3350 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos.....R\$ 5.000,00
1.062 – AMPLIAÇÃO E REEQUIP. PARQUES INFANTIS DAS UNIDADES ESCOLARES
45 – 4490 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
2.017 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
75 – 3190 – Aplicações DiretasR\$ 1.000,00
76 – 3350 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins



Lucrativos.....	R\$ 1.000,00
78 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão 06 – Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social	
2.020 – MANUTENÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS	
89 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
1.014 – AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO CENTRO CONVIVÊNCIA/MULTI-USO	
86 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão 07 – Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano	
2.022 – MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
104 – 3190 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.021 – CONSTR. RAMPAS P/PORTADORES NECESSID. ESPECIAIS À RE-PART. PÚBLICA	
101 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 3.000,00
1.022 – CONSTRUÇÃO DO PÓRTICO DE ENTRADA NA CIDADE	
102 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.026 – URBANIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS	
116 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.027 – REURBANIZAR ÁREAS EXISTENTES	
117 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
2.024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA SDE OBRAS E DESENV. URBANO	
109 – 3190 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
110 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
1.019 – AQUISIÇÃO DE TERRENO E IMPALNTAÇÃO PARQUE DE EVENTOS	
98 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
1.026 – AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA	
125 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
126 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
1.082 – AQUISIÇÃO DE COMPACTADOR	
132 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
133 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
1.063 – CONTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	
143 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
144 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Órgão 10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
1.038 – AMPLIAR A CONSTRUÇÃO CANAL IRRIGAÇÃO ASSOC., COOP., SINDICATO	
174 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
175 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.039 – PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
176 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
177 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
178 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.040 – AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES	
179 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.041 – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA	
180 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
181 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.042 – CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	
182 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
183 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
184 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.043 – CONSTRUÇÃO DA FEIRA LIVRE	
185 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.044 – CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO PÚBLICO	
186 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.045 – AMPLIAÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS	
187 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.046 – AQUISIÇÃO DE ÁREA E CONSTR. CASA DO AGRICULTOR	
188 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
189 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
190 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
1.068 – CRIAR COOPERATIVA DE CRÉDITO	
191 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
192 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Órgão 12 – Fundo Municipal de Habitação	
2.039 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	
206 – 3190 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
207 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.045 – IMPLANTAÇÃO MANUTENÇÃO DO PETI	
231 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

233 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.047 – MANUTENÇÃO DO CENTRO REFERENCIA INSERÇÃO SOCIAL	
236 – 3190 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
238 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 19.000,00
240 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Órgão 15 – Encargos Especiais	
0.045 – MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS	
248 – 3290 – Aplicações Diretas	R\$ 27.000,00
249 – 4690 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde	
1.051 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E VIATURAS P/ SAÚDE	
4 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
6 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.051 – IMPLANTAR PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL CAPS	
17 – 3191 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
18 – 3191 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
20 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00
21 – 4490 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
2.052 – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA	
23 – 3390 – Aplicações Diretas	R\$ 114.000,00
2.052 – PROGRAMA DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS	
25 – 3190 – Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

TOTALR\$ 1.490.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 13 de novembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº. 113

DECRETO Nº. 113, DE 13 DE NOVEMBRO 2009.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Inciso IV do artigo 12 e artigo 13, da Lei Municipal 1.403/2008;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 – Secretaria de Obras e Desenv.Urbano	
1025– Constr.Pontes e Pontilhões	
123 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde	
2050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10 - 3390 - Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

TOTALR\$ 45.000,00

Art. 2º Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 07 – Secretaria de Obras e Desenv.Urbano	
1025– Constr.Pontes e Pontilhões	
122 - 4490 - Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde	
2050 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	



12 - 3390 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
TOTALR\$ 45.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 13 de novembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto Nº. 116

DECRETO Nº. 116, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕEM A DIRETORIA DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº. 389, de 13 de fevereiro de 1997 e Decreto nº. 100, de 04 de maio de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho de Alimentação Escolar de Forquilha – CAE, os seguintes membros:

I - Representantes indicados pelo Poder Executivo:

a) Titular: Carlene da Silva Forgiarini;

b) Suplente: Alexsandra Luis Beretta;

II - Representantes de Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área de Educação:

a) Titulares: Ângela Maria Nola Denski e Maria Zélia Miranda Tiscoski;

b) Suplentes: Alvanice Terezinha Minatto Amboni e Ignez Kulkamp;

III - Representantes indicados pelos pais de alunos:

a) Titulares: Luís Carlos do Amaral Câmara e Maria de Fátima Ferreira;

b) Suplentes: Edson Nicoski e Cristiane Regina Loreto Câmara;

IV - Representantes indicados pela Sociedade Civil:

a) Titulares: João Westrupp e Renata De Lucca Romancini;

b) Suplentes: Marcito Júnior da Silva e Marino Preis.

Art. 2º - O exercício do cargo no Conselho de Alimentação Escolar – CAE será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 3º - A vigência deste Decreto será de 04 (quatro) anos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha, 25 de novembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 25 de novembro de 2009.

ZULEIDE INÊS HERDT WESTRUP

Secretaria de Administração e Finanças

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 104/PMF/2009.

Nº. 20/FMS/2009.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento através de autoclave e destinação final de resíduos provenientes de serviços de saúde, e destinação final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de dezembro de 2009 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 12:00 as 18:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 01 de dezembro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Garopaba

Prefeitura Municipal

Decreto N.º 137/2009

DECRETO N.º 137, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a inservibilidade do veículo PAS/ÔNIBUS, ano 1984, Chassi 34405811649868, Placas BYD7244, por estar desgastado e inadequado, as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Fica determinada, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, providências para baixa e destinação do bem móvel, objeto do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de Novembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em Exercício

AL - PR 033-2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2009

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº 61616; 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de 01 (um) veículo zero km.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes



nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” serão recebidos pelo Pregoeiro, no Setor de Compras e Licitações, na Secretaria de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 14:30 horas do dia 14/12/2009.

A sessão se dará a partir das 14:30 horas do dia 14/12/2009, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima especificado, no horário das 13:00 às 19 horas.

Garopaba, 02 de dezembro de 2009.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO

Prefeito Municipal em exercício

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto nº. 3.680/09

DECRETO Nº. 3.680, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº. 3.162, de 25 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas as seguintes dotações, no valor de R\$ 1.130.013,30 (um milhão, cento e trinta mil, treze reais e trinta centavos), constantes do orçamento da Administração Direta, Indireta e da Câmara de Vereadores do Município de Gaspar:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0004 – Gestão Adm. Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1011 –Aquisição de Veículo	
Despesa: 3	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0004 – Gestão Adm. Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1011 –Aquisição de Veículo	
Despesa: 222	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 04 – Administração	

Sub-Função: 123 – Administração Financeira	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1025 – Modernização e Reforma Administrativa	
Despesa: 164	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 123 – Administração Financeira	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1025 – Modernização e Reforma Administrativa	
Despesa: 23	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 123 – Administração Financeira	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e Fazendária	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2029 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
Despesa: 26	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Finanças	
Unidade: 04 – Secretaria de Administração e Finanças	
Função: 28 – Encargos Especiais	
Sub-Função: 843 – Serviço da Dívida Interna	
Programa: 0008 – Gestão Administrativa e fazendária	
Destino: 9 - Operação Especial	
Ação: 9.2032 – Encargos Especiais	
Despesa: 24	
Modalidade de Aplicação: 3.3.2.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 – Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0009 – Gestão da Área da Cultura	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2037 – Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca	
Despesa: 37	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$ 5.040,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 – Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0009 – Gestão Área da Cultura	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2037 – Manutenção do Centro Cultural, Museu e Biblioteca	
Despesa: 39	



Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 4.500,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 – Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0009 – Gestão Área da Cultura	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2045 – Manutenção de Oficinas Culturais	
Despesa: 33	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 211,20
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 – Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0009 – Gestão Área da Cultura	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2045 – Manutenção de Oficinas Culturais	
Despesa: 34	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 300,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manut. Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 230	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 85.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manut. Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 44	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manut. Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 200	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 140.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 06 – Educação Infantil	
Função: 12 – Educação	

Sub-Função: 365 – Educação Infantil	
Programa: 0010 – Manut. Educação Infantil	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2048 – Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 49	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 420.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 09 – Educação Especial	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 367 – Educação Especial	
Programa: 0013 – Manut. Educação Especial	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2075 – Manutenção da Educação Especial	
Despesa: 87	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 9.936,00
Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Unidade: 10 – Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	
Função: 23 – Comércio e Serviços	
Sub-Função: 695 – Turismo	
Programa: 0014 – Gestão Secr. Munic. Ind., Com., e Turismo	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2080 – Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 92	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 3.500,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 12 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Função: 20 – Agricultura	
Sub-Função: 606 – Extensão Rural	
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.457- Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 88	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 23.033,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 12 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Função: 20 – Agricultura	
Sub-Função: 606 – Extensão Rural	
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1174- Aquisição de Veículo	
Despesa: 103	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 31.500,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 15 – Urbanismo	
Sub-Função: 453 – Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenv.	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2220 – Manutenção do Transporte Coletivo	



Despesa: 145	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 33.675,50
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 16 – Habitação	
Sub-Função: 482 – Habitação Urbana	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.438- Apoio a habitação	
Despesa: 153	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 36.000,00
Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1018 – Aquisição de Móveis e Equipamentos	
Despesa: 13	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.023,00
Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2017 – Manutenção/Aquisição do sistema de controle dos processos judiciais	
Despesa: 11	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2017 – Manutenção/Aquisição do sistema de controle dos processos judiciais	
Despesa: 12	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 23 – Procuradoria Geral do Município	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e Extrajudicial	
Programa: 0006 – Gestão Adm. Procuradoria-Geral Munic.	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2020 – Pagamento de Precatórios Judiciais, Req. Para Pgts e Desp. Judiciais	
Despesa: 15	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0	R\$ 20.000,00

Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 24 – Fundo de Gestão Honorários advocatícios	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e extrajudicial	
Programa: 0007 – Fundo Gestão honorário advocatícios	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1023 – Implantação e Manutenção dos Recursos do Fundo de Gestão dos Hon. Adv.	
Despesa: 17	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão: 11 – Procuradoria Geral do Município	
Unidade: 24 – Fundo de Gestão Honorários advocatícios	
Função: 03 – Essencial a Justiça	
Sub-Função: 092 – Representação Judicial e extrajudicial	
Programa: 0007 – Fundo Gestão honorário advocatícios	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1024 – Aq. De Equip. e Materiais para Reaparelhamento da Procuradoria-Geral	
Despesa: 19	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 – Assistência Social	
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária	
Programa: 0016 – Gestão Área Desenvolvimento Social	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2138 – ações de Desenvolvimento Social	
Despesa: 1	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 16.200,00
Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 – Assistência Social	
Sub-Função: 244 – Assistência Comunitária	
Programa: 0016 – Gestão Área Desenvolvimento Social	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2145 – Convênio com entidades	
Despesa: 12	
Modalidade de Aplicação: 3.3.5.0.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 5.800,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1231 – Aquisição de Imóveis	
Despesa: 4	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00

Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 812 – Desportivo Comunitário	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1235 – Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	
Despesa: 9	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 812 – Desportivo Comunitário	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1237 – Implantação de programas	
Despesa: 12	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 812 – Desportivo Comunitário	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2230 – Apoio as entidades esportivas	
Despesa: 3	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$ 31.000,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 812 – Desportivo Comunitário	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2233 – Manutenção da Fund. Municipal de Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	
Despesa: 2	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 813 – Lazer	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.1227 – Aquisição de Equipamentos	
Despesa: 1	
Modalidade de Aplicação: 3.4.4.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 294,60
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar	
Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar	

Função: 01 – Legislativa	
Sub-Função: 031 – Ação Legislativa	
Programa: 0001 – Processo Legislativo	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2001 – Adequação do quadro de pessoal, admissões, contratações, revisões sal.	
Despesa: 2	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado o valor de R\$ R\$ 1.130.013,30 (um milhão, cento e trinta mil, treze reais e trinta centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 05 – Cultura	
Função: 13 – Cultura	
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural	
Programa: 0009 – Gestão área da cultura	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.436 – Eventos Culturais	
Despesa: 30	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 10.840,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 – Manutenção da Educação Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 233	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 225.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 07 – Educação Fundamental	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental	
Programa: 0011 – Manutenção da Educação Fundamental	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2057 – Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 254	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 476.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	
Unidade: 08 – Educação Jovens e Adultos	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2074 – Manutenção da Atividade Compensatória	
Despesa: 81	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Educação	



Unidade: 08 – Educação Jovens e Adultos	
Função: 12 – Educação	
Sub-Função: 366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa: 0012 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2074 – Manutenção da Atividade Compensatória	
Despesa: 82	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Unidade: 12 – Secretaria Municipal de Agricultura	
Função: 20 – Agricultura	
Sub-Função: 606 – Extensão Rural	
Programa: 0019 – Apoio ao Desenvolvimento Agrícola	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2175 – Manutenção Atividade Agrícola	
Despesa: 104	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 - Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2192 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transp. e Obras e Defesa Civil	
Despesa: 253	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Unidade: 13 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	
Programa: 0021 – Gestão Secr. Munic. Transportes e Obras	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2192 – Manutenção da Secretaria Municipal de Transp. e Obras e Defesa Civil	
Despesa: 114	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 62.878,70
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 04 – Administração	
Sub-Função: 122 – Administração Geral	
Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenv.	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2209 – Manutenção das Ações da Secretaria	
Despesa: 139	
Modalidade de Aplicação: 3.3.1.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Unidade: 19 - Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento	
Função: 26 – Transporte	
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário	

Programa: 0022 – Gestão Secr. Munic. Planejamento e Desenvolvimento	
Destino: 1 – Projeto	
Ação: 1.437 – Pavimentação de Ruas/Construção e Reforma de Pontes/ Anel Viário/Via Interbairros	
Despesa:	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Órgão: 10 – Fundo Municipal de Assistência Social	
Unidade: 20 - Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 – Assistência Social	
Sub-Função: 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
Programa: 0016 – Gestão Área Desenvolvimento Social	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.463 – Proteção Social especial – Alta Complexidade	
Despesa: 17	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.5.0 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	R\$ 22.000,00
Órgão: 12 – Fundação Municipal de Esportes	
Unidade: 25 – Fundação Municipal de Esportes	
Função: 27 – Desporto e Lazer	
Sub-Função: 811 – Desporto de Rendimento	
Programa: 0023 – Desenvolvimento da Fundação Municipal de Esportes	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2233 – Manutenção da Fund. Municipal de Esportes, Ginásio, Programas e Eventos	
Despesa: 6	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 49.294,60
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Gaspar	
Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar	
Função: 01 – Legislativa	
Sub-Função: 031 – Ação Legislativa	
Programa: 0001 – Processo Legislativo	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 2.2002 – Contratação de Serviços Terceirizados em Geral	
Despesa: 3	
Modalidade de Aplicação: 3.3.3.9.0 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, 25 de novembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria nº. 2.013/09

PORTARIA Nº 2.013, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 08/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JUVENAL MAIA DA MOTTA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,



RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 02 de dezembro de 2009, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 08/2008, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor público municipal JUVENAL MAIA DA MOTTA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de novembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria nº. 2.014/09

PORTARIA Nº 2.014, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 15/2008, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSSANA CASTRO GUIDOTTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar, a partir de 05 de dezembro de 2009, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 15/2008, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal ROSSANA CASTRO GUIDOTTI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de novembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Convite Nº 157/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Convite Nº 157/2009

Objeto: construção de muro de arrimo, garagem e pavimentação de pátio da Polícia Militar.

Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até as 13:45 horas do dia 15/12/2009.

Abertura: Dia 15/12/2009 às 14:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 01/12/2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Convite Nº 158/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Convite Nº 158/2009

Objeto: ampliação do CDI Vovó Leonida.

Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até as 08:45 horas do dia 10/12/2009.

Abertura: Dia 10/12/2009 às 09:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 30/11/2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Convite Nº 159/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Convite Nº 159/2009

Objeto: ampliação do CDI Thereza Beduschi.

Entrega dos envelopes: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços, até as 09:45 horas do dia 10/12/2009.

Abertura: Dia 10/12/2009 às 10:00 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital, diariamente no horário de expediente, no Depto. de Compras da Prefeitura Municipal, ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 30/11/2009

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Câmara de Vereadores**Extrato de Contrato Nº. 003/2009**

CÂMARA MUNICIPAL GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 003/2009.

Contratante: Câmara Municipal de Gaspar.

Contratada: I-9 CONVITES E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

Objeto: 1. Constitui objeto do contrato a contratação de execução de serviços consubstanciados na criação e produção de 2.959 (dois mil novecentos e cinquenta e nove) cartilhas do Programa Vereador Mirim, conforme descrição a seguir: - Cartilhas (32 páginas + capa): formato aberto 27x21cm, formato fechado 13x18cm. - Capa: 4x1 cores (CMYK), couchê brilho 150 gr/m2 com verniz máquina (frente). - Miolo: (4 lâminas) 4x4 cores, sulfite 75 gr/m2. (4 lâminas): 1x1 cor preto, 75 gr/m2. - Acabamento: 01 dobra, 02 grampos (lombada canoa). - Fotolito incluso; 2 Confecções de 60 (sessenta) cartazes promocionais (couchê 170 gr, colorido, tamanho 34x50) que conterão o símbolo do Programa e informações com locais e datas das eleições a serem realizadas nos educandários do Município; 3 Confecção de 1.100 (mil e cem) convites vereador mirim (sulfite 180g, colorido, 21x10cm, corte reto), que contem informações gerais sobre o dia da eleição e o período de inscrição.

Valor: R\$ 4.413,13 (quatro mil, quatrocentos e treze reais e treze centavos), divididos conforme ordem apresentada na proposta da contratada, ou seja, de R\$ 3.500,20 (três mil quinhentos reais e vinte centavos) para o item 1; R\$ 520,75 (quinhentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) para o item 2; e R\$ 392,18 (trezentos e noventa e dois reais e dezoito centavos) para o item 3.

Prazo: O prazo de vigência do contrato é de 100 (cem) dias, prorrogável por igual período quando autorizado pela contratante; O prazo de entrega dos materiais constantes nos itens 1 e 2 é de até 20 (vinte) dias contados da assinatura do contrato. O prazo de entrega dos materiais constantes no item 3 é de até 20 (vinte) dias após o dia das eleições mirins, previstas para ocorrerem no dia 18 de novembro de 2009.

Data: 13/11/2009.



Herval d'Oeste

Prefeitura Municipal

Pregão Presencial nº 0045/2009

Processo Licitatório nº 0118/2009

Pregão Presencial nº 0045/2009

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste.

Objeto: Aquisição de um veículo novo modelo sedan 0 KM, para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data: 14/12/2009

Hora: 14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

A íntegra do edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2009.

DILCEO PARISENTI

Gestor do Fundo

Pregão Presencial Nº 0046/2009

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0122/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0046/2009

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste.

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, e demais projetos da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Data: 14/12/2009

Hora: 16:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

A íntegra do edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail : rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2009.

DILCEO PARISENTI

Gestor do Fundo

IPREVI/HO

Edital de Credenciamento Perícias Médicas IPREVI-HO nº 01/2009 - Termo de Credenciamento Crisval Clínica ..

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO, neste ato representado pelo seu Gestor o Senhor Divo Pedro Paludo, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 003.199.619-15, credencia, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, a empresa: CRISVAL CLÍNICA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, Pessoa Jurídica, com inscrição no CNPJ n. 10.389.394/0001-75, situada na Rua Salgado Filho, 394, Edifício Europa, Sl. 104, telefone: (49) 3522-5865, na cidade de Joaçaba (SC), CEP: 89600-000, e-mail: clinicalabor@gmail.com, neste ato representada pela sua administradora a Senhora MARIA CRISTI-

NA TIETBÖHL ALBUQUERQUE, inscrito no CPF n. 349.585.920-91, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

1. OBJETO: Prestação de serviços de perícias médicas para servidores efetivos do Município de Herval d'Oeste, segurados do IPREVI-HO, para fins de concessão do benefício previdenciário de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez Permanente, e avaliação periódica de ex-Servidores Aposentados por Invalidez Permanente, segundo as Especialidades Médicas constantes na tabela do Anexo II, até 31 de dezembro de 2009, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos até completar 60 meses.

1.1 – A credenciada, pessoa jurídica, deverá prestar os serviços no estabelecimento da credenciada, diretamente com os servidores segurados do IPREVI-HO, mediante agendamento prévio da(s) perícia(s) médica(s) pela Diretoria Executiva do Instituto. O horário de atendimento em que a empresa deverá prestar serviços será das 9:00 às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências do estabelecimento da credenciada, diretamente com os servidores segurados do IPREVI-HO, mediante agendamento prévio da(s) perícia(s) médica(s) pela Diretoria Executiva do Instituto. O horário de atendimento em que a empresa deverá prestar serviços será das 9:00 às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

2. Prestar contas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO, de todos os serviços efetuados e pessoal envolvido.

3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).

4. Encaminhar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – IPREVI-HO, juntamente com a Nota Fiscal correspondente à prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados e perícias médicas efetuadas, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.

5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.

6. Apresentar, sempre que solicitado, documentação necessária para manutenção das condições de habilitação.

7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

8. Os pagamentos oriundos dos serviços acima descritos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE – IPREVI-HO

Projeto/Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI

Elemento Despesa: 339000000 Aplicações Diretas

Conta: 12.1201.09.272.0038.2042

Ainda, fica ciente que:

1. Facultar-se-á ao IPREVI-HO a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados após a emissão de Resolução emitida pelo Conselho de Administração do IPREVI-HO, sendo que o reajuste dos valores das perícias médicas a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços para o Consumidor – INPC, a partir de 12 meses do credenciamento, conforme previsto na Lei 8.666/93.



2. O IPREVI-HO pagará pelas perícias médicas os valores estabelecidos em Resolução emitida pelo Conselho de Administração conforme cada tipo de perícia solicitada; sendo: para Perícia Médica para concessão de benefício de Auxílio-saúde: R\$ 100,00; para Perícia Médica para concessão de Aposentadoria por Invalidez Permanente: R\$ 150,00; e, para Perícia Médica para avaliação periódica de ex-servidores Aposentados por Invalidez Permanente: R\$ 150,00.

3. O Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

4. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

5. É competente ao Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da Comarca de Herval d' Oeste, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo.

6. Faz parte integrante deste Termo o Edital de Credenciamento.

7. O presente Termo de Credenciamento é VÁLIDO até 31 de dezembro de 2009, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos até completar 60 meses.

Herval d' Oeste, (SC), 30 de novembro de 2009.

DIVO PEDRO PALUDO

Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO

GESTOR – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE – IPREVI-HO

CRISVAL CLÍNICA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
CREDENCIADA

Edital de Credenciamento Perícias Médicas IPREVI-HO nº 01/2009 - Termo de Credenciamento Clínica Médica Maresch Ltda

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO, neste ato representado pelo seu Gestor o Senhor Divo Pedro Paludo, brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 003.199.619-15, credencia, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, a empresa: CLÍNICA MÉDICA MARESCH LTDA, Pessoa Jurídica, com inscrição no CNPJ n. 03.933.767/0001-61, situada na Avenida XV de Novembro, 180, Edifício Itamaraty, Sl. 401, telefone: (49) 3522-0594, na cidade de Joaçaba (SC), CEP: 89600-000, e-mail: bruno.maresch@terra.com.br, neste ato representada pelo seu administrador o Senhor BRUNO ANTONIO MARESCH inscrito no CPF n. 386.924.309-00, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

1. OBJETO: Prestação de serviços de perícias médicas para servidores efetivos do Município de Herval d' Oeste, segurados do IPREVI-HO, para fins de concessão do benefício previdenciário de Auxílio-Doença e de Aposentadoria por Invalidez Permanente, e avaliação periódica de ex-Servidores Aposentados por Invalidez Permanente, segundo as Especialidades Médicas constantes na tabela do Anexo II, até 31 de dezembro de 2009, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos até completar 60 meses.

1.1 – A credenciada, pessoa jurídica, deverá prestar os serviços no estabelecimento da credenciada, diretamente com os servidores segurados do IPREVI-HO, mediante agendamento prévio da(s) perícia(s) médica(s) pela Diretoria Executiva do Instituto. O ho-

rário de atendimento em que a empresa deverá prestar serviços será das 9:00 às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, comprometendo-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos nas dependências do estabelecimento da credenciada, diretamente com os servidores segurados do IPREVI-HO, mediante agendamento prévio da(s) perícia(s) médica(s) pela Diretoria Executiva do Instituto. O horário de atendimento em que a empresa deverá prestar serviços será das 9:00 às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

2. Prestar contas ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO, de todos os serviços efetuados e pessoal envolvido.

3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).

4. Encaminhar ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO, juntamente com a Nota Fiscal correspondente à prestação dos serviços, prestação de contas, com relatório dos serviços executados e perícias médicas efetuadas, para conferência, aceitação e esclarecimento de possíveis dúvidas.

5. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.

6. Apresentar, sempre que solicitado, documentação necessária para manutenção das condições de habilitação.

7. Cumprir com o devido zelo e sob as penas legais, os compromissos assumidos pelo presente Termo de Credenciamento.

8. Os pagamentos oriundos dos serviços acima descritos correrão pela seguinte dotação orçamentária:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE – IPREVI-HO

Projeto/Atividade: Manutenção, encargos e atividades do IPREVI

Elemento Despesa: 339000000 Aplicações Diretas

Conta: 12.1201.09.272.0038.2042

Ainda, fica ciente que:

1. Facultar-se-á ao IPREVI-HO a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados após a emissão de Resolução emitida pelo Conselho de Administração do IPREVI-HO, sendo que o reajuste dos valores das perícias médicas a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços para o Consumidor – INPC, a partir de 12 meses do credenciamento, conforme previsto na Lei 8.666/93.

2. O IPREVI-HO pagará pelas perícias médicas os valores estabelecidos em Resolução emitida pelo Conselho de Administração conforme cada tipo de perícia solicitada; sendo: para Perícia Médica para concessão de benefício de Auxílio-saúde: R\$ 100,00; para Perícia Médica para concessão de Aposentadoria por Invalidez Permanente: R\$ 150,00; e, para Perícia Médica para avaliação periódica de ex-servidores Aposentados por Invalidez Permanente: R\$ 150,00.

3. O Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

4. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo Instituto dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.



5. É competente ao Instituto dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo.

6. Faz parte integrante deste Termo o Edital de Credenciamento.

7. O presente Termo de Credenciamento é VÁLIDO até 31 de dezembro de 2009, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos até completar 60 meses.

Herval d'Oeste, (SC), 30 de novembro de 2009.

DIVO PEDRO PALUDO

Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO
GESTOR – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D'OESTE – IPREVI-HO

CLÍNICA MÉDICA MARESCH LTDA
CREDENCIADA

Imbituba

Prefeitura Municipal

Publicação Extrato de Pregão 84/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 145/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 14 de dezembro de 2009, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para contratação de empresa com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de novo sistema de iluminação provido com postes ornamentais decorativos. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 01 de dezembro de 2009.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Iomerê

Prefeitura Municipal

Lei 559/2009

LEI Nº. 559 DE 25 DE NOVEMBRO 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ALTERANDO A LEI Nº. 483/08 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo

01.01 Câmara Municipal

2001 Manutenção da Câmara Municipal

44905200 Equipamentos e Material Permanente

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 35.000,00

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2011 Manutenção do Ensino Fundamental – Próprios

33903900 Outros Serviços de Terceiros – P.J

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 2.600,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo

01.01 Câmara Municipal

2001 Manutenção da Câmara Municipal

33903500 Serviços de Consultoria

100.0 Recursos Ordinário

R\$ 35.000,00

02.00 Chefia do Executivo

02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2011 Manutenção do Ensino Fundamental – Próprios

33903000 Material de Consumo

300.00 Recursos Ordinários

R\$ 2.600,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 560/2009

LEI Nº. 560 DE 25 DE NOVEMBRO 2009.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER BRINDE DE NATAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, NO EXERCÍCIO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a conceder aos servidores do Município, como brinde de Natal um kit contendo 1 (uma) bolsa térmica (15L), 1 (uma) Ave Frango tipo Blesser ou assemelhado e 1 (uma) Picanha Suína.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei, no valor de até R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), serão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.00 Chefia do Executivo

02.02 Secretaria de Administração e Finanças

2003 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

33903000 Material de Consumo

100.0 Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal



Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 561/2009

LEI Nº. 561 DE 25 DE NOVEMBRO 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ALTERANDO A LEI Nº. 483/08 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Chefia do Executivo
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2018 Manutenção das Atividades Culturais
33903000 Material de Consumo
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 9.500,00

33903900 Outros Serviços de Terceiros – P.J
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 8.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2008.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 562/2009

LEI Nº. 562 DE 25 DE NOVEMBRO 2009.

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA PAULINA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a Associação de Moradores da Linha Paulina.

Art. 2º O pagamento do auxílio de que trata o artigo anterior, será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I Cópia do Estatuto ou Contrato Social em vigor, com a última alteração,

II Certidão Negativa de Débito do INSS e FGTS

III Certidão Negativa de Débito para com as fazendas pública Federal, Estadual e Municipal.

Art. 3º Os recursos repassados só poderão ser utilizados pela beneficiária nas despesas relacionadas com sua finalidade estatutária e para auxiliar na comemoração em homenagem a Padroeira da Comunidade "Santa Catarina".

Art. 4º A beneficiária fica sujeita a prestação de contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias na forma prevista na Lei 4.320/64.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta da dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 942/2009

DECRETO Nº. 942 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ALTERANDO A LEI Nº. 483/08 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 559 de 25 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 37.600,00 (trinta e sete mil e seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara Municipal
2001 Manutenção da Câmara Municipal
44905200 Equipamentos e Material Permanente
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 35.000,00

02.00 Chefia do Executivo
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2011 Manutenção do Ensino Fundamental – Próprios
33903900 Outros Serviços de Terceiros – P.J
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.600,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

01.00 Poder Legislativo
01.01 Câmara Municipal
2001 Manutenção da Câmara Municipal
33903500 Serviços de Consultoria
100.0 Recursos Ordinário
R\$ 35.000,00
02.00 Chefia do Executivo
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2011 Manutenção do Ensino Fundamental – Próprios
33903000 Material de Consumo
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal



Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 943/2009

DECRETO Nº 943 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

REGULAMENTA O DISPOSTO DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008, PARA ATRIBUIR TRATAMENTO DIFERENCIADO AOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Iomerê, Estado de Santa Catarina, Sr. Antoninho Baldissera, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e em consideração ao disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e na Lei Complementar Federal nº 128 de 19 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º - Enquanto não for publicada Lei Municipal que regule o tratamento a ser concedido aos Microempreendedores Individuais serão obedecidas, pelos servidores municipais, no que tange ao processo de inscrição e aos valores de abertura e concessão de autorização para funcionamento, as regras introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 128 e pelas resoluções e instruções normativas sobre o tema emitidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN e pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

Art. 2º - Em obediência ao art. 4º, § 3º da Lei Complementar 123/2006, ficam reduzidas a zero as taxas municipais referentes à inscrição de novos Microempreendedores Individuais, determinando-se aos servidores municipais que efetuem gratuitamente o cadastro e consulta de viabilidade referente a este tipo de empresário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Iomerê (SC), 30 de novembro de 2009.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Decreto 944/2009

DECRETO Nº. 944 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ALTERANDO A LEI Nº. 483/08 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 561 de 25 de novembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Chefia do Executivo
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2018 Manutenção das Atividades Culturais
33903000 Material de Consumo
300.00 Recursos Ordinários
R\$ 9.500,00

33903900 Outros Serviços de Terceiros – P.J

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 8.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2008.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Iomerê, 25 de novembro de 2009.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

Prefeitura Municipal

Extrato Homologação Processo Licitatório Nº 25/2009 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2009

CONCORRÊNCIA Nº 01/2009

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação das empresas: DIRMAVE – Distribuidora Rio Mafrense de veículos S.A – itens 1 e 2 e MACROMAQ Comércio de Equipamentos e Peças Ltda – Item 03.

Irineópolis (SC), 01 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 103/2009 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 103/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Dirmave – Distribuidora Rio Mafrense de Veículos S.A.

Objeto: Este contrato tem origem no Processo Licitatório n.º 25/2009, Concorrência n.º 1/2009, através do PROVIAS - Recursos Financeiros - Recursos oriundos do Termo de Habilitação nº 20090843 – PROVIAS – Agente Financeiro: BB / 359-0; Beneficiário: Prefeitura Municipal de Irineópolis/SC, no qual a Contratada se compromete a entregar os equipamentos rodoviários, conforme os itens abaixo relacionados:

Item	Descrição	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Caminhão novo, ano da fabricação 2009, modelo 2010 com cabina avançada, na cor branca, com motor diesel de 06 cilindros com gerenciamento mecânico, turboalimentado e interculado, com potência de 173 cv, tração 4X2, com PBTC de 27.000 kg, com tacógrafo eletrônico digital semanal, com direção hidráulica, com diferencial de 02 velocidades (reduzido), com pneus 275/80R22.5, equipado com caçamba basculante para o transporte de sucata de marca Becker, construído em chapa de aço estrutural SE 1020 – 3,75MM, com divisor central nas dimensões de 5,50 metros de comprimento 2,40 metros de largura e 0,90 metros de altura, com abertura lateral e tampa traseira tipo “portão”, com caixa de ferramentas, barrica de água, suporte para pá, escada lateral, pára-choque traseiro conforme normas do CONTRAM, com garantia de 01 ano sem limite de quilometragem, e assistência técnica autorizada distante no máximo 120 km da sede da Prefeitura.	01 (um)	Volkswagen Modelo 15-180 Worker	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00
02	Caminhão novo, ano da fabricação 2009, modelo 2010 com cabina avançada, na cor branca, com motor diesel de 06 cilindros com gerenciamento mecânico, turboalimentado e interculado, com potência de 173 cv, tração 4X2, com PBTC de 27.000 kg, com tacógrafo eletrônico digital semanal, com direção hidráulica, com diferencial de 02 velocidades (reduzido), com pneus 275/80R22.5, equipado com caçamba basculante de marca Becker, reforçada tipo sanduíche (chapa/madeira/chapa) para o transporte de pedras com abertura traseira tipo portão, com caixa de ferramentas, barrica de água, suporte para pá, escada lateral, pára-choque traseiro conforme normas do CONTRAM, com garantia de 01 ano sem limite de quilometragem, e assistência técnica autorizada distante no máximo 120 km da sede da Prefeitura.	01 (um)	Volkswagen Modelo 15-180 Worker	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00
	TOTAL				R\$ 386.000,00

Vigência – 01/12/2009 a 01/12/2010, ou enquanto perdurar a garantia dos equipamentos.

Base Legal – Processo Licitatório nº 25/2009, Concorrência nº 1/2009.

Irineópolis (SC), 01 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 104/2009 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 104/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: MACROMAQ – Comércio de Equipamentos e Peças Ltda.

Objeto: Este contrato tem origem no Processo Licitatório n.º 25/2009, Concorrência n.º 1/2009, através do PROVIAS - Recursos Financeiros - Recursos oriundos do Termo de Habilitação nº 20090843 – PROVIAS – Agente Financeiro: BB / 359-0; Beneficiário: Prefeitura Municipal de Irineópolis/SC, no qual a Contratada se compromete a entregar os equipamentos rodoviários, conforme o item abaixo relacionado:

Item	Descrição	Quantidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
03	Retroescavadeira/Pá carregadeira nova ano 2009, de fabricação nacional, com tração 4 X 4, com motor à diesel, turboalimentado de 92 HP de potência, equipada com cabine rops/fops, com vidro dianteiro com limpador elétrico, com chassi inteiriço em caixa soldada peça única desde a dianteira até a articulação dos estabilizadores, caçamba da carregadeira com capacidade de 1,00 m³, caçamba da retroescavadeira HD reforçada para serviços pesados. com força de escavação da carregadeira de 5.322 KGF, carregador frontal equipado com dois cilindros para basculamento da caçamba e força de escavação da caçamba da retro de 5.204 KGF, com a lança da retro em perfil reto, com capacidade da bomba hidráulica de 136 LPM e profundidade de escavação de 4,37 metros, freios à disco em banho de óleo, 04 cubos planetários iguais nas extremidades das rodas dianteiras e traseiras, pneus dianteiros com medidas mínimas de 12.5/80-18, 10 lonas e traseiros 17.5-25 de 12 lonas, painel anti-vandalismo em aço metálico, proteção do sistema hidráulico - LSD e peso operacional de 6.674 kg.	02 (duas)	JCB Modelo 3 C	R\$ 237.000,00	R\$ 237.000,00

Vigência – 01/12/2009 a 01/12/2010, ou enquanto perdurar a garantia dos equipamentos.

Base Legal – Processo Licitatório nº 25/2009, Concorrência nº 1/2009.

Irineópolis (SC), 01 de dezembro de 2009.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 105/2009

CONTRATO ADITIVO Nº 105/2009

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 31/2008, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa JJ Expresso Sul Transporte Turísticos Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa JJ Expresso Sul Transporte Turísticos Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.901.487/0001-09, com sede a rua Alberto Ferreira de Lima, nº 410, Bairro São Judas Tadeu, na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Senhor José Obermeier, portador do CPF nº 021.059.389-06, cédula de identidade nº 6.236.482, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 06/2008 modalidade Concorrência n.º 01/2008, tem, justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e inciso II, alínea d, da Lei nº. 8.666/93, consolidada, fica de comum acordo alterado a capacidade mínima do veículo que faz o itinerário/trajeto 01 - Transporte de Alunos do Ensino Superior, no período noturno, perfazendo um total de 136 km diários, no seguinte itinerário: Saída de Irineópolis, passando por São Pascoal, Poço Preto. Em Porto União: Posto Iguaçu, FAFI, FACE, UNIGUAÇU e UnC. Retorno Inverso, passando de 46 lugares para 25 lugares, em virtude da diminuição do número de alunos, de acordo com Ofício nº 01/2009 da Associação dos Acadêmicos do Município de Irineópolis e Declaração da empresa JJ Expresso Sul Transporte Turísticos Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela alteração da capacidade do veículo (Micro ônibus Mercedes Benz, Polo Senior GVO, ano/modelo 2000, Placas JOZ 1344) que faz o itinerário/trajeto 01, acima descrito, a Contratante pagará a Contratada o valor por km de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos) (40% de R\$ 1,62), valor correspondente a 40%, conforme autoriza a Lei Municipal nº 767/95, ficando a cargo dos usuários a complementação dos valores, no itinerário/trajeto 01, a contar do dia 17 de agosto de 2009.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 01 de dezembro de 2009.

Município de Irineópolis JJ Expresso Sul Transporte Turísticos Ltda

WANDERLEI LEZAN

JOSÉ OBERMEIER

Contratante

Contratada

Testemunhas:

Nome: Mauricio Juraszek

Nome: Rosani Rodrigues da Silva Mischka

CPF: 044.088.849-28

CPF: 664.622.159-68

José Boiteux**Prefeitura Municipal****Lei Complementar 020/2009**

LEI COMPLEMENTAR 020/2009, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009. ALTERA § 3º DO ARTIGO 203 DA LEI COMPLEMENTAR 007/2003, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Altera § 3º do artigo 203 da Lei Complementar 007/2003, que dispõe sobre o Código Tributário do Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 203 - ...

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º - O valor das mercadorias fornecidas pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar.

§ 4º...

§ 5º...

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Lei 821/2009

LEI Nº 821/2009, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

ALTERA INCISO III, DO CAPITULO ÚNICO, TITULO II E ARTIGO 19 DA LEI 629/2005 E ACRESCENTA O ARTIGO 19 A DA LEI 629/2005, QUE DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterado o Inciso III, do Capítulo Único, Título II da Lei 629/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

III – Órgãos de Atividades Específicas:

a-Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

- Departamento de Transporte

- Departamento de Obras e Serviços Públicos

- Departamento de Manutenção e Limpeza Pública

b-Secretaria de Educação Cultura e Desporto

- Departamento de Ensino Infantil

- Departamento de Ensino Fundamental

- Departamento de Cultura

-Departamento de Esportes e Juventude

c-Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

- Departamento de Extensão e Produção Rural

- Departamento de Preservação Ambiental

- Departamento da Indústria e do Comércio

- Departamento de Apoio e Incentivo ao Turismo

d-Secretaria da Saúde

- Departamento da Saúde e Medicina Preventiva



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

-Departamento de Assistência Hospitalar e ambulatorial
 -Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica
 e-Secretaria da Assistência Social
 -Departamento de Ação Social
 -Departamento de Apoio a Família e ao Idoso
 - Departamento de Apoio a Criança e do Adolescente
 - Departamento de Emissão de Documentos Pessoais
 f- Secretaria do Índio
 - Departamento de Integração e Assistência ao Índio.

Art. 2º - Fica Alterado o Artigo 19 da Lei 629/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 – A secretaria da Saúde, através de sua estrutura, compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I -
- II - ...
- III- ...
- IV -
- V-
- VI - ...
- VII – Revogado
- VIII – ...
- IX – Revogado
- X – Revogado
- XI - Revogado

Art. 3º - Acrescenta o Artigo 19-A a Lei 629/2005, passando a vigorar com a seguinte redação:

19 A – A Secretaria da Assistência Social, através de sua estrutura, compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – Formular, coordenar e avaliar a política municipal de assistência social, visando conjugar esforços dos setores governamental e privado, no processo de desenvolvimento social do Município;
- II – Realizar, controlar e consolidar pesquisas e sua difusão, visando a promoção do conhecimento no campo da assistência social;
- III – Promover a conscientização da população, com vistas ao fortalecimento das organizações comunitárias, como direito legítimo do exercício da cidadania;
- IV – Fiscalizar as entidades e organizações sociais beneficiadas com recursos financeiros da União, do Estado e do Município;
- V – Executar as atividades relativas à prestação de serviços sociais e ao desenvolvimento da qualidade de vida da população, através de ações de desenvolvimento comunitário;
- VI – Monitorar e avaliar programas municipais decorrentes de convênios com órgãos públicos e privados que implementam políticas voltadas para a assistência e ao bem estar social da população;
- VII – Prestar apoio aos Conselhos Municipais, no campo da assistência social, em suas atividades específicas;
- VIII – Assistir as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida dos habitantes;
- IX – Prestar apoio à mulher, ao portador de deficiência e ao idoso;
- X - Articular-se com o Conselho Tutelar, de Direitos Humanos e órgãos que compõem o Sistema de Justiça da Infância e da Juventude, promovendo ações de atendimento e garantia;
- XI – Promover as ações para o estabelecimento da política habitacional local, que privilegie a melhoria das condições de moradia da população beneficiária da assistência social;
- XII – Incentivar iniciativas de associativismo e/ou cooperativismo para aquisição de moradias e/ou como fomento a ações de geração de emprego e renda;
- XIII – Identificar a necessidade de ações de urbanização e regularização de áreas ocupadas ou em vias pela população de

baixa renda;

XIV – Estabelecer ações visando o reassentamento da população desalojada, devido a desapropriação da área habitacional, decorrente de obra pública ou desocupação de área de risco;
 XV – Promover o exame da situação socioeconômica dos beneficiários, bem como selecionar pessoas consideradas aptas a integrar o programa habitacional;

XVI – Manter Banco de dados atualizado da demanda usuária dos serviços de assistência social;

XVII – Promover a auto-sustentação das entidades e organizações sociais e o desenvolvimento de programas comunitários;

XVIII – Valorizar a ação comunitária de modo a buscar alternativas de emprego e aumento de renda do trabalhador;

XIX – Manter plantão social para atendimento de emergência;

XX – Receber e orientar a população migrante de baixa renda, dando-lhe o apoio necessário;

XXI – Viabilizar o desenvolvimento e o treinamento de recursos humanos da área da assistência social, relacionados aos setores governamentais e privados;

XXII - Elaborar e executar, de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidas na legislação específica, a política de assistência social com o objetivo de garantir os direitos fundamentais, com foco na família, nas pessoas e grupos em situação de exclusão;

XXIII - Contribuir para a elevação do nível de bem estar social, investindo, com eficiência, os recursos destinados a reduzir a exclusão e a desigualdade;

XXIV - Estudar e desenvolver meios de solução dos problemas da criança, do adolescente, do deficiente, do idoso e de grupos em situação de fragilidade;

XXV - Desenvolver ações que minimizem os efeitos de ocorrências desastrosas e calamidade pública sobre as comunidades e atender suas demandas durante tais períodos;

XXVI – Desempenhar outras atividades de Assistência Social e afins.

Art. 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 17 de novembro 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Lei 822/2009

LEI Nº 822/2009, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

ALTERA ARTIGO 28 DA LEI Nº 418/1999 QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS DE SAÚDE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 28 da Lei nº 418/1999 que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28 : (...)

Parágrafo Primeiro: O pagamento da Taxa prevista neste artigo prevalece sobre os demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte, sem exclusão de qualquer obrigação.

Parágrafo Segundo: Toda a arrecadação municipal de taxas sanitárias será aplicada no serviço de vigilância sanitária, em caso de saldo remanescente poderá ser utilizado em benefício do serviço municipal de saúde.

Parágrafo Terceiro: a data base para vencimento da Taxa de arrecadação sanitária será no mês de Abril de cada exercício,



conforme os valores praticados pela Vigilância Sanitária Estadual, previsto na Lei Estadual 13.236/04, anexo único, tabela II, atos da saúde pública.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de novembro de 2009

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Lei 823/2009

LEI Nº. 823/2009, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 164.844,11 (cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e onze centavos) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura
Unidade : 01 Secretaria da Agricultura
Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00 (25)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 30.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (50)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 19.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.025 Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (27)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 3.284,87

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.026 Apoio ao Estudante Universitário
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00 (2)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 511,16

Órgão : 07 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto

Projeto/Atividade : 2.027 Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (62)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 72.108,08

Órgão : 07 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.031 Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (9)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 640,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Projeto/Atividade : 2.044 Atenção a Família Carente
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (11)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Projeto/Atividade : 2.046 Apoio a Pessoa Idosa
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (12)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 13 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade : 01 Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade : 2.042 Apoio aos Excepcionais
Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (3)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 14.300,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
Transferência para a Unidade Mista de
Projeto/Atividade : 2.039 Saúde
Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (20)
Recursos : 1303 Saúde Recurso Vinculado (EC 29/00)
Valor : R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
Manutenção Geral da Secretaria de Administração
Projeto/Atividade : 2.006
Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (32)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 22.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças



Manutenção Geral da Secretaria de Administração
 Projeto/Atividade : 2.006
 Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (33)
 Recursos : 0080 Recursos Ordinários
 Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
 Amortização do Principal e Encargos da Dívida
 Projeto/Atividade : 2.009
 Modalidade Aplicação : 4.6.90.00.00.00 (38)
 Recursos : 0080 Recursos Ordinários
 Valor : R\$ 25.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
 Amortização do Principal e Encargos da Dívida
 Projeto/Atividade : 2.009
 Modalidade Aplicação : 3.2.90.00.00.00 (37)
 Recursos : 0080 Recursos Ordinários
 Valor : R\$ 500,00

Órgão : 06 Secretaria de Administração e Finanças
 Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças
 Projeto/Atividade : 2.011 Contribuição ao PASEP
 Modalidade Aplicação : 3.3.20.00.00.00 (40)
 Recursos : 0080 Recursos Ordinários
 Valor : R\$ 3.000,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
 Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
 Projeto/Atividade : 2.048 Manutenção da Secretaria de Ação Social
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (13)
 Recursos : 0080 Recursos Ordinários
 Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
 Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade : 2.032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (2)
 Recursos : 1303 Saúde Rec Vinc (EC 29/00)
 Valor : R\$ 104.344,11

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 24 de novembro de 2009.
 JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal

Decreto 124

DECRETO Nº 124/2009.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MOVEIS A SEREM VENDIDOS ATRAVÉS DE LEILÃO PELA MUNICIPALIDADE.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe

confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada a comissão para avaliação de bens públicos a serem vendidos através de Leilão pela municipalidade e será composta dos seguintes membros:

Presidente: Paulo Rescarolli
 Membros: Anselmo Vinci
 Sergio Siquela
 Josnei Cássio da Cunha
 Dílson da Silva

Art. 2º - Será de competência a comissão avaliar os bens moveis abaixo relacionados emitindo parecer estipulando o preço mínimo de cada bem.

Relação dos Bens Moveis

I) Veiculo Marca VW - Volkswagen, Modelo Gol 1.0 (Nacional), Ano/Mod. 2005/2006, Cor Branca, Espécie Passageiro, Tipo Automóvel, Combustível Álcool/Gasolina, Placas MML-4545, RENAVAM 873418840, Chassi 9BWCA05W06T082705;

II) Veiculo Marca VW - Volkswagen, Modelo Gol 1.0 (Nacional), Ano/Mod. 2005/2006, Cor Branca, Espécie Passageiro, Tipo Automóvel, Combustível Álcool/Gasolina, Placas MHW-9740, RENAVAM 873416694, Chassi 9BWCA05W86P036547;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Boiteux, 17 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
 Prefeito Municipal

Decreto 125

DECRETO Nº 125/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminado:

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
 Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade : 2.032 Manutenção Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (06)
 Recursos : 1303 Saúde Recurso Vinculado EC 29/00
 Valor : 5.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminadas.

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde
 Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade : 2.032 Manutenção Fundo Municipal de Saúde
 Modalidade de Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (03)
 Recursos : 1303 Saúde Recurso Vinculado EC 29/00
 Valor : 5.000,00

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.



José Boiteux, 23 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Decreto 126

DECRETO Nº 126/2009.

NOMEIA LEILOEIRO ADMINISTRATIVO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica Designado o Servidor Dílson da Silva, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, na forma do artigo 53 da Lei 8666/93, para exercer as funções de leiloeiro administrativo, assim como, praticar todos os atos, estabelecer critérios e definir normas necessárias a realização do Leilão de Bens Moveis estabelecidos nas Leis de n. 784/2009, 817/2009, 824/2009.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Decreto 127

DECRETO Nº 127/2009.

Homologa a Resolução nº. 001/2009 de 24 de novembro de 2009, do Conselho Municipal de Educação de José Boiteux, que Estabelece normas relativas aos pedidos de Alterações Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica Homologada a Resolução nº. 001/2009 de 24 de novembro de 2009, do Conselho Municipal de Educação de José Boiteux, que Estabelece normas relativas aos pedidos de Alterações Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Decreto 128

DECRETO Nº 128/2009.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$ 164.844,11 (cento e sessenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e onze centavos) do orçamento geral do Município de José Boiteux abaixo discriminadas:

Órgão : 04 Secretaria da Agricultura
Unidade : 01 Secretaria da Agricultura
Projeto/Atividade : 2.055 Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00 (25)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 30.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.020 Transporte Escolar Ensino Fundamental
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (50)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 19.000,00

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.025 Assistência ao Ensino Médio
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (27)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 3.284,87

Órgão : 06 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.026 Apoio ao Estudante Universitário
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00 (2)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 511,16

Órgão : 07 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.027 Construção, Reforma e Ampliação de Salas de Aula
Modalidade Aplicação : 4.4.90.00.00.00 (62)
Recursos : 0114 Recursos MDE Fundamental
Valor : R\$ 72.108,08

Órgão : 07 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Unidade : 01 Secretaria da Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade : 2.031 Manutenção das Atividades Esportivas
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (9)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 640,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Projeto/Atividade : 2.044 Atenção a Família Carente
Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (11)
Recursos : 0080 Recursos Ordinários
Valor : R\$ 10.000,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social
Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social
Projeto/Atividade : 2.046 Apoio a Pessoa Idosa



Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (12)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 13 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade : 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade : 2.042 Apoio aos Excepcionais

Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (3)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 14.300,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde

Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde

Transferência para a Unidade Mista de
Projeto/Atividade : 2.039 Saúde

Modalidade Aplicação : 3.3.50.00.00.00 (20)

Recursos : 1303 Saúde Recurso Vinculado (EC 29/00)

Valor : R\$ 10.000,00

Art. 2º - Por conta do Artigo anterior fica suplementada a dotação do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descritas.

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Manutenção Geral da Secretaria de Admi-
Projeto/Atividade : 2.006 nistração

Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (32)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 22.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Manutenção Geral da Secretaria de Admi-
Projeto/Atividade : 2.006 nistração

Modalidade Aplicação : 3.3.90.00.00.00 (33)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Amortização do Principal e Encargos da
Projeto/Atividade : 2.009 Dívida

Modalidade Aplicação : 4.6.90.00.00.00 (38)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 25.000,00

Órgão : 03 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Amortização do Principal e Encargos da
Projeto/Atividade : 2.009 Dívida

Modalidade Aplicação : 3.2.90.00.00.00 (37)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 500,00

Órgão : 06 Secretaria de Administração e Finanças

Unidade : 01 Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade : 2.011 Contribuição ao PASEP

Modalidade Aplicação : 3.3.20.00.00.00 (40)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 3.000,00

Órgão : 09 Secretaria da Família e Ação Social

Unidade : 01 Secretaria da Família e Ação Social

Projeto/Atividade : 2.048 Manutenção da Secretaria de Ação Social

Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (13)

Recursos : 0080 Recursos Ordinários

Valor : R\$ 5.000,00

Órgão : 12 Fundo Municipal de Saúde

Unidade : 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade : 2.032 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade Aplicação : 3.1.90.00.00.00 (2)

Recursos : 1303 Saúde Rec Vinc (EC 29/00)

Valor : R\$ 104.344,11

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Decreto 129

DECRETO Nº 129/2009.

AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão	:	13	Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade	:	01	Fundo Municipal de Assistência Social
Projeto/Atividade	:	2.047	Apoio a Infância
Modalidade de Aplicação	:		3.3.90.00.00.00(04)
Recursos	:	0107	Transferência FNAS
Valor	:	R\$	3.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Decreto 130

DECRETO Nº 130/2009.

AUTORIZA A ABRIR CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.



JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1 - Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme especificação a seguir:

Órgão	:	06	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Unidade	:	01	Secretaria de Educação Cultura e Desporto
Projeto/Atividade	:	2.017	FUNDEB 60%
Modalidade de Aplicação	:		3.1.90.00.00.00(43)
Recursos	:	0102	FUNDEB 60%
Valor	:	R\$	50.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

José Boiteux, 25 de novembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Portaria 492

PORTARIA N° 492/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Aloísio Weissweiler, relativas ao período aquisitivo de 16.09.2006 a 15.09.2007 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 493

PORTARIA N° 493/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Priscila Marques B. de Cerqueira, relativas ao período aquisitivo de 11.11.2008 a 10.11.2009 que serão usufruídas no período de 11.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 e RESOLVE CONVERTER 1/3 em Pecúnia das férias concedidas a servidora.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 494

PORTARIA N° 494/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando

da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Geison Deringer, relativas ao período aquisitivo de 02.02.2008 a 01.02.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 495

PORTARIA N° 495/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marinise Bona, relativas ao período aquisitivo de 07.02.2008 a 06.02.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 496

PORTARIA N° 496/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marciane Bona Bonetti, relativas ao período aquisitivo de 07.02.2008 a 06.02.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 497

PORTARIA N° 497/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Valdeci Cimardi, relativas ao período aquisitivo de 23.01.2008 a 22.01.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 498

PORTARIA N° 498/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Anselmo Vinci, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2008 a 01.01.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 499

PORTARIA N° 499/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Ivo Clendo, relativas ao período aquisitivo de 04.02.2008 a 03.02.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 500

PORTARIA N° 500/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Moacir da Silva, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2008 a 31.01.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 501

PORTARIA N° 501/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Aparecido Geraldo de Oliveira, relativas ao período aquisitivo de 01.06.2007 a 31.05.2008 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 502

PORTARIA N° 502/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Vanderlei Bertelli, relativas ao período aquisitivo de 04.03.2008 a 03.03.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 503

PORTARIA N° 503/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Claudio de Andrade, relativas ao período aquisitivo de 10.09.2008 a 09.09.2009 que serão usufruídas no período de 01.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 504

PORTARIA N° 504/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Luis Carlos B. Athayde, relativas ao período aquisitivo de 15.08.2008 a 14.08.2009 que serão usufruídas no período de 11.12.2009 a 30.12.2009 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 e RESOLVE CONVERTER em 1/3 de Pecúnia das férias concedidas ao servidor.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 505

PORTARIA N° 505/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, José Ferreira de Paula, relativas ao período aquisitivo de 19.07.2008 a 18.07.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC



Portaria 506

PORTARIA N° 506/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marli Marlene Casas, relativas ao período aquisitivo de 11.01.2009 a 10.01.2010 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 16.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 507

PORTARIA N° 507/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Helena Maria B. de Oliveira, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 508

PORTARIA N° 508/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Julio Cesar Bagatolli, relativas ao período aquisitivo de 06.02.2008 a 05.02.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 509

PORTARIA N° 509/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marize R. B. Schwartz, relativas ao período aquisitivo de 19.02.2008 a 18.02.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 510

PORTARIA N° 510/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Miria Moser Darolt, relativas ao período aquisitivo de 12.01.2008 a 11.01.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 511

PORTARIA N° 511/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Aldonir da Silva, relativas ao período aquisitivo de 20.11.2008 a 19.11.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 512

PORTARIA N° 512/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Nadia Regina T. Gehrke, relativas ao período aquisitivo de 02.02.2007 a 01.02.2008 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 513

PORTARIA N° 513/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Marileia Fusinato, relativas ao período aquisitivo de 16.09.2008 a 15.09.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.
JOSÉ LUIZ LOPES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC



Portaria 514

PORTARIA N° 514/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Nadia Buzzi Fanslau, Matrícula 317102, relativas ao período aquisitivo de 01.02.2009 a 31.01.2010 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 16.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 515

PORTARIA N° 515/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Nadia Buzzi Fanslau, Matrícula 404958, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2009 a 01.01.2010 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 516

PORTARIA N° 516/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Siegfried Dreger, relativas ao período aquisitivo de 01.04.2008 a 31.03.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 517

PORTARIA N° 517/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Airton Vicari, relativas ao período aquisitivo de 31.01.2008 a 30.01.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 20.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 .

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Portaria 518

PORTARIA N° 518/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO (a pedido) da servidora Iracema M. Meneghelli, a partir de 03.12.2009, admitida pela Portaria nº 352/2009 de 23.06.2009, que admitiu no Emprego Público no cargo de Agente de Saúde, Carga Horária 40 horas.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

Portaria 519

PORTARIA N° 519/2009

JOSÉ LUIZ LOPES, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULARES ao servidor, Maybe Lunelli, relativas ao período aquisitivo de 02.01.2008 a 01.01.2009 que serão usufruídas no período de 21.12.2009 a 11.01.2010 de acordo com o que estabelece a Seção I do capítulo II, artigo 93 da Lei 170 de 28.02.92 e RESOLVE CONVERTER em 1/3 em pecúnia relativo às férias concedidas.

José Boiteux, 01 de dezembro de 2009.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no DOM/SC

Luzerna**Prefeitura Municipal****Decreto 1157**

DECRETO N° 1157 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810, de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 3.026,40 (três mil, vinte e seis reais e quarenta centavos) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 25 de novembro de 2009, na Fonte 15 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 08.0801.12.361.0031.2029 - Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 15 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.....R\$ 3.026,40

Detalhamento dos Recursos - 000052 - Transferências referentes ao



Programa Nacional de Apoio ao Transporte do escolar - PNATE

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 3.026,40

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 25 de novembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1159

DECRETO Nº 1159 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 21 da Lei nº 810 de 27 de novembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 16.374,00 (dezesesseis mil, trezentos e setenta e quatro reais) em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 27 de novembro de 2009, na Fonte 24 - Transferências de Convênio - Outros, detalhamento 000000 - Sem detalhamento, resultante do Termo de Convênio nº 001/2009, firmado com o Município de Água Doce(SC), para construção de uma ponte pré-fabricada, sobre o Rio Estreito, ligando os Municípios de Luzerna(SC) e Água Doce(SC), na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuído a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Projeto - 11.1101.26.782.0067.1060 - Construção de pontes, pontilhões e bueiros no Interior

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 24 - Transferências de Convênios Outros.....R\$ 16.374,00

Detalhamento dos Recursos - 000000 - Sem detalhamento

TOTAL SUPLEMENTADO.....R\$ 16.374,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Decreto 1160

DECRETO Nº 1160 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

"FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam fixados os prazos para recolhimento de Impostos e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM a vigorar no exercício de 2010, a seguir discriminados:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM

MARÇO

IPTU e Taxas - 1ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 15/03/2010

ABRIL

IPTU e Taxas - 2ª Cota Única com 5% (cinco por cento) de desconto ou 2ª parcela sem desconto 15/04/2010

ALVARÁ - Renovação do Alvará de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento 30/04/2010

MAIO

IPTU e Taxas - 3ª Cota Única valor sem desconto e sem acréscimo ou 3ª parcela sem desconto 14/05/2010

ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 28/05/2010

JUNHO

IPTU e Taxas - 4ª parcela sem desconto 15/06/2010

JULHO

IPTU e Taxas - 5ª parcela sem desconto 15/07/2010

AGOSTO

IPTU e Taxas - 6ª parcela sem desconto 13/08/2010

SETEMBRO

ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - 2ª parcela sem desconto 30/09/2010

ISS HOMOLOGADO - MENSAL

Vencimento até o dia 15 do mês subsequente às operações realizadas, em caso da data ocorrer em finais de semana ou feriados considerar o primeiro dia útil.

Art.2º- No caso de descumprimento dos prazos fixados no CATRIM serão aplicados juros e multa em conformidade com a legislação municipal.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 30 de novembro de 2009.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Recebimento de Receita

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Des

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Município de Água Doce – SC, conforme Termo de Convênio Nº 001/2009, para construção de uma ponte pré-fabricada sobre o Rio Estreito, ligando os Municípios de Luzerna(SC) e de Água Doce(SC).



24/11/2009	Termo de Convênio TC nº 001/2009 – Construção ponte pré-fabricada sobre o Rio Estreito	16.374,00
------------	--	-----------

Luzerna(SC), 24 de novembro de 2009.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Meleiro

Prefeitura Municipal

Lei nº. 1389/2009

LEI Nº. 1389/2009

"ALTERA OS ANEXOS DA LEI MUNICIPAL 1186/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os anexos da Lei Municipal 1186/2006 de 19 de dezembro de 2006, e demais disposições em contrário, passando a valer com a nova redação os anexos seguintes:

Art.2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 19 de novembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ANEXO I DA LEI nº. 1186/2006

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Meleiro – SAMAE

I. LIGAÇÕES DE ÁGUA:

ATÉ 25 mm		
CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO	VALOR TOTAL R\$
À VISTA	-	116,30

OBS. : Com diâmetro acima de 25 mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

II. LIGAÇÕES DE ESGOTO:

ATÉ 100 mm		
CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO	VALOR TOTAL R\$
À VISTA	-	71,80

OBS.:

1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar;
2. O PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA OCASIÃO DO PEDIDO DE LIGAÇÃO;
3. NAS LIGAÇÕES, O CONSUMIDOR FORNECERÁ TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO.

Meleiro, 19 de novembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ANEXO II DA LEI nº. 1186/2006

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Meleiro – SAMAE

FAIXA DE CONSUMO	
CATEGORIA "A"	
RESIDENCIAL sem limitador de consumo	
CONSUMO	VALORES R\$
Até 10 m³	R\$ 23,53
De 11 a 25m³	R\$ 4,31 p/m³ excedente de 10 m³
De 26 a 50m³	R\$ 6,05 p/m³ excedente de 25 m³
>50	R\$ 7,25 p/m³ excedente de 50
COM LIMITADOR DE CONSUMO	
CATEGORIA "B"	
COMERCIAL	
CONSUMO	VALORES R\$
Até 10 m³	R\$ 35,20
De 10-50	R\$ 5,79 p/m³ excedente de 10 m³
>50	R\$ 7,25 p/m³ excedente de 50 m³
CATEGORIA INDUSTRIAL	
CONSUMO	VALORES R\$
0-40	R\$ 34,90
>40	R\$ 5,79 p/m³ excedente de 40 m³
CATEGORIA PÚBLICA	
CONSUMO	VALORES R\$
0-10	R\$ 34,90
>10	R\$ 5,79 p/m³ excedente de 10 m³

OBSERVAÇÕES

1. A tarifa referente a prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.

2. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construção de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial

Meleiro, 19 de novembro de 2009.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ANEXO III DA LEI nº. 1186/2006

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Meleiro – SAMAE

OUTROS SERVIÇOS	VALOR R\$
REESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:	
- No cavalete por falta de pagamento (corte)	24,75
- No cavalete por falta de pagamento c/ lacre violado	64,32
AFERIÇÕES DE HIDRÔMETROS:	
- Por solicitação do usuário, até ¾"	16,85
- Por solicitação do usuário, acima de 1"	16,85
DESLIGAÇÃO:	
- Por solicitação do usuário-temporário	24,75
- Por solicitação do usuário-definitivo	24,75



VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:	
- Por solicitação do usuário até 2 pavimentos	17,67
- Por solicitação do usuário por pavimentos/excedente a 2	12,21
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:	
- Custo fixo de consumo até 15	162,68
- Custo fixo mensal período superior a 15 dias	265,62
CUSTO POR HORA DE MÃO-DE-OBRA:	
- De encanador	7,44
- De auxiliar	3,78
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
- Por solicitação do usuário (conforme material e tempo empregado)	14,65
EXPEDIENTE:	
- Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, e outros	1,05
HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:	
- (valor das peças empregadas, mais taxas de aferição)	94,00
HIDRÔMETRO ROUBADO:	109,89
PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE, EMPREGADO EM LIGAÇÕES DE ÁGUA ATÉ 25 mm	3.05
ANÁLISE DE ÁGUA – EXAME BACTERIOLÓGICO	52,34

Meleiro, 19 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ANEXO IV DA LEI nº. 1186/2006

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Meleiro – SAMAE

SERVIÇO NÃO MEDIDO		
CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO	VALOR R\$
RESIDENCIAL		
R1	10	23,53
R2	20	55,94
R3	30	93,32
R4	40	134,46
COMERCIAL E PÚBLICA		
C1	10	39,30
C2	30	131,54
INDUSTRIAL		
I1	10	39,30
I2	50	233,19

DEFINIÇÕES:

R1 – Com área até 40 m²;

R2 – Com área de 41 a 80 m²;

R3 – Com área de 81 a 120 m²;

R4 – Com área acima de 120 m²;

C1 – Pequeno Comércio: quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos;

C2 – Grande Comércio: quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente os higiênicos;

I1 – Pequeno Indústria: quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais, somente para fins higiênicos.

I2 – Grande Indústria: quando a água é utilizada somente em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente higiênicos.

Meleiro, 19 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

ANEXO V DA LEI nº. 1186/2006

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Meleiro – SAMAE

ITEM	INFRAÇÕES – ARTIGO 100	MULTA R\$
I	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água.	38,72
II	Ligações clandestinas	128,78
III	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo	163,00
IV	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência	38,72
V	Utilização da ligação de água para serventia de outra economia	38,72
VI	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal Predial	30,52
VII	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio	128,78
VIII	Lançamento de despejos "in natura", que por suas característica exijam o tratamento prévio na rede coletora de esgoto	1.153,78
IX	Início de obras de instalação de água em loteamento ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	1.153,22
X	Alteração de projeto de instalação de água em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE	510,85
XI	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de águas	264,56
XI	Violação do lacre do hidrômetro	39,46

Meleiro, 19 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Lei nº. 1390/2009

LEI Nº. 1390/2009

"REGULAMENTA O TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AOS MICROEMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei regulamenta e consolida o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, em conformidade com o disposto nos arts. 146, III, "d", 170, IX e 179 da Constituição Federal e as disposições contidas na Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

Parágrafo Único. Para fins do disposto nesta Lei, aplicam-se as definições de microempresa de pequeno porte e de microempreendedor individual contidas na Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

CAPÍTULO II DA INSCRIÇÃO LEGALIZAÇÃO E BAIXA



Seção I Das Diretrizes

Art.2º. Os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de registro e de legalização, devendo para tanto articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos das outras esferas envolvidas na formalização empresarial, buscando compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do empresário.

Art.3º. Deverão ser mantidas à disposição dos empresários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisa prévia à etapa de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover a certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade da inscrição.

Art.4º. Os procedimentos relativos à consulta de viabilidade, inscrição, alteração e baixa de empresas serão realizados por meio de sistemas informatizados, integrados ao Projeto Registro Mercantil Integrado -REGIN.

Art. 5º. O Município adotará, para fins de cadastramento, a codificação prevista na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Parágrafo Único. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a forma de atualização cadastral das empresas já inscritas no Município e respectiva vinculação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.

Seção II Da Consulta de Viabilidade e da Inscrição

Art. 6º. É obrigatória a realização da consulta de viabilidade previamente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte e do microempresário individual, a qual será efetivada por meio do Sistema de Registro Mercantil Integrado – REGIN, disponível no sítio oficial do Município, e requerida preferencialmente por contador ou técnico contábil devidamente registrado no respectivo conselho de classe.

§ 1º. A consulta de viabilidade deverá bastar a que o empresário seja informado pelos órgãos competentes:

I - Da descrição oficial do endereço de seu interesse e da possibilidade de exercício da atividade econômica desejada no local escolhido;

II - De todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a natureza da atividade econômica pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

§ 2º. Os órgãos competentes disporão do prazo de 10 dias, a contar da data de realização da consulta no REGIN, para emitir o respectivo parecer, o qual poderá ser pelo:

I - Deferimento da consulta de viabilidade, nos casos de atendimento de todas as normas de ocupação de solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente;

II – Indeferimento da consulta de viabilidade, nos casos em que não forem atendidas todas as normas de ocupação de solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente.

§ 3º. Na hipótese do inciso II do § 2º. Deste artigo, o atendimento de todas as normas de ocupação de solo, posturas, segurança pública, vigilância sanitária e meio ambiente, deverá ser cumprido anteriormente ao pedido de inscrição da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual.

§ 4º. O contador ou escritório de contabilidade optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte

– Simples Nacional deverá prestar orientações e efetuar o pedido de consulta de viabilidade gratuitamente ao microempreendedor individual, nos termos do artigo 18, § 22-b, inciso I, da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º. Ao microempreendedor individual será facultada a realização de consulta de viabilidade tão somente para o exercício de atividades econômicas constantes na regulamentação específica aprovada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

§ 6º. A consulta de viabilidade de que trata este artigo será gratuita.

Art. 7º. O processo de registro do microempreendedor individual terá trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

Art. 8º. A inscrição da microempresa e da empresa de pequeno porte poderá ser realizada no sítio oficial do município, após deferimento da consulta de viabilidade.

CAPÍTULO II DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 9º. As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional, relativamente ao Imposto Sobre Serviços – ISS, cingir-se-ão às disposições fixadas pela Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 10º. A retenção na fonte de ISS devido pelas microempresas ou pelas empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art.3º da Lei Complementar nº. 116 de 31 de julho de 2003 e deverá observar as seguintes normas:

I – A alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V DA Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – Na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador à alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V DA Lei Complementar 123/2006;

III – Na hipótese do inciso II deste artigo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora de serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV – Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere este artigo;

V – Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste artigo no documento fiscal, aplicar-se-á a maior alíquota correspondente ao percentual de ISS prevista nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006;

VI – Não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII – O valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Art. 11. Os escritórios de contabilidade, mesmo que optantes pelo Simples Nacional, recolherão o ISS em acordo com a lei nº. 601/93, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 12. As obrigações acessórias serão previstas na resolução CGSN nº. 10/07, nos artigos 1º a 6º e na Lei 1006/03, Art. 290, 290-a e 290-b.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Sem prejuízo de sua ação específica, a autoridade fiscal exercerá sua atividade prioritariamente de maneira orientadora e não punitiva junto ao microempreendedor individual, à microempresa e à empresa de pequeno porte;

Parágrafo Único. Sempre que possível e a infração não colocar em risco os consumidores e os trabalhadores, o Auto de infração será precedido de intimação com prazo de 30 (trinta) dias para solucionar a irregularidade.

Art. 14. Fica autorizado o Município de Meleiro a firmar convênio com a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional, para realizar inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial dos tributos municipais a que se refere à Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Compete ao Chefe do Poder Executivo regulamentar esta Lei no prazo de 120 dias e promover ampla divulgação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 16. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do primeiro dia útil subsequente à sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro (SC), 30 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito municipal

Registrado e publicado na data supra.

Lei nº 1391/2009

LEI Nº 1391/2009.

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 601/93 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Meleiro faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 116 “caput” da Lei Municipal 601/93 de 16 de dezembro de 1993 passa a vigorar com a seguinte redação:

“ art. 116. A autoridade administrativa que proceder ou presidir quaisquer diligências de fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente, na forma da legislação aplicável, o início do procedimento que fixará prazo mínimo para a conclusão daquelas, não podendo ser superior a 60(sessenta) dias.

Art. 2º. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro (SC), 30 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Lei nº 1392/2009

LEI Nº 1392/2009.

ALTERA A REDAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 1006/2003 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes deste município que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A alínea “b” e o inciso II, do parágrafo § 1º do artigo 283-B da Lei Municipal 1006/2003 de 10 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

II - A pessoa física ou jurídica, ainda que imune ou isenta, os estabelecimentos bancários e demais entidades financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central, tomadores ou intermediários:

b – Dos serviços descritos nos subitens 1.01 a 1.08; 3.02 a 3.05; 4.02, 4.03, 4.21 a 4.23; 5.02; 7.01 a 7.21; 8.02; 9.01, 9.02, 10.01 a 10.10; 11.01 a 11.04; 12.01 a 12.12; 13.02ª 13.05; 14.01 a 14.13, 16.01, 17.01 a 17.24; 18.01, 19.01, 20.01, 20.03; 22.01, 22.03; 23.01; 24.01; 25.01, 25.03; 26.01; 27.01; 28.01; 31.01 a 35.01 e 40.01 da lista de serviços prevista no artigo 285.

Art. 2º. Revoga – se a Lei nº. 1255/2007.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro (SC), 30 de novembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Portaria nº 282/2009

PORTARIA Nº 282/2009

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e Lei Municipal nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

E X O N E R A R

Art. 1.º A Senhora CHAIANE MACHADO ALEXANDRE SCARPARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição a Sueli da Silva Polla, por motivo de licença saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2009.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 087/2009.



Meleiro, 01 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria n.º 283/2009

PORTARIA N.º 283/2009

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, resolve,

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal VILMAR MOTTA TRISTÃO – matrícula 558.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2009.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Portaria n.º 284/2009

PORTARIA N.º 284/2009

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, resolve,

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal PEDRO COSTA DE SOUZA – matrícula 593.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 01/12/2009.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Dezembro de 2009.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

Errata da Lei Nº 1389/2009

ERRATA

A Lei n.º 1389/2009 publicadas no DOM/SC no dia 26 de Novembro de 2009, na edição 375, passa a ser lida no seu anexo como: Anexo I da 1186/2006, Anexo II da 1186/2006, Anexo III da 1186/2006, Anexo IV da 1186/2006 e Anexo V da 1186/2006.

Paial

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 105/2009

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, com amparo no artigo 43º Inciso I da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, e Art. 1º da Lei Municipal 389/2008 de 10 de Dezembro de 2008, e art. 69, inciso VI da Lei orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Abre crédito adicional Suplementar no valor total de R\$ 55.750,00(Cinquenta e Cinco mil e setecentos e cinquenta reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
Unidade Orçamentária: 06.02 Transp. Obras Serv. Urbanos	
Projeto Atividade: 17.512.0019.1.010 – APLICAÇÃO DIRETA	
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00 0.1.0218 – Conv. Foz Chapeco	
(94) R\$.....	55.750,00
TOTAL GERAL	55.750,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior serão utilizados saldos recursos do excesso de arrecadação na fonte abaixo especificada observada a tendência no exercício:

Fonte de Recurso: 218 – Convênio Foz Chapecó Rede de Água.

Detalhamento: 0 – Sem Detalhamento

Valor: R\$ 55.750,00

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação no Exercício

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paial (SC), em 17 de Novembro de 2009.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Antonio Soster

Sec. Mun. de Administração e Finanças



Pinheiro Preto

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.392

LEI Nº 1.392, DE 17 DE NOVEMBRO 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para atender a seguinte programação:

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901.....Fundo Municipal de Saúde
0901.10.....Saúde
0901.10.301.....Atenção Básica
0901.10.301.0006.....Saúde Básica
0901.10.301.0006.2032.....Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0202.....Secretaria de Educação e Cultura
0202.12.....Educação
0202.12.361.....Ensino Fundamental
0202.12.361.0007.....Educação Básica
0202.12.361.0007.2016.....Manutenção do Transporte Escolar
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Novembro de 2009
OSIRES PEDRO RANDON
Vice Prefeito em Exercício

Decreto N 3.145

DECRETO N 3.145, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2.009.

Dispoe sobre credito adicional suplementar na camara municipal de vereadores de Pinheiro Preto

Decreto Nº 3.146

DECRETO Nº 3.146, DE 17 DE NOVEMBRO 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço Saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta

mil reais), para atender a seguinte programação:

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0901.....Fundo Municipal de Saúde
0901.10.....Saúde
0901.10.301.....Atenção Básica
0901.10.301.0006.....Saúde Básica
0901.10.301.0006.2032.....Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0102

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0202.....Secretaria de Educação e Cultura
0202.12.....Educação
0202.12.361.....Ensino Fundamental
0202.12.361.0007.....Educação Básica
0202.12.361.0007.2016.....Manutenção do Transporte Escolar
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0101

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Novembro de 2009.
OSIRES PEDRO RANDON
Vice Prefeito em Exercício

Decreto Nº 3.147

DECRETO Nº 3.147, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 17 da Lei Municipal nº 1.318 de 14 de Novembro de 2008, DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0202.....Secretaria de Educação e Cultura
0202.12.....Educação
0202.12.365.....Educação Infantil
0202.12.365.0010.....Criança na Escola
0202.12.365.0010.2011.....Manutenção da Educação Infantil
31900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 100,00
Fonte de Recurso 0101.0

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 100,00 (Cem reais) conforme abaixo discriminado;

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
0202.....Secretaria de Educação e Cultura
0202.12.....Educação
0202.12.365.....Educação Infantil
0202.12.365.0010.....Criança na Escola
0202.12.365.0010.2011.....Manutenção da Educação Infantil
33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 100,00
Fonte de Recurso 0101.0

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 17 de Novembro de 2009.
OSIRES PEDRO RANDON
Vice Prefeito em Exercício



Decreto N 3.148

DECRETO N 3.148, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.

Autoriza o desmembramento de área de terra urbana que especifica e dá outras providências

Decreto Nº 3.149

DECRETO Nº 3.149, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

OSIRES PEDRO RANDON, Vice Prefeito em Exercício de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202.....Secretaria de Educação e Cultura
 0202.12.....Educação
 0202.12.361.....Ensino Fundamental
 0202.12.361.0007.....Educação Básica
 0202.12.361.0007.2009..Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
 33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00
 Fonte 0101.0

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) conforme abaixo discriminado;

02.....CHEFIA DO EXECUTIVO
 0202.....Secretaria de Educação e Cultura
 0202.12.....Educação
 0202.12.361.....Ensino Fundamental
 0202.12.361.0007.....Educação Básica
 0202.12.361.0007.2009..Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
 44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 2.000,00
 Fonte 0101.0

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 19 de Novembro de 2009.
 OSIRES PEDRO RANDON
 Vice Prefeito em Exercício

Decreto Nº 3.152

DECRETO Nº 3.152, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme artigo 17º § 4º da Lei Municipal nº 1.318 de 14 de Novembro de 2008; considerando o disposto no item 4.2 da Nota Técnica nº 509/2006-GEAAC/CCONT-STN de 27 de Março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

D E C R E T A

Art. 1º Fica aberto na contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais), vinculado a destinação de recurso na unidade orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária: 09.01 – Fundo Municipal de Saúde
 Função: 10 – Saúde
 Sub-função: 301 – Atenção Básica
 Programa: 00.06 – Saúde Básica
 Projeto/Atividade: 20.32 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 Aplicações Diretas: 44900000 –R\$ 88.000,00
 Fonte de Recursos 0123.55

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Recurso do Convênio referente ao contrato nº 15.572/2009-1 celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Pinheiro Preto, no valor total de R\$ 88.000,00 (Oitenta e oito mil reais) para aquisição de um veículo Van Passageiro 13 lugares.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 27 de Novembro de 2009
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.154

DECRETO Nº 3.154, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, de acordo com o art. 17 da Lei Municipal nº 1.318 de 14 de Novembro de 2008, DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0901.....Fundo Municipal de Saúde
 0901.10.....Saúde
 0901.10.301.....Atenção Básica
 0901.10.301.0006.....Saúde Básica
 0901.10.301.0006.2032.....Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 33900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0102.0

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme abaixo discriminado;

09.....FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0901.....Fundo Municipal de Saúde
 0901.10.....Saúde
 0901.10.301.....Atenção Básica
 0901.10.301.0006.....Saúde Básica
 0901.10.301.0006.2032.....Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
 44900000.....Aplicações Diretas.....R\$ 30.000,00
 Fonte de Recursos 0102.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 27 de Novembro de 2009
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 051/2009**AVISO DE LICITAÇÃO****MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 051/2009****MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/12/2009, licitação modalidade Pregão Presencial n. 051/2009, visando à aquisição de um veículo novo destinado a secretaria municipal da saúde.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 15/12/2009, até às 10:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30 hs.



Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 01 de Dezembro de 2009
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo 024/2009

TERMO ADITIVO 024/2009

CONTRATO ADITADO 172/2009

OBJETO: fornecimento hora/máquina trator de esteira com ripper

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 044/2008

EMPRESA CONTRATADA: Terraplanagem Chico Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.237,50 (três mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 12/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0203/2009

CONTRATO Nº 0203/2009

OBJETO: Fornecimento

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº048/09

EMPRESA CONTRATADA: Artefatos em cimento Sidart

VALOR DO CONTRATO: R\$ 10.240,00 (dez mil duzentos e quarenta reais)

DATA DO CONTRATO: 18/11/2009

PREFEITO Osires Pedro Randon

Contrato Nº 0204/2009

CONTRATO Nº 0204/2009

OBJETO: Aquisição de cadeiras e carteiras

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0121/09

EMPRESA CONTRATADA: LImplast

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta reais)

DATA DO CONTRATO: 19/11/2009

PREFEITO: Osires Pedro Randon

Contrato Nº 0205/2009

CONTRATO Nº 0205/2009

OBJETO: Aquisição de uniformes

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0122/09

EMPRESA CONTRATADA: Via Cruz Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.658,40 (três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 19/11 /2009

PREFEITO: Osires Pedro Randon

Contrato Nº 0206/2009

CONTRATO Nº 0206/2009

OBJETO: Aquisição de larvícia BTI

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0123/09

EMPRESA CONTRATADA: MM Comercio Representações Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)

DATA DO CONTRATO: 19/11/2009

PREFEITO: Osires Pedro Randon

Contrato Nº 0207/2009

CONTRATO Nº 0207/2009

OBJETO: Conserto nos veículos da secretaria de transportes

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0124/09

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.626,50 (três mil seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 20/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0208/2009

CONTRATO Nº 0208/2009

OBJETO: Conserto nos veículos da secretaria de saúde

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0125/09

EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.037,00 (dois mil e trinta e sete reais)

DATA DO CONTRATO: 20/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0209/2009

CONTRATO Nº 0209/2009

OBJETO: Conserto nos veículos da secretaria de educação

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0126/09

EMPRESA CONTRATADA: mecânica Hochiove Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.871,91 (sete mil oitocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos)

DATA DO CONTRATO: 20/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0210/2009

CONTRATO Nº 0210/2009

OBJETO: Aquisição de horas/maquina

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº049/09

EMPRESA CONTRATADA: Terraplanagem Chico Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$

DATA DO CONTRATO: 20/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0211/2009

CONTRATO Nº 0211/2009

OBJETO: Cobertura metálica para escada de acesso ao Mini ginásio

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0127/09

EMPRESA CONTRATADA: Metafer Esquadrilhas metálicas

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

DATA DO CONTRATO: 19/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0212/2009

CONTRATO Nº 0212/2009

OBJETO: Aquisição de medalhas e Trofeu

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0128/09

EMPRESA CONTRATADA: Cabeção Esportes

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.712,00 (um mil setecentos e doze reais)

DATA DO CONTRATO: 25/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0213/2009

CONTRATO Nº 0213/2009

OBJETO: Aquisição de 140 aves temperadas com bolsa térmica para presentear funcionários públicos no fim de ano/2009

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0129/09

EMPRESA CONTRATADA: Comercio de carnes finco Ltda

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4452,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais)

DATA DO CONTRATO: 30/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0214/2009

CONTRATO Nº 0214/2009

OBJETO: Aquisição de medicamentos para as pessoas carentes do município

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0130/09

EMPRESA CONTRATADA: Lider Farma

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.086,33 (seis mil e oitenta e seis reais e trinta e três centavos)

DATA DO CONTRATO: 25/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

EMPRESA CONTRATADA: Drogaria Somensi

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.086,38 (três mil e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 25/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0215/2009

CONTRATO Nº 0215/2009

OBJETO: Aquisição de medicamentos

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0131/09

Contrato Nº 0216/2009

CONTRATO Nº 0216/2009

OBJETO: Aquisição de formulas manipuladas

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação nº0132/09

EMPRESA CONTRATADA: Biotécnica

VALOR DO CONTRATO: R\$ 496,95 (quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos)

DATA DO CONTRATO: 30/11/2009

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Anexo I RREO LRF 5º BIM 2009

Município de PINHEIRO PRETO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO |

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.774.000,00	8.774.000,00	1.294.932,39	14,760	6.515.720,86	74,260	2.258.279,14
RECEITAS CORRENTES	8.099.000,00	8.099.000,00	1.197.432,39	14,780	5.920.120,85	73,100	2.178.879,15
RECEITA TRIBUTÁRIA	268.165,00	268.165,00	22.860,98	8,520	187.342,23	69,860	80.822,77
IMPOSTOS	157.065,00	157.065,00	15.388,12	9,800	111.976,33	71,290	45.088,67
TAXAS	94.600,00	94.600,00	331,04	0,350	67.972,60	71,850	26.627,40
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	16.500,00	16.500,00	7.141,82	43,280	7.393,30	44,810	9.106,70
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	259.000,00	259.000,00	42.531,92	16,420	188.921,15	72,940	70.078,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	217.000,00	217.000,00	36.510,50	16,830	159.947,43	73,710	57.052,57
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	42.000,00	42.000,00	6.021,42	14,340	28.973,72	68,990	13.026,28
RECEITA PATRIMONIAL	270.735,00	270.735,00	43.184,82	15,950	238.203,16	87,980	32.531,84
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	136,55	0,000	409,65	0,000	-409,65
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	270.735,00	270.735,00	41.015,27	15,150	230.351,79	85,080	40.383,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	2.033,00	0,000	7.441,72	0,000	-7.441,72
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	210,00	0,000	450,00	0,000	-450,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	210,00	0,000	450,00	0,000	-450,00
RECEITA DE SERVIÇOS	55.000,00	55.000,00	4.939,00	8,980	17.451,56	31,730	37.548,44
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.165.100,00	7.165.100,00	1.079.225,90	15,060	5.252.075,36	73,300	1.913.024,64
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.052.300,00	7.052.300,00	1.068.783,59	15,160	5.168.502,54	73,290	1.883.797,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	112.800,00	112.800,00	10.442,31	9,260	83.572,82	74,090	29.227,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	81.000,00	81.000,00	4.479,77	5,530	35.677,39	44,050	45.322,61
MULTAS E JUROS DE MORA	9.000,00	9.000,00	540,50	6,010	6.018,74	66,870	2.981,26
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	22.000,00	22.000,00	1.652,00	7,510	12.896,08	58,620	9.103,92
RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	50.000,00	2.287,27	4,570	16.762,57	33,530	33.237,43
RECEITAS DE CAPITAL	675.000,00	675.000,00	97.500,00	14,440	595.600,01	88,240	79.399,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	300.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,000	108.100,01	270,250	-68.100,01
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	85.000,01	4250,000	-83.000,01
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	38.000,00	38.000,00	0,00	0,000	23.100,00	60,790	14.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	335.000,00	335.000,00	97.500,00	29,100	487.500,00	145,520	-152.500,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	335.000,00	335.000,00	97.500,00	29,100	487.500,00	145,520	-152.500,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	276.000,00	276.000,00	47.771,23	17,310	225.512,84	81,710	50.487,16
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.050.000,00	9.050.000,00	1.342.703,62	100,000	6.741.233,70	100,000	2.308.766,30
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.050.000,00	9.050.000,00	1.342.703,62	100,000	6.741.233,70	100,000	2.308.766,30
DÉFICIT (VI)							0,00
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.050.000,00	9.050.000,00	1.342.703,62		6.741.233,70		
Saldo de Ex.Anteriores(Util.p/Cred.Adicionais)							144.760,49



DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f) = (d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	8.640.840,00	297.416,02	8.938.256,02	1.182.973,82	5.297.871,88	1.075.936,18	5.087.903,24	56,92	3.850.352,78
DESPESAS CORRENTES	6.511.424,00	511.833,99	7.023.257,99	1.047.968,10	4.919.795,56	1.042.490,46	4.811.386,92	68,51	2.211.871,07
Pessoal e Encargos Sociais	2.490.900,00	176.888,99	2.667.788,99	429.459,08	2.155.312,07	429.459,08	2.155.312,07	80,79	512.476,92
Juros/Encargos da Dívida	13.200,00	2.500,00	15.700,00	2.495,89	15.203,20	2.495,89	15.203,20	96,84	496,80
Outras despesas Correntes	4.007.324,00	332.445,00	4.339.769,00	616.013,13	2.749.280,29	610.535,49	2.640.871,65	60,85	1.698.897,35
DESPESAS DE CAPITAL	1.577.200,00	-87.417,97	1.489.782,03	135.005,72	378.076,32	33.445,72	276.516,32	18,56	1.213.265,71
Investimentos	1.478.200,00	-84.917,97	1.393.282,03	118.264,65	291.445,22	16.704,65	189.885,22	13,63	1.203.396,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	99.000,00	-2.500,00	96.500,00	16.741,07	86.631,10	16.741,07	86.631,10	89,77	9.868,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	192.216,00	0,00	192.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.216,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	360.000,00	-127.000,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	341.160,00	197.750,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	60,79	211.281,07
SUBTOTAL DAS DESP. (X) = (VIII+IX)	8.982.000,00	495.166,02	9.477.166,02	1.256.609,73	5.625.500,81	1.149.572,09	5.415.532,17	57,14	4.061.633,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliár	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras divida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII) = (X+XI)	8.982.000,00	495.166,02	9.477.166,02	1.256.609,73	5.625.500,81	1.149.572,09	5.415.532,17	57,14	4.061.633,85
SUPERÁVIT (XIII)						193.131,53	1.325.701,53		
TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	8.982.000,00	495.166,02	9.477.166,02	1.256.609,73	5.625.500,81	1.342.703,62	6.741.233,70		4.061.633,85

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	76.000,00	76.000,00	13.488,91	17,750	57.971,54	76,280	18.028,46
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	200.000,00	200.000,00	34.282,32	17,140	167.541,30	83,770	32.458,70
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	200.000,00	200.000,00	34.282,32	17,140	167.541,30	83,770	32.458,70
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	76.000,00	76.000,00	13.488,91	17,750	57.971,54	76,280	18.028,46
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	276.000,00	276.000,00	47.771,23	17,310	225.512,84	81,710	50.487,16
TOTAL	276.000,00	276.000,00	47.771,23		225.512,84		50.487,16

DESPESAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A			Saldo a
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	%	Empenhar
	(d)	(e)	(f) = (d+e)				(g)	(g/f)	(f-g)
DESPESAS CORRENTES	341.160,00	197.750,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	60,79	211.281,07
Pessoal e Encargos Sociais	341.160,00	197.750,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	60,79	211.281,07
TOTAL	341.160,00	197.750,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	60,79	211.281,07

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo II RREO LRF 5º BIM 2009

Município de PINHEIRO PRETO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

CONSOLIDADO

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))	
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar	+- ((b+c)/a)	
		(A)				(B)		Não Process.	%	% (a-(b+c)) SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO							(C)		
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.708.840,00	9.006.256,02	1.182.973,82	5.297.871,88	1.075.936,18	5.087.903,24	209.968,64	100,00	58,82 3.708.384,14
01	LEGISLATIVA	345.000,00	345.000,00	33.046,99	167.286,26	28.646,61	162.505,23	4.781,03	3,16	48,49 177.713,74
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	345.000,00	345.000,00	33.046,99	167.286,26	28.646,61	162.505,23	4.781,03	3,16	48,49 177.713,74
	Subtotal	345.000,00	345.000,00	33.046,99	167.286,26	28.646,61	162.505,23	4.781,03	3,16	48,49 177.713,74
04	ADMINISTRAÇÃO	1.011.740,00	1.190.740,00	189.935,46	1.029.407,57	189.020,05	1.015.289,07	14.118,50	19,43	86,45 161.332,43
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000.740,00	1.179.740,00	187.170,32	1.023.804,53	185.704,91	1.009.686,03	14.118,50	19,32	86,78 155.935,47
04.181	POLICIAMENTO	11.000,00	11.000,00	2.765,14	5.603,04	3.315,14	5.603,04	0,00	0,11	50,94 5.396,96
	Subtotal	1.356.740,00	1.535.740,00	222.982,45	1.196.693,83	217.666,66	1.177.794,30	18.899,53	22,59	77,92 339.046,17
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	193.849,00	203.849,00	20.206,64	110.039,26	20.191,61	109.157,50	881,76	2,08	53,98 93.809,74
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	44.000,00	44.000,00	6.855,00	34.547,76	6.855,00	34.547,76	0,00	0,65	78,52 9.452,24
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	149.849,00	159.849,00	13.351,64	75.491,50	13.336,61	74.609,74	881,76	1,42	47,23 84.357,50
	Subtotal	1.550.589,00	1.739.589,00	243.189,09	1.306.733,09	237.858,27	1.286.951,80	19.781,29	24,67	75,12 432.855,91
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	195.000,00	322.000,00	99.647,26	251.801,13	99.647,26	251.801,13	0,00	4,75	78,20 70.198,87
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	195.000,00	322.000,00	99.647,26	251.801,13	99.647,26	251.801,13	0,00	4,75	78,20 70.198,87
	Subtotal	1.745.589,00	2.061.589,00	342.836,35	1.558.534,22	337.505,53	1.538.752,93	19.781,29	29,42	75,60 503.054,78
10	SAÚDE	1.430.440,00	1.620.940,00	228.605,21	1.102.008,40	206.671,09	1.064.797,13	37.211,27	20,80	67,99 518.931,60
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.430.440,00	1.620.940,00	228.605,21	1.102.008,40	206.671,09	1.064.797,13	37.211,27	20,80	67,99 518.931,60
	Subtotal	3.176.029,00	3.682.529,00	571.441,56	2.660.542,62	544.176,62	2.603.550,06	56.992,56	50,22	72,25 1.021.986,38
12	EDUCAÇÃO	2.518.695,00	1.863.378,99	237.200,35	1.138.809,15	249.331,21	1.124.694,65	14.114,50	21,50	61,12 724.569,84
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	117.095,00	117.095,00	24.595,39	57.240,06	28.624,37	56.187,66	1.052,40	1,08	48,88 59.854,94
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.028.100,00	1.522.333,99	197.588,70	999.036,32	205.290,58	988.974,22	10.062,10	18,86	65,63 523.297,67
12.362	ENSINO MÉDIO	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 10.300,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	22.000,00	47.000,00	5.792,93	32.624,59	9.192,93	32.624,59	0,00	0,62	69,41 14.375,41
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	311.500,00	111.950,00	3.533,33	12.713,63	3.533,33	12.713,63	0,00	0,24	11,36 99.236,37
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	13.200,00	13.200,00	4.000,00	11.000,00	1.000,00	8.000,00	3.000,00	0,21	83,33 2.200,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	16.500,00	41.500,00	1.690,00	26.194,55	1.690,00	26.194,55	0,00	0,49	63,12 15.305,45
	Subtotal	5.694.724,00	5.545.907,99	808.641,91	3.799.351,77	793.507,83	3.728.244,71	71.107,06	71,71	68,51 1.746.556,22
13	CULTURA	45.100,00	45.100,00	5.221,07	15.817,43	1.189,22	11.785,58	4.031,85	0,30	35,07 29.282,57
13.695	TURISMO	45.100,00	45.100,00	5.221,07	15.817,43	1.189,22	11.785,58	4.031,85	0,30	35,07 29.282,57
	Subtotal	5.739.824,00	5.591.007,99	813.862,98	3.815.169,20	794.697,05	3.740.030,29	75.138,91	72,01	68,24 1.775.838,79
15	URBANISMO	575.300,00	765.351,96	24.606,19	125.437,10	21.142,95	115.351,75	10.085,35	2,37	16,39 639.914,86
15.452	SERVIÇOS URBANOS	575.300,00	765.351,96	24.606,19	125.437,10	21.142,95	115.351,75	10.085,35	2,37	16,39 639.914,86
	Subtotal	6.315.124,00	6.356.359,95	838.469,17	3.940.606,30	815.840,00	3.855.382,04	85.224,26	74,38	61,99 2.415.753,65
16	HABITAÇÃO	55.000,00	75.680,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 75.680,07
16.482	HABITAÇÃO URBANA	55.000,00	75.680,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 75.680,07
	Subtotal	6.370.124,00	6.432.040,02	838.469,17	3.940.606,30	815.840,00	3.855.382,04	85.224,26	74,38	61,27 2.491.433,72
17	SANEAMENTO	77.000,00	77.000,00	13.833,75	13.833,75	13.833,75	13.833,75	0,00	0,26	17,97 63.166,25
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	77.000,00	77.000,00	13.833,75	13.833,75	13.833,75	13.833,75	0,00	0,26	17,97 63.166,25
	Subtotal	6.447.124,00	6.509.040,02	852.302,92	3.954.440,05	829.673,75	3.869.215,79	85.224,26	74,64	60,75 2.554.599,97
20	AGRICULTURA	338.700,00	506.200,00	156.800,57	327.328,25	47.592,13	217.822,01	109.506,24	6,18	64,66 178.871,75
20.606	EXTENÇÃO RURAL	338.700,00	506.200,00	156.800,57	327.328,25	47.592,13	217.822,01	109.506,24	6,18	64,66 178.871,75
	Subtotal	6.785.824,00	7.015.240,02	1.009.103,49	4.281.768,30	877.265,88	4.087.037,80	194.730,50	80,82	61,04 2.733.471,72
22	INDÚSTRIA	11.000,00	11.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,04	18,18 9.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	11.000,00	11.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,04	18,18 9.000,00
	Subtotal	6.796.824,00	7.026.240,02	1.011.103,49	4.283.768,30	879.265,88	4.089.037,80	194.730,50	80,86	60,97 2.742.471,72
25	ENERGIA	55.000,00	55.000,00	9.816,00	51.971,65	9.816,00	51.971,65	0,00	0,98	94,49 3.028,35
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	55.000,00	55.000,00	9.816,00	51.971,65	9.816,00	51.971,65	0,00	0,98	94,49 3.028,35
	Subtotal	6.851.824,00	7.081.240,02	1.020.919,49	4.335.739,95	889.081,88	4.141.009,45	194.730,50	81,84	61,23 2.745.500,07
26	TRANSPORTE	1.017.960,00	1.157.960,00	118.135,96	737.535,97	142.453,93	723.315,83	14.220,14	13,92	63,69 420.424,03



LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar				
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)				(B)		Não Process.	(C)	%	+- ((b+c)/a)	SALDO
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.017.960,00	1.157.960,00	118.135,96	737.535,97	142.453,93	723.315,83	14.220,14	13,92	63,69	420.424,03	
	Subtotal	7.869.784,00	8.239.200,02	1.139.055,45	5.073.275,92	1.031.535,81	4.864.325,28	208.950,64	95,76	61,57	3.165.924,10	
27	DESPORTO E LAZER	55.000,00	80.000,00	9.113,07	65.323,36	9.595,07	64.305,36	1.018,00	1,23	81,65	14.676,64	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	55.000,00	80.000,00	9.113,07	65.323,36	9.595,07	64.305,36	1.018,00	1,23	81,65	14.676,64	
	Subtotal	7.924.784,00	8.319.200,02	1.148.168,52	5.138.599,28	1.041.130,88	4.928.630,64	209.968,64	96,99	61,77	3.180.600,74	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	163.840,00	193.840,00	34.805,30	159.272,60	34.805,30	159.272,60	0,00	3,01	82,17	34.567,40	
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	163.840,00	193.840,00	34.805,30	159.272,60	34.805,30	159.272,60	0,00	3,01	82,17	34.567,40	
	Subtotal	8.088.624,00	8.513.040,02	1.182.973,82	5.297.871,88	1.075.936,18	5.087.903,24	209.968,64	100,00	62,23	3.215.168,14	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	260.216,00	260.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.216,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	260.216,00	260.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.216,00	
	Subtotal	8.348.840,00	8.773.256,02	1.182.973,82	5.297.871,88	1.075.936,18	5.087.903,24	209.968,64	100,00	60,39	3.475.384,14	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	360.000,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	360.000,00	233.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.000,00	
	Subtotal	8.708.840,00	9.006.256,02	1.182.973,82	5.297.871,88	1.075.936,18	5.087.903,24	209.968,64	100,00	58,82	3.708.384,14	
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	341.160,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	0,00	6,18	60,79	211.281,07	
	TOTAL (III) = (I+II)	9.050.000,00	9.545.166,02	1.256.609,73	5.625.500,81	1.149.572,09	5.415.532,17	209.968,64	106,18	58,94	3.919.665,21	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar				
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)				(B)		Não Process.	(C)	%	+- ((b+c)/a)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	341.160,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	0,00	6,18	60,79	211.281,07	
04	ADMINISTRAÇÃO	71.500,00	116.500,00	16.437,16	75.448,03	16.437,16	75.448,03	0,00	1,42	64,76	41.051,97	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	71.500,00	116.500,00	16.437,16	75.448,03	16.437,16	75.448,03	0,00	1,42	64,76	41.051,97	
10	SAÚDE	54.560,00	98.260,00	14.771,27	68.160,17	14.771,27	68.160,17	0,00	1,29	69,37	30.099,83	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	54.560,00	98.260,00	14.771,27	68.160,17	14.771,27	68.160,17	0,00	1,29	69,37	30.099,83	
12	EDUCAÇÃO	143.600,00	209.600,00	25.660,63	107.528,74	25.660,63	107.528,74	0,00	2,03	51,30	102.071,26	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	143.600,00	209.600,00	25.660,63	107.528,74	25.660,63	107.528,74	0,00	2,03	51,30	102.071,26	
26	TRANSPORTE	71.500,00	114.550,00	16.766,85	76.491,99	16.766,85	76.491,99	0,00	1,44	66,78	38.058,01	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	71.500,00	114.550,00	16.766,85	76.491,99	16.766,85	76.491,99	0,00	1,44	66,78	38.058,01	
	TOTAL	341.160,00	538.910,00	73.635,91	327.628,93	73.635,91	327.628,93	0,00	6,18	60,79	211.281,07	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo III RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	NOVEMBRO/2008 A OUTUBRO/2009	

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	11/2008	12/2008	01/2009	02/2009	03/2009	04/2009	05/2009
RECEITAS CORRENTES (I)	724.148,60	967.283,41	683.515,99	635.103,80	661.960,38	781.344,17	814.632,38
Receita Tributária	8.795,30	16.487,82	6.611,40	16.118,71	7.408,08	81.806,43	14.049,79
IPTU	124,58	1.308,98	56,50	0,00	0,00	21.455,49	727,09
ISS	3.354,36	3.841,30	2.938,55	13.225,53	2.743,32	5.013,84	5.398,56
ITBI	901,95	204,79	0,00	0,00	333,67	1.593,10	881,99
Outras	4.414,41	11.132,75	3.616,35	2.893,18	4.331,09	53.744,00	7.042,15
Receita de Contribuições	24.926,60	53.130,79	3.970,64	18.456,31	23.419,30	19.137,19	21.554,17
Receita Patrimonial	27.029,83	31.317,92	28.736,23	22.861,92	27.005,93	22.877,74	25.016,56
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.813,00	1.218,00	216,00	1.146,56	1.035,00	2.110,00	2.860,00
Transferências Correntes	655.148,27	857.264,02	641.251,14	570.225,92	597.519,00	650.083,11	747.767,51
Cota-Parte do FPM	349.823,52	536.836,77	341.245,29	318.128,71	254.317,61	303.404,66	360.612,91
Cota-Parte do ICMS	190.335,95	210.782,58	207.384,27	181.740,15	238.046,53	197.571,39	213.077,27
Cota-Parte do IPVA	17.600,01	8.058,86	12.826,88	20.738,50	24.043,23	26.602,36	36.138,38
Cota-Parte do ITR	8,21	10,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	1.642,51	1.642,51	1.683,07	1.683,07	1.683,07	1.683,07	1.683,07
Transferência do FUNDEB	37.309,20	31.124,70	42.825,76	36.156,15	40.997,16	44.474,05	50.335,30
Outras Transferências	58.428,87	68.808,10	35.285,87	11.779,34	38.431,40	76.347,58	85.920,58
Demais Receitas Correntes	6.435,60	7.864,86	2.730,58	6.294,38	5.573,07	5.329,70	3.384,35
II-DEDUÇÕES	121.995,30	159.336,80	114.109,99	123.834,93	122.486,52	125.397,58	142.185,91
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	19.238,39	50.621,89	786,80	18.456,31	18.128,81	19.137,19	18.715,66
Servidor	19.238,39	50.621,89	786,80	18.456,31	18.128,81	19.137,19	18.715,66
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	102.756,91	108.714,91	113.323,19	105.378,62	104.357,71	106.260,39	123.470,25
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	602.153,30	807.946,61	569.406,00	511.268,87	539.473,86	655.946,59	672.446,47

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							Previsão
ESPECIFICAÇÃO	06/2009	07/2009	08/2009	09/2009	Mes Atual	TOTAL	Atualizada
RECEITAS CORRENTES (I)	750.978,81	619.678,84	633.254,72	599.038,16	812.835,06	8.683.774,32	9.616.675,00
Receita Tributária	11.344,26	9.756,73	17.385,85	4.861,93	17.999,05	212.625,35	268.165,00
IPTU	2.035,81	272,04	876,48	0,00	195,06	27.052,03	38.065,00
ISS	-41,88	2.234,71	8.890,64	1.412,14	4.303,41	53.314,48	33.000,00
ITBI	0,00	2.919,79	1.874,58	0,00	2.900,93	11.610,80	33.000,00
Outras	9.350,33	4.330,19	5.744,15	3.449,79	10.599,65	120.648,04	164.100,00
Receita de Contribuições	22.799,42	15.910,25	21.141,95	18.178,25	24.353,67	266.978,54	259.000,00
Receita Patrimonial	22.966,75	23.395,72	22.157,49	21.183,81	22.001,01	296.550,91	270.735,00
Receita Agropecuária	0,00	120,00	120,00	0,00	210,00	450,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.090,00	2.175,00	880,00	1.184,50	3.754,50	20.482,56	55.000,00
Transferências Correntes	689.464,80	565.933,09	568.385,52	550.942,35	742.724,38	7.836.709,11	8.682.775,00
Cota-Parte do FPM	311.159,15	238.751,14	277.746,26	242.873,38	285.818,73	3.820.718,13	4.375.000,00
Cota-Parte do ICMS	217.705,14	200.233,36	183.499,91	248.669,33	225.064,56	2.514.110,44	2.756.250,00
Cota-Parte do IPVA	25.611,17	30.530,35	22.178,58	7.843,52	47.396,60	279.568,44	337.500,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	213,90	941,99	1.174,60	2.750,00
Transf.da LC 87/1996	1.683,07	1.683,07	1.683,07	0,00	3.366,14	20.115,72	34.375,00
Transferência do FUNDEB	40.827,99	42.163,23	41.350,75	35.801,62	50.974,15	494.340,06	440.000,00
Outras Transferências	92.478,28	52.571,94	41.926,95	15.540,60	129.162,21	706.681,72	736.900,00
Demais Receitas Correntes	2.313,58	2.388,05	3.183,91	2.687,32	1.792,45	49.977,85	81.000,00
II-DEDUÇÕES	131.724,95	105.493,11	115.984,57	118.736,18	132.215,15	1.513.500,99	1.734.675,00
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	19.634,39	10.465,31	18.112,46	18.178,25	18.332,25	229.807,71	217.000,00
Servidor	19.634,39	10.465,31	18.112,46	18.178,25	18.332,25	229.807,71	217.000,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	112.090,56	95.027,80	97.872,11	100.557,93	113.882,90	1.283.693,28	1.517.675,00
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	619.253,86	514.185,73	517.270,15	480.301,98	680.619,91	7.170.273,33	7.882.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo VI RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO	
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
	Demonstrativo do Resultado Nominal		
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
	JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO		

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

Especificação	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	169.054,29	190.286,36	173.545,29
DEDUÇÕES (II)	66.881,52	552.007,81	737.141,79
Ativo Disponível	66.881,52	552.007,81	737.141,79
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	102.172,77	-361.721,45	-563.596,50
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	102.172,77	-361.721,45	-563.596,50

Especificação	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-201.875,05	-665.769,27

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-2.025.369,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Especificação	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo X RREO LRF 5º BIM 2009

Município de PINHEIRO PRETO

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas		
	Inicial	Atualizada (a)	No Bim.	Até o Bim. (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	7.733.440,00	7.733.440,00	1.083.809,92	5.473.368,60	70,78
Receitas de Impostos	137.065,00	137.065,00	11.604,29	109.336,12	79,77
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Terri	38.065,00	38.065,00	195,06	25.618,47	67,30
Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e Ad	38.000,00	38.000,00	5.577,08	24.351,33	64,08
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	33.000,00	33.000,00	5.278,75	43.660,09	132,30
Multas e Juros de Mora	9.000,00	9.000,00	540,50	6.018,74	66,87
Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	12,90	1.285,41	64,27
Receita da Dívida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	0,00	8.402,08	49,42
Receitas de Transf. Constitucionais e Legais	7.596.375,00	7.596.375,00	1.072.205,63	5.364.032,48	70,61
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Mun	4.375.000,00	4.375.000,00	528.692,11	2.934.057,84	67,06
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Terri	2.750,00	2.750,00	1.155,89	1.155,89	42,03
Demais Transferências da União	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n.	34.375,00	34.375,00	3.366,14	16.830,70	48,96
Cota-Parte do ICMS	2.756.250,00	2.756.250,00	473.733,89	2.112.991,91	76,66
Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	55.240,12	253.909,57	75,23
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	82.500,00	82.500,00	10.017,48	45.086,57	54,65
Receita Destinada a Formação do FUNDEB (II)	-1.517.675,00	-1.517.675,00	-214.440,83	-1.072.221,46	70,65
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	603.035,00	603.035,00	121.158,51	594.855,26	98,64
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.235,00	25.235,00	2.580,92	14.448,70	57,26
Remuneração de Depósitos de Recursos Vincula	10.000,00	10.000,00	1.919,95	11.269,35	112,69
Remun. Dep. Bancários de Rec. do Salário Edu	1.000,00	1.000,00	61,78	147,06	14,71
Remun. Dep. Bancários de Rec. do Transporte	0,00	0,00	61,07	141,53	0,00
Transf.do FNDE Prog. Salário-Educação	50.000,00	50.000,00	8.505,83	42.447,30	84,89
Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Fundam.	30.000,00	30.000,00	4.030,40	12.091,20	40,30
Trnasf.do FNDE Prog. Nac. At. Transp. Escola	25.000,00	25.000,00	6.228,96	21.801,36	87,21
Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Creche	3.000,00	3.000,00	105,60	246,40	8,21
Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Pré - P	0,00	0,00	950,40	2.851,20	0,00
Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Eja - P	0,00	0,00	413,60	1.240,80	0,00
Transf.do FNDE Prog. Nac. Alim. Esc. Médio -	0,00	0,00	1.258,40	3.775,20	0,00
Transferencias Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	450.000,00	450.000,00	86.854,60	427.076,16	94,91
Transf.Rec.Fundo Manut.Desenv.Educ.Básica V	440.000,00	440.000,00	86.775,77	425.906,16	96,80
Remun. Dep. Banc. de Rec. Vinc. - FUNDEB	10.000,00	10.000,00	78,83	1.170,00	11,70
Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	8.800,00	8.800,00	8.187,00	57.319,00	651,35
Total das Receitas (VI)=(I+III-II)	6.818.800,00	6.818.800,00	990.527,60	4.996.002,40	73,27

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por Vinculação	Dotação		Despesas Liquidadas		
	Inicial	Atualizada (c)	No Bim.	Até o Bim. (d)	% (d/c)
Vinculadas às Receitas Result.de Impostos	1.136.300,00	783.750,00	115.489,39	435.288,19	55,54
Desp.com Educ.Inf.em Creches e Pré-Escolas (VIII)	281.500,00	81.950,00	3.533,33	12.713,63	15,51
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	841.600,00	688.600,00	110.956,06	414.574,56	60,21
Outras Despesas com Ensino	13.200,00	13.200,00	1.000,00	8.000,00	60,61
Vinculadas ao FUNDEB, no Ensino Fundamental (IX)	371.000,00	412.788,99	42.822,46	412.689,70	99,98
Pagamento dos Professores do Ens.Fundam. (X)	371.000,00	412.788,99	42.822,46	412.689,70	99,98
Total das Despesas com Ensino (XI)	1.507.300,00	1.196.538,99	158.311,85	847.977,89	70,87

[se II>IV] = Perda nas Transferencias do FUNDEB (XII)

645.145,30

[se II<IV] = Ganho nas Transferencias do FUNDEB

0,00



Lei 9.394/96, Art.72 - Anexo X

Deduções da Despesa	Valor
Parcela do ganho/complementação do FUNDEB aplicada no exercício (XIII)	0,00
Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Educação/RP Inscritos sem Disponibilidade Financeira Vinculada(1)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XIV)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
Despesas Vinculadas ao Superávit Financeiro do Ganho/Complementação do FUNDEB do Exercício Anterior(XV)	0,00
Rec.de conv.na educação não aplic.no exerc.ant.	0,00
Total (XVI)	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Educação	Aplic.Min. em 2008 (e)	Aplic.Apurada em 2008 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2008	Can.em 2009 (g)
RP de Desp.com Manut. e Desenv.do Ensino	25,00	22,98	0,00	0,00
RP de Desp.com Ensino Fundamental	25,00	22,98	0,00	0,00

Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2009	Valor
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (XVII)	0,00
Ensino Fundamental (XVIII)	0,00

Total das Despesas Consideradas p/ fins de Limite Constitucional (XIX) = (VII+VIII+IX+XII) - (XVI) 1.485.123,19

Tabela de Cumprimento dos Limites Constitucionais(2)	%
Min.de <25%/18%> das Receitas result. de Imp.na Manut. e Desenv. do Ensino ((XIX-XVII)/I).Caput do Art.212 da CF/88	27,13
Min.de <60%/30%> das Despesas com MDE no Ensino Fundamental [(VII+IX+XII) - (XIII+XIV+XV+XVIII)] / (Ix0.25) .	
Caput §6° do Art.60 do ADCT da CF/88	107,61
Min.de 60% do FUNDEB na Remuneração do Mag. Ens. Fundamental (X/IV).§5° do Art.60 do ADCT da CF/88	96,63

	Em 31 de Dezembro de 2008	Até o Bim.
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	10.007,75	10.007,75

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino por SubFunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Liquidadas		
			No Bim.	Até o Bim. (f)	% (f/e)
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	117.095,00	117.095,00	28.624,37	56.187,66	47,98
ENSINO FUNDAMENTAL	2.171.700,00	1.731.933,99	230.951,21	1.096.502,96	63,31
ENSINO MÉDIO	10.300,00	10.300,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	22.000,00	47.000,00	9.192,93	32.624,59	69,41
EDUCAÇÃO INFANTIL	311.500,00	111.950,00	3.533,33	12.713,63	11,36
EDUCAÇÃO ESPECIAL	13.200,00	13.200,00	1.000,00	8.000,00	60,61
DIFUSÃO CULTURAL	16.500,00	41.500,00	1.690,00	26.194,55	63,12
Total das Despesas	2.662.295,00	2.072.978,99	274.991,84	1.232.223,39	59,44

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

(1) Os valores referentes a parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada a educação deverão ser informadas somente no RREO do último bimestre do Exercício.

(2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo IX RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO	
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão		
	Orçamento da Seguridade Social		
	JANEIRO A OUTUBRO 2009		

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Inscritos					Inscritos				
Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
PODER / ÓRGÃO	Anteriores	de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO									
	352.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705.000,00	-352.500,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLICOS DE PINHEIRO PRETO - IPREPI									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES PINHEIRO PRETO-SIMASPP									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO									
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	352.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	705.000,00	-352.500,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Inscritos					Inscritos				
Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
PODER / ÓRGÃO	Anteriores	de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2009	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)									
EXECUTIVO									
LEGISLATIVO									
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo XVI RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim. (b)	% (b/a)
Rec.Líquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	7.733.440,00	7.733.440,00	5.473.368,60	70,78
Impostos	137.065,00	137.065,00	109.336,12	79,77
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	38.065,00	38.065,00	25.618,47	67,30
Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e Adic.	38.000,00	38.000,00	24.351,33	64,08
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	33.000,00	33.000,00	43.660,09	132,30
Multas e Juros de Mora	9.000,00	9.000,00	6.018,74	66,87
Multas e Juros de Mora dos Tributos	2.000,00	2.000,00	1.285,41	64,27
Receita da Dívida Ativa Tributária	17.000,00	17.000,00	8.402,08	49,42
Receitas de transf. constitucionais e Legais	7.596.375,00	7.596.375,00	5.364.032,48	70,61
da União	4.420.125,00	4.420.125,00	2.952.044,43	66,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.375.000,00	4.375.000,00	2.934.057,84	67,06
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territorial	2.750,00	2.750,00	1.155,89	42,03
Demais Transferências da União	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Transf. Financeiras do ICMS - Deson.-LC n. 87/9	34.375,00	34.375,00	16.830,70	48,96
do Estado	3.176.250,00	3.176.250,00	2.411.988,05	75,94
Cota-Parte do ICMS	2.756.250,00	2.756.250,00	2.112.991,91	76,66
Cota-Parte do IPVA	337.500,00	337.500,00	253.909,57	75,23
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	82.500,00	82.500,00	45.086,57	54,65
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	256.900,00	256.900,00	141.683,25	55,15
da União para o Município	251.900,00	251.900,00	139.967,45	55,56
PAB Fixo - BLATB	49.500,00	49.500,00	43.552,75	87,99
Assistência Farmacêutica Básica - BLAFB	11.000,00	11.000,00	9.949,30	90,45
Ações Estruturantes de Vigilância Sanitária - BL	1.100,00	1.100,00	6.000,00	545,45
Saúde da Família - BLATB	82.500,00	82.500,00	38.000,00	46,06
Agentes Comunitários de Saúde - BLATB	38.500,00	38.500,00	24.402,00	63,38
Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - BLVGS	19.800,00	19.800,00	6.163,40	31,13
Saúde Bucal - BLATB	29.700,00	29.700,00	11.900,00	40,07
Média e Alta Complexidade	19.800,00	19.800,00	0,00	0,00
Demais Municípios para o Município	5.000,00	5.000,00	1.715,80	34,32
Remuneração Dep. Banc.de Rec.Vinc.Fdo de Saúde	5.000,00	5.000,00	1.715,80	34,32
(-)Dedução para o Fundef	-1.517.675,00	-1.517.675,00	-1.072.221,46	70,65
Total de Receita de Impostos	6.472.665,00	6.472.665,00	4.542.830,39	70,18

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim. (d)	% (d/c)
Despesas Correntes	1.369.000,00	1.657.200,00	1.129.809,30	68,18
Pessoal e Encargos Sociais	494.560,00	653.360,00	438.748,19	67,15
Outras Despesas Correntes	874.440,00	1.003.840,00	691.061,11	68,84
Despesas de Capital	116.000,00	62.000,00	3.148,00	5,08
Investimentos	116.000,00	62.000,00	3.148,00	5,08
Total	1.485.000,00	1.719.200,00	1.132.957,30	65,90

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim. (e)	% (e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.132.957,30	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	280.000,00	280.000,00	141.887,25	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	280.000,00	280.000,00	141.887,25	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	991.070,05	0,00



Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2008 (e)	Aplic.Apurada em 2008 (F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2008	Can.em 2009 (g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	16,99	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2008				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	18,11

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.485.000,00	1.719.200,00	1.132.957,30	100,00
Total	1.485.000,00	1.719.200,00	1.132.957,30	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	280.000,00	280.000,00	141.887,25	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	280.000,00	280.000,00	141.887,25	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	1.485.000,00	1.719.200,00	991.070,05	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN

Anexo XVII RREO LRF 5º BIM 2009

Município de PINHEIRO PRETO	
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

LRP, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.050.000,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.050.000,00
Receitas Realizadas	1.342.703,62	6.741.233,70
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	144.760,49
Déficit Orçamentário	0,00	194.166,02

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	8.982.000,00
Dotação Atualizada	0,00	9.477.166,02
Despesas Empenhadas	1.256.609,73	5.625.500,81
Despesas Liquidadas	1.149.572,09	5.415.532,17
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.256.609,73	5.625.500,81
Despesas Liquidadas	1.149.572,09	5.415.532,17

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	7.170.273,33



Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	87.443,81	437.225,02
Despesas Previdenciárias (IV)	38.013,65	175.223,49
Resultado Previdenciário (III-IV)	49.430,16	262.001,53

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-2.025.369,00	-665.769,27	32,8715
Resultado Primario	-508.016,00	896.218,42	-176,4154

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	352.500,00	0,00	705.000,00	-352.500,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> dos Imp. na Manut. e Des. do Ens. - MDE	1.485.123,19	<25%/18%>	27,13
Min Anual de 60% das Despesas com MDE no Ens. Fundam.	1.472.409,56	60%	107,61
Min Anual de 60% do FUNDEB na Rem. dos Prof. do Ens. Fund.	412.689,70	60%	96,63

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Crédito	0,00	300.000,00
Despesa de Capital Líquida	276.516,32	1.213.265,71

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	437.225,02	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	175.223,49	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	262.001,53	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	108.100,01	-68.100,01
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	21.000,01	43.399,99

Limites Constitucionais Anuais			
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	991.070,05	15,00	18,11

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo XIV RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

-----+
LRF, Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	40.000,00	108.100,01	-68.100,01
Alienação de Outros Bens Móveis	2.000,00	85.000,01	-83.000,01
Alienação de Outros Bens Imóveis	38.000,00	23.100,00	14.900,00
Total	40.000,00	108.100,01	-68.100,01

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	64.400,00	21.000,01	43.399,99
Despesas de Capital	64.400,00	21.000,01	43.399,99
Investimentos	64.400,00	21.000,01	43.399,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	64.400,00	21.000,01	43.399,99

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	0,00	87.100,00	87.100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Anexo XI RREO LRF 5º BIM 2009

	Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2009/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito Internas	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Outras Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	1.489.782,03	33.445,72	276.516,32	1.213.265,71
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.489.782,03	33.445,72	276.516,32	1.213.265,71
--------------------------------	--------------	-----------	------------	--------------

DIFERENÇA (A) - (B)	-1.189.782,03	-33.445,72	-276.516,32	-913.265,71
---------------------	---------------	------------	-------------	-------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contador CRC/SC 020405/0-3
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno
SANDRA R. P. BRESSAN



Porto União

Prefeitura Municipal

Portaria nº 724/09 RH

PORTARIA Nº 724, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de outubro a 18 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ivete Aparecida Lopes, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível 01, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, em substituição à servidora efetiva Renilda Aparecida Mello, que se encontra em Tratamento de Saúde.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Projeto Crer no Ser, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2009.

Porto União - SC, em 26 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 725/09 RH

PORTARIA Nº 725, DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de outubro a 18 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fátima Regina Siqueira Martins, para exercer o cargo de Professor – 1ª à 4ª série do ensino fundamental, 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e II, observado o Artigo 22, da Lei Municipal nº 2.952 de 31 de março de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 3.308, de 29 de junho de 2007, para atuar como Professor Alfabetizador junto ao Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação, conforme Termo de Adesão assinado pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATÓRIA de Regência, de acordo com o Art. 30, inciso "III" e Art. 31, da Lei Municipal nº 2.952, de 31 de março de 2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art 3º A servidora acima mencionada, exercerá suas atividades no Núcleo Educacional da Lança, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assina-

tura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de outubro de 2009.

Porto União - SC, em 26 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 726/09 RH

PORTARIA Nº 726, de 27 de outubro de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Nívia Cristina Domborovski, aprovada em 68º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Nível I, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 727/09 RH

PORTARIA Nº 727, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2006, Karla Beatriz Dalmagro, aprovada em 10º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, previsto no anexo I, da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 27 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 728/09 RH

PORTARIA Nº 728, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 3.401 de 26 de dezembro de 2007 em seu Art. 2º Inciso X, que atribui ao Municí-



pia a responsabilidade de implantar, manter, operar e fiscalizar, o Sistema de Estacionamento Rotativo pago nas vias;

CONSIDERANDO a Rescisão do Contrato por parte da empresa responsável pela operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo no Município;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 28 de outubro a 31 de dezembro de 2009, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Daniela de Souza, para exercer o cargo de Monitadora de Trânsito, previsto na Lei Municipal 3.643 de 31 de agosto 2009.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 28 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 729/09 RH

PORTARIA Nº 729, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Carla Carolina de Oliveira, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 730/09 RH

PORTARIA Nº 730, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Cleide Chyncoviaki Perepelícia, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 731/09 RH

PORTARIA Nº 731, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Eliane Aparecida dos Santos, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 732/09 RH

PORTARIA Nº 732, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Iriana Augusta dos Passos, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 733/09 RH

PORTARIA Nº 733, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rafaela Leão André, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 734/09 RH

PORTARIA Nº 734, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Rubia Aparecida Angrewski, do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Portaria nº 735/09 RH

PORTARIA Nº 735, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Suellem Alesandra Tuchlinovitch, do cargo de Monitadora de Trânsito, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de outubro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração Esporte e Cultura

Rio do Sul**Prefeitura Municipal****Extrato de Contrato 239/2009 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES

CONTRATO DE COMPRA E FORNECIMENTO Nº 239/2009

CONTRATADO: Armazém da Nutrição Comércio de Alimentos Ltda.

CONTRATANTE: Município de Rio do Sul – Fundo Municipal de Saúde/FMS

OBJETO: Termo aditivo ao processo licitatório 45/2009 FMS. Os itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 18, 19, 21, 22, 24 e 25 ficam aditivados em 25%, perfazendo um acréscimo total de R\$ 465,95 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 mês.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 45/2009 – FMS

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: o contrato de prestação de serviços

e fornecimento de materiais, tem por fundamentação legal a Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 465,95 (quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)..

Rio do Sul, 23 de novembro de 2009

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde – FMS

Comércio de Alimentos Ltda

Armazém da Nutrição

Resumo do Aditivo 054/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 054/2009 DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA NR. 043/2008

Pregão Presencial nº 066/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Direta Telecomunicações Ltda.

Objeto: Aquisição de rádios portáteis fixo e móvel e SME para a Guarda Municipal.

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, no item 04 do objeto da licitação, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com o seu término em 03 de junho de 2010.

Rio do Sul, 03 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo do Aditivo 055/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 055/2009 DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO NR. 007/2007

Concorrência Pública nº 016/2006

Concedente: Município de Rio do Sul/SC

Concessionária/Cedente: Turismo Luz Alimentos Ltda.

Concessionária/Cessionária: Nutry Cream Express Comércio de Sorvetes Ltda.

Objeto: Concessão para a exploração dos Quiosques, junto a Praça Ermemberggo Pellizzetti.

Da Transferência Contratual: A Concedente concorda, pelo que serve este expressa e escrita autorização, que a Turismo Luz Alimentos Ltda., como Concessionária/Cedente, transfira o Contrato de Concessão nº 007/2007 assinado em 12 de março de 2007, ora aditivado, como de fato transferido tem, para a ora a Concessionária, efetivando-se tal transferência na data de assinatura deste Termo Aditivo, assumindo assim a Concessionária, todos direitos e obrigações oriundos do mesmo que é originário de processo licitatório legal, através da Concorrência Pública nº 016/2006.

Do Prazo: O prazo de 04 (quatro) anos, originalmente pactuado, não se altera, vigendo o mesmo desde a assinatura do Contrato pela Concessionária/Cedente, ou seja 12 de março de 2007, expirando-se em 12 de março de 2011.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo do Aditivo 056/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 056/2009 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 131/1998

Concorrência Pública nº 131/1998

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Contratado: Eliseu Kopp & Cia. Ltda.

Objeto: Contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico no perímetro urbano do município de Rio do Sul, com emissão de provas visuais do cometimento de infrações de trânsito.

Prorrogação: Observadas as razões dispostas no parecer da Procuradoria Jurídica, verificada as informações ali contidas e ainda o permissivo legal supra, contudo, fazendo prevalecer o interesse público e a excepcionalidade da situação, firma-se a devolução de prazo para execução dos serviços contratados no montante de 180 (cento e oitenta) dias, findando-se o presente pacto e suas obrigações oriundas em 26 de maio de 2010.

Do Valor: O valor estimado do presente Termo de Aditamento é de R\$ 211.452,79 (duzentos e onze mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove centavos).

Rio do Sul, 10 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo do Aditivo 057/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 057/2009 DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 060/2009

Concorrência Pública nº 055/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: FGT Construtora Ltda.

Objeto: Obra de pavimentação e drenagem do Beco Bernardo Lange.

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 25 de março de 2010.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo do Aditivo 058/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 058/2009 DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2009

Concorrência Pública nº 042/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Águas Verdes Empreiteira de Mão de Obra Ltda.

Objeto: Pavimentação de lajotas e drenagem da Rua Sebastião dos Santos em Rio do Sul.

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 03 de abril de 2010.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Resumo do Aditivo 059/2009

RESUMO DE ADITIVO Nº 059/2009 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NR. 079/2009

Carta Convite nº 078/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: Week Geo Mineração Ltda.

Objeto: Serviços de sondagem tipo rotativa em terrenos de propriedade do município localizados no bairro Albertina no município

de Rio do Sul.

Da Prorrogação: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando o mesmo com acréscimo de 30 (trinta) dias, com o seu término em 28 de dezembro de 2009.

Rio do Sul, 19 de novembro de 2009.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Conselho Municipal de Contribuintes

Pauta de Sorteio Nº 011/2009

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE SORTEIO Nº 011/2009

LEONICE WITTE, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 09 de dezembro de 2009, às 08hs00 no Plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte processo:

Número do protocolo: Protocolo Nº 113415/2009

Nome do Recorrente: Dalton Eduardo Medeiros

Nº do Processo: 026/2009

Rio do Sul, 26 de novembro de 2009.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

Câmara de Vereadores

Resolução 550

RESOLUÇÃO No 550, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA PAGAMENTO DE 2 E ½ (DUAS E MEIA) DIÁRIAS, INSCRIÇÃO E INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE A VEREADOR.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 2 e ½ (duas e meia) diárias ao Vereador Jeferson Vieira, no valor de R\$ 552,75 (quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco centavos), para participar do Congresso Estadual de Vereadores, a ser realizado entre os dias 02,03 e 04 de dezembro do corrente ano, tendo como local a Assembléia Legislativa do Estado, na cidade de Florianópolis - SC.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao participante.

Art. 3º A indenização de transporte em veículo particular, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 309/03.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.



Rio do Sul, 30 de novembro de 2009.

ROBERTO SCHUZE
Presidente da Mesa

CLÁUDIO CIMARDI
Vice Presidente da Mesa

DIONÍSIO MAÇANEIRO
1º Secretário

ALMIR DA COSTA
2º Secretário

Salto Veloso

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1340/2009

LEI Nº 1340/2009 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2010.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E UNIDADES GESTORAS

Art. 1º A Receita do Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2010 está Estima no valor de R\$ 13.625.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	12.224.000,00
- Receita Tributária	430.000,00
- Receita De Contribuição	920.000,00
- Receita Patrimonial	520.000,00
- Receita De Serviços	80.000,00
- Transferências Correntes	10.120.000,00
- Outras Receitas Correntes	154.000,00
RECEITA DE CAPITAL	1.401.000,00
- Operações De Crédito	500.000,00
- Alienação De Bens	101.000,00
- Transferências De Capital	800.000,00
SOMA	13.625.000,00

Art. 2º A Despesa do Orçamento Geral do Município, para o exercício de 2010 está Fixada no valor de R\$ 13.625.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	11.560.000,00
- Pessoal E Encargos Sociais	5.090.000,00
- Juros De Empréstimos	10.000,00
- Outras Despesas Correntes	6.460.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.215.000,00
- Investimentos	1.135.000,00
- Amortização Da Dívida	80.000,00
Reserva De Contingência	850.000,00
TOTAL	13.625.000,00

Art. 3º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal, para o exercício de 2010 está Estima no valor de R\$ 11.885.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	10.622.000,00
- Receita Tributária	430.000,00
- Receita De Contribuição	80.000,00
- Receita Patrimonial	115.000,00
- Receita De Serviços	80.000,00
- Transferências Correntes	9.768.000,00
- Outras Receitas Correntes	149.000,00
RECEITA DE CAPITAL	1.263.000,00
- Operações De Crédito	500.000,00
- Alienação De Bens	63.000,00
- Transferências De Capital	700.000,00
SOMA	11.885.000,00

Art. 4º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal, para o exercício de 2010 está Fixada no valor de R\$ 10.030.000,00, que adicionando-se as Transferências Financeiras no valor de R\$ 1.855.000,00, tem seu valor total de R\$ 11.885.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	8.930.000,00
- Pessoal E Encargos Sociais	3.930.000,00
- Juros De Empréstimos	10.000,00
- Outras Despesas Correntes	4.990.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.090.000,00
- Investimentos	1.010.000,00
- Amortização Da Dívida	80.000,00
Reserva De Contingência	10.000,00
Transferência Financeira	1.855.000,00
TOTAL	11.885.000,00

Art. 5º A Receita do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2010 está Estima no valor de R\$ 495.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	357.000,00
- Transferências Correntes	352.000,00
- Outras Receitas Correntes	5.000,00
RECEITA DE CAPITAL	138.000,00
- Alienação De Bens	38.000,00
- Transferências De Capital	100.000,00
SOMA	495.000,00

Art. 6º A Despesa do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2010 está Fixada no valor de R\$ 2.055.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	1.955.000,00
- Pessoal E Encargos Sociais	720.000,00
- Outras Despesas Correntes	1.235.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00
- Investimentos	100.000,00
TOTAL	2.055.000,00

Art. 7º A Receita do Orçamento do Instituto de Previdência



dos Servidores, para o exercício de 2010 está Estima no valor de R\$ 1.070.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	1.070.000,00
- Contribuições	680.000,00
- Receita Patrimonial	390.000,00
SOMA	1.070.000,00

Art. 8º A Despesa do Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores, para o exercício de 2010 está Fixada no valor de R\$1.070.000,00 . E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	260.000,00
- Pessoal E Encargos Sociais	190.000,00
- Outras Despesas Correntes	70.000,00
- Reserva de Contingência para Resultado Primário	810.000,00
TOTAL	1.070.000,00

Art. 9º A Receita do Orçamento do Fundo de Assistência Médica dos Servidores, para o exercício de 2010 está Estima no valor de R\$ 175.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	VALOR R\$
RECEITAS CORRENTES	175.000,00
- Contribuições	160.000,00
- Receita Patrimonial	15.000,00
SOMA	175.000,00

Art. 10. A Despesa do Orçamento do Fundo de Assistência Médica dos Servidores, para o exercício de 2010 está Fixada no valor de R\$ 175.000,00. E terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	145.000,00
- Outras Despesas Correntes	145.000,00
- Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	175.000,00

Art. 11. A Despesa do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores está Fixada em R\$ 295.000,00. Classificação da Despesa:

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR R\$
DESPESAS CORRENTES	270.000,00
- Pessoal e Encargos Sociais	250.000,00
- Outras Despesas Correntes	20.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	25.000,00
- Investimentos	25.000,00
TOTAL	295.000,00

Art. 12. A Abertura de Créditos Suplementares ao Orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis.

§ 1º - A Reserva de Contingência do Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 10.000,00, será utilizada para reforço de Dotações Orçamentárias Insuficientes, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 2º - O Excesso de Arrecadação, desde que comprovada a sua existência, será utilizado em cada Fonte de Recurso para abertura de Créditos, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 3º - O Superávit Financeiro do exercício anterior, será utilizado para suplementação de dotações orçamentárias, através de Decreto do Poder Executivo.

§ 4º - O Poder Executivo através de decreto, movimentará

dotações orçamentárias no elemento do objeto de convênios, utilizando para isto o valor do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação.

§ 5º - O Poder Executivo movimentará a destinação de recursos, de dotações orçamentárias, no mesmo Projeto ou Atividade, através de Decreto.

§ 6º - O Poder Executivo movimentará dotações orçamentárias, no mesmo Projeto ou Atividade, através de Decreto.

Art. 13. As suplementações feitas através de anulação de dotações orçamentárias só poderão ser feitas por lei específica.

Art. 14. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executada ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 15. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando de seu ingresso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Durante o exercício de 2010 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, de acordo com os limites estabelecidos.

Art. 17. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 18. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 19. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de novembro de 2009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
EDIVAR ANTÔNIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Lei N.º 1.341/2009

LEI N. 1.341, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A REALIZAR VIAGEM INTERNACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º. Fica autorizado, o Chefe do Poder Executivo, a realizar viagem internacional, com destino à Itália, compondo a Missão Oficial Rota Italiana "Cammino Veneto", idealizada pela CONNTUR (Fundação de Turismo do Vale do Contestado), conforme projeto anexo, que fica integrando a presente Lei.

Art. 2º. Fica autorizado, o Município de Salto Veloso, a custear as despesas decorrentes da missão de representação descrita no artigo 1º da presente Lei, pelos preços médios de mercado.

Art. 3º. Fica instituída a diária internacional, correspondendo a duas vezes o valor da diária nacional, a ser paga ao Chefe do Poder Executivo, quando em deslocamento no cumprimento do roteiro.



Art. 4º. No período de afastamento do Prefeito Municipal, responderá pelo Município a Sra. Vice-Prefeita.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações próprias dos orçamentos vigentes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 27 de novembro de 2009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.
EDIVAR ANTÔNIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Decreto N. 56/2009

DECRETO N. 56/2009 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009
NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL ORGANIZADORA PARA A COMEMORAÇÃO DO 46º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Central Organizadora do 46º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Salto Veloso, com as atribuições e prerrogativas legais, para executarem as atividades comemorativas alusivas ao "Dia do Município" e ao "Natal na Praça".

Art. 2º. A Comissão Central Organizadora será composta da seguinte forma:

- I – Presidente: Célia de Bortoli;
- II – Vice-Presidente: Regina Biscaro Ansiliero;
- III – Secretária: Cíntia Périco Farenzena;
- IV – Tesoureiro: Mateus Périco;
- V – Coordenador de atividades externas: Ivainer Meneghel.

Parágrafo único. Terão assento permanente na Comissão, na categoria de consultores, o Assessor Jurídico e a Controladora Interna do Município.

Art. 3º. Fica autorizado o Setor de Contabilidade, a proceder ao repasse financeiro, no limite máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), à Comissão Organizadora, para custeio das despesas decorrentes das festividades do artigo 1º deste Decreto.

Art. 4º. Para desempenho de suas atividades, a Comissão poderá requisitar das demais Secretarias, a cessão de materiais, máquinas e recursos humanos, ficando os servidores municipais, dispensados de suas atividades, para apoio às atividades propostas neste Decreto.

Art. 5º. Após a conclusão dos trabalhos, terá a Comissão Central Organizadora, o prazo de 15 (quinze) dias para prestar contas dos recursos repassados, através dos respectivos documentos fiscais, submetendo a prestação de contas ao Prefeito Municipal.
Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, à prestação referida no caput deste artigo, o disposto na Instrução Normativa n. 001/2009, do Departamento de Controle Interno desta Municipalidade, e da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso, 27 de novembro de 2009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de 2009.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. DP0134/2009

PORTARIA Nº. DP0134/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 30 de Novembro de 2009 a 27 de Fevereiro de 2010, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor (a) VALDIR MAFIOLETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Operador de Trator Agrícola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 30 de Novembro de 2010.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0135/2009

PORTARIA Nº. DP0135/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de Dezembro de 2009 a 30 de Dezembro 2009, ao Servidor (a) LEONICE ARIATI ABATI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2009 a 13/02/2010.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2.009.
PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Portaria Nº. DP0136/2009

PORTARIA Nº. DP0136/2009

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 01 de Dezembro de 2009 a 30 de Março de

2010, a funcionária pública RAQUEL KOLLING, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2009.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

1º Aditivo de Edital - Pregão Nº 34/2009

ADITIVO I

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL n 34/2009

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, já qualificado no processo licitatório de PREGÃO PRESENCIAL n.º34/2009, torna público que fica aditivado o Edital de Licitação para fazer constar no item

1- DA LICITAÇÃO, alterar acrescentar ao o subitem 1.1.1, como segue:

RODAS E PNEUS: aro das rodas em aço 7,00 X 22,00, pneus 9,00R20-14PR, inclusive estepe, total de 7 (sete) pneus;

MOTOR: turbo e intercooler, com quatro cilindros em linha, potência mínima de 170 CV; Movido a óleo Diesel e com sistema de injeção eletrônica de combustível;

CABINE: tipo avançada, confeccionada em chapas de aço, banco do motorista individual com múltiplas regulagens e suspensão a ar, vidros com levantamento manual, cintos de segurança, painel de instrumentos com velocímetro, hodômetro e tacógrafo;

2- DA DATA E HORÁRIO;

Fica Aditivado a data e horário para a abertura da sessão publica; que passará a ser dia 14 de dezembro de 2009, às 14:30h (catorze horas e trinta minutos)

3 - Os demais itens e condições desta licitação permanecem inalterados.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de novembro de 2009.

CHARLENE AP. RAQUEL JUNKES

Comissão Permanente de Licitações

Schroeder

Prefeitura Municipal

Errata da Declaração de Dispensa de Licitação Nº. 53/2009-PMS

ERRATA DA DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 53/2009-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata de Valor referente à Dispensa de Licitação nº. 53/2009-PMS, para a contratação

da empresa C.E. MACEDO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.965.552/0001-83, estabelecida na Carlos Essenfelder, nº. 1326, Bairro Boqueirão, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP 81650-090, para aquisição de materiais para execução da nova rede de água do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Onde se lê:

Valor de R\$ 6.369,50 (Seis mil trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Leia-se:

Valor de R\$ 3.624,50 (Três mil e seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

Schroeder/SC, 01 de Dezembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 94/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 94/2009-FMS

Dispensa de Licitação nº. 21/2009-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.225.894/0001-70, estabelecida na Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 320, salas 17 e 18, centro na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-700.

Objeto: Constitui o presente contrato para a contratação de empresa especializada para manutenção e aluguel das centrais telefônicas para as Unidades de Saúde ESF I, Unidade Central ESF II, ESF III e ESF IV, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, no período de 1º de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2010, sendo:

- Unidades ESF I, localizada na Rua Guaramirim, nº. 560, Schroeder I;
- Unidade Central ESF II, localizada na Rua Paulo Jahn, nº. 147, Centro;
- Unidade ESF III, localizada na Rua Alphons Maria Schmalz, nº. 150, Bairro Sossego;
- Unidade ESF IV, localizada na Itoupava Açú;

Valor do Contrato: R\$ 2.070,00 (Dois mil e setenta reais).

Data da Assinatura: 01/12/2009

Vigência: 30/06/2010

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Videira

Prefeitura Municipal

Decreto nº 9.318/09

DECRETO Nº 9.318/09, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL PARA SUPLEMENTAÇÃO DAS DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.082/08, de 10 de dezembro de 2008,



DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Financeiros	
1.008 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000.0	260.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	260.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de novembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de novembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR
Secretário de Administração

Homologação Pregão Presencial Nº 15/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTROS PARA OS VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 79,68 (setenta e nove reais e sessenta e oito centavos)

CONTRATADO: LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 246,80 (duzentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 07/2009 - FIA

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/09

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/09

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DOBLÔ ELX 1.3, 16V, PLACA MBS-3965, ANO 2002.

CONTRATADO: ELETRO VAN LTDA ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.433,00 (três mil, quatrocentos e trinta e três reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 08/2009 - FIA

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/09

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.591,94 (três mil, quinhentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos)

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 336,30 (trezentos e trinta e seis reais e trinta centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 33/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/09

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: ARMARINHOS JULIANA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.088,50 (dois mil e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: MORO & CIA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.446,00 (um mil quatrocentos e quarenta e seis reais)

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.808,20 (um mil oitocentos e oito reais e vinte centavos)

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 718,00 (setecentos e dezoito reais)

CONTRATADO: COMÉRCIO DE ARMARINHOS KWAN LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 13.499,12 (treze mil quatrocentos e noventa e nove reais e doze centavos)

CONTRATADO: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.907,52 (quatro mil novecentos e sete reais e cinquenta e dois centavos)

CONTRATADO: MARCELO DE OLIVEIRA TECIDOS-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)

CONTRATADO: COM DE TECIDOS MALHAS E ARMARINHOS TOPÁZIO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.034,22 (onze mil e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial Nº 34/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/09

HOMOLOGAÇÃO: 09/11/09

CONTRATADO: DISMACENTER SUPRIMENTOS P/INFORM.LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E CADEIRAS, DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.315,00 (cinco mil trezentos e quinze reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 35/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/09

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/09

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA QUE SERÁ UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.042,77 (cinco mil e quarenta e dois reais e setenta e sete centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 71/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 71/09

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/09

CONTRATADO: FLÁVIO ANTÔNIO VEIGA - COMÉRCIO E SERVIÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS NOVOS, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 223.000,00 (duzentos e vinte e três mil reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 72/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 72/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFRIGERADORES PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O POSTO DO BAIRRO FARROUPILHA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.285,00 (três mil duzentos e oitenta e cinco reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 73/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 73/09

HOMOLOGAÇÃO: 13/11/09

CONTRATADO: COMÉRCIO DE ARTIGOS REF. ABDALLA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 09(nove) APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA O POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO FARROUPILHA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.510,00 (doze mil quinhentos e dez reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 74/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 74/09

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/09

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.232,00 (oito mil duzentos e trinta e dois reais)

CONTRATADO: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.778,00 (dois mil setecentos e setenta e oito reais)

CONTRATADO: BR TRATORES COM. DE PEÇAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.872,00 (sete mil oitocentos e setenta e dois reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 75/2009-FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 75/09

HOMOLOGAÇÃO: 18/11/09

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, DESTINADAS A

PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO COM ENCAMINHAMENTO MÉDICO PARA TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM OUTROS MUNICÍPIOS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.815,05 (cinco mil oitocentos e quinze reais e cinco centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 76/2009-FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 76/09

HOMOLOGAÇÃO: 20/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: COM. DE MAT. MÉD. HOSP. MACROSUL LTDAMATRIZ



VALOR DA DESPESA: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais)
CONTRATADO: COMPRAMED COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.536,60 (seis mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)
CONTRATADO: CIRÚRGICA CLIMAZA COM. MAT. MÉDICOS E HOSP. LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 712,00 (setecentos e doze reais)
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.832,00 (dois mil oitocentos e trinta e dois reais)
CONTRATADO: EQUIFARMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LT
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.027,03 (dois mil e vinte e sete reais e três centavos)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 78/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 78/09
HOMOLOGAÇÃO: 25/11/09

CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERVATO DO VEÍCULO DUCATO, PLACA MHC-3970 DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.912,24 (vinte e nove mil novecentos e doze reais e vinte e quatro centavos)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 79/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 79/09
OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES E CAMISETAS PARA SEREM DISTRIBUIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: PZ BUSINESS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.205,00 (quarenta e dois mil duzentos e cinco reais)
CONTRATADO: FS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 97.556,00 (noventa e sete mil quinhentos e cinquenta e seis reais)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 80/2009 - FMS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 80/09
HOMOLOGAÇÃO: 27/11/09
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE NO POSTO DO BAIRRO FARROUPILHA.
CONTRATADO: PRHODENT COM PROD HOSP DENT LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.565,60 (quinze mil quinhentos e ses-

senta e cinco reais e sessenta centavos)
CONTRATADO: COMERCIAL BRASILEIRA DE MEDICAMENTOS CBM LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 23.850,00 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais)
DATA: 30/11/09
WILMAR CARELLI - Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 124/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 124/09
HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E EDUCAÇÃO.
CONTRATADO: CARBONI VEICULOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 122.500,00 (cento e vinte e dois mil e quinhentos reais)
CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)
VALOR DA DESPESA: R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 134/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 134/09
HOMOLOGAÇÃO: 06/11/09
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.054,40 (um mil e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 135/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 135/09
HOMOLOGAÇÃO: 10/11/09
CONTRATADO: MINI MERCADO CARELLI LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS SETORES DA CIRETRAN DA 25ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE VIDEIRA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.189,50 (dois mil cento e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 136/2009-PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 136/09
HOMOLOGAÇÃO: 06/11/09



CONTRATADO: COMÉRCIO DE ARTIGOS REF. ABDALLA LTDA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA O FUNREBOM - CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais)
DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 137/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 137/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.395,89 (quatro mil trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MIOZZO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.572,46 (dois mil quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.143,05 (um mil cento e quarenta e três reais e cinco centavos)

CONTRATADO: SATELITE COMERCIAL LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.595,63 (dois mil quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e três centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 138/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 138/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/09

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, 0 KM, PARA A POLÍCIA CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 40.850,00 (quarenta mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 139/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 139/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA USO NAS SECRETARIAS DE: INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, GABINETE DO PREFEITO E POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: MAUCOR DISTRIBUDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CONTRATADO: AGRICOPEL COM. DERIV. PETRÓLEO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.905,00 (vinte e nove mil novecentos e cinco reais)

CONTRATADO: LUBRIFICANTES RAVANELLO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.925,00 (dezoito mil novecentos e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.214,00 (dois mil duzentos e quatorze reais)

CONTRATADO: MAXXILUB COM.DE LUBRIF.E USINAGEM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.306,44 (dois mil trezentos e seis reais e quarenta e quatro centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 140/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 140/09

HOMOLOGAÇÃO: 16/11/09

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA (VIDEIRA)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, 0 KM, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 141/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 141/09

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/09

CONTRATADO: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA NOVA, DESTINADA À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 605.000,00 (seiscentos e cinco mil reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 143/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 143/09

HOMOLOGAÇÃO: 20/11/09

CONTRATADO: RICARDO LUIS ROSSA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO KOMBI PLACA MAJ-1282, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.613,00 (um mil seiscentos e treze reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 145/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 145/09

HOMOLOGAÇÃO: 26/11/09

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DESTINADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 51.914,34 (cinquenta e um mil novecentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos)

CONTRATADO: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.283,99 (dois mil duzentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos)

CONTRATADO: WORLD MASTER COM. PAPELARIAS E SUP. INF LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 30.075,14 (trinta mil e setenta e cinco reais e quatorze centavos)

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.654,24 (sete mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 146/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 146/09

HOMOLOGAÇÃO: 25/11/09

CONTRATADO: TX TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E MÃO - DE - OBRA PARA INSTALAÇÃO DE 50 PONTOS DE REDE E CABEAMENTO ESTRUTURADO COMPLETO, VISANDO À MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DIGITAL DE TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.690,00 (nove mil seiscentos e noventa reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 08/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 08/09

HOMOLOGAÇÃO: 10/11/09

CONTRATADO: MAURICIO ELY PUTTKAMMER ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DAS RUAS: SÃO FRANCISCO DE ASSIS, PRINCESA ISABEL E ALARGAMENTO DA RODOVIA SC 303, ACESSO À SANTA LÚCIA, COM ÁREA TOTAL DE 4.300,95, INCLUINDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 201.976,26 (duzentos e um mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Convite N° 18/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONVITE N° 18/09

HOMOLOGAÇÃO: 11/11/09

CONTRATADO: NIMEK ESTRUTURAS E ESQUADRIAS METALICAS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COMPLEMENTARES NO GINÁSIO RIO DAS PEDRAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.135,00 (sete mil cento e trinta e cinco reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Tomada de Preços N° 10/2009 - PMV

O Município de Videira no mês 11/2009, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO N° 10/09

HOMOLOGAÇÃO: 23/11/09

CONTRATADO: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA AV. JOAQUIM AMARANTE (2.150 M2) E NAS RUAS TREZE TÍLIAS, CATANDUVAS E ÁGUA DOCE (3.735 M2).

VALOR DA DESPESA: R\$ 262.358,45 (duzentos e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação Pregão Presencial N° 36/2009 - FMAS

O Município de Videira no mês 11/2009, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/09

HOMOLOGAÇÃO: 27/11/09

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIR AOS IDOSOS, PORTADORES DE DERRAMES, ACAMADOS E PESSOAS COM NECESSIDADES SÓCIO - ECONÔMICAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.017,00 (dezesesseis mil e dezessete reais)

DATA: 30/11/09

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Convocação nº 025/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 025/2009

PROCESSO SELETIVO N° 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 011/2009:

Convocado	Cargo
1. Sebastião Ferreira	Agente de Serviços Operacionais - Condutor de Caminhão Basculante



O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Exame Médico Admissional (Agendar no DP – 3566 9045)
- b) Carteira de Trabalho com N° PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone se tiver;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso; CPF; Título de Eleitor; Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
- f) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- h) Se tiver dependentes para fins de Imposto de Renda, anexar declaração com nome e data de nascimento;
- i) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- j) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- k) Declaração de Bens;
- l) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 27 de novembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios Públicos

CIS - AMARP

Resolução nº 005/2009

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA TABELA PRÓPRIA DE VALORES DOS PROCEDIMENTOS A SEREM PAGOS PELO CIS-AMARP

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, I e VIII do Contrato de Consórcio, e em conformidade com a deliberação do Colegiado de gestão Regional-CGR, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a TABELA DE PROCEDIMENTOS CIS-AMARP-2009, com os Procedimentos de Serviços Médicos /Exames Diagnósticos e Consultas de especialidades com Valores a serem praticados pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe, aprovada em Reunião Ordinária do Colegiado de Gestão Regional dos Secretários Municipais de Saúde-CGR no dia 13 de novembro de 2009, com registro em Ata sob nº 011/2009.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 13 de novembro de 2009.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito de Arroio Trinta
Presidente do CIS-AMARP

Portaria nº 001/2009

PORTARIA Nº 001/2009
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17, I e VIII do Contrato de Consórcio:

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, os seguintes servidores pertencentes ao quadro da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe-AMARP:

1. Vera Mateus de Castro;
2. Tarciso Francisco Rech;
3. Jean Marcelo Ziero.

Artigo 2º. A Presidência da Comissão será exercida pelo primeiro membro indicado no artigo anterior.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Videira, (SC), 04 de novembro de 2009.

CLÁUDIO SPRICIGO
Prefeito de Arroio Trinta
Presidente do CIS-AMARP